

# 60 ANOS

## DO GOLPE MILITAR NO BRASIL E O POPULISMO AUTORITÁRIO DE EXTREMA DIREITA:

desafios à educação política para uma  
democracia sustentável no alvorecer do século XXI

Antônio Roberto Xavier  
Edmilson Alves Maia Junior  
Organizadores



## COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

### Editores

Lia Machado Fiuza Fialho | Editora-Chefe

José Albio Moreira Sales

José Gerardo Vasconcelos

## CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

### Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil  
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil  
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil  
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil  
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil  
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil  
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil  
Rosangela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil  
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

### Conselho Internacional

António José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal  
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América  
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal  
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América  
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha  
Nancy Louise Lesko, Columbia University, Estados Unidos da América  
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México  
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França  
Susana Gavilanes Bravo, Universidad Tecnológica Metropolitana, Chile  
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

**REITOR** - Hidelbrando dos Santos Soares

**VICE-REITOR** - Dárcio Ítalo Alves Teixeira

### EDITORA DA UECE

**COORDENAÇÃO EDITORIAL** - Cleudene de Oliveira Aragão

### CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Costa Pereira • Ana Cristina de Moraes • André Lima Sousa • Antonio Rodrigues Ferreira Junior  
Daniele Alves Ferreira • Erasmo Miessa Ruiz • Fagner Cavalcante Patrocínio dos Santos  
Germana Costa Paixão • Heraldo Simões Ferreira • Jamili Silva Fialho • Lia Pinheiro Barbosa  
Maria do Socorro Pinheiro • Paula Bittencourt Vago • Paula Fabricia Brandao Aguiar Mesquita  
Sandra Maria Gadelha de Carvalho • Sarah Maria Forte Diogo • Vicente Thiago Freire Brazil

**Antônio Roberto Xavier**  
**Edmilson Alves Maia Junior**  
Organizadores

# 60 ANOS

## **DO GOLPE MILITAR NO BRASIL E O POPULISMO AUTORITÁRIO DE EXTREMA DIREITA:**

desafios à educação política para uma  
democracia sustentável no alvorecer do século XXI

ANA BEATRIZ DA SILVA LEMOS  
ANTÔNIA FRANCIEUDA PINHEIRO CAVALCANTE  
ANTÔNIO ROBERTO XAVIER  
EDMILSON ALVES MAIA JUNIOR  
FIDEL CAMBUNDO SANUCA  
FRANCISCA PEREIRA PAIVA  
FRANCISCO WILLIAM COELHO BEZERRA  
HELDER DOMINGOS FILIPE  
JAMILE PINHEIRO DA SILVA  
JOÃO GABRIEL DE AGUIAR MUNIZ DE BRITO  
JOSÉ GERARDO VASCONCELOS  
KALYNE FREITAS LIMA  
KARLA RENATA DE AGUIAR MUNIZ  
MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA PORTELA CYSNE  
MARIA VANDIA GUEDES LIMA  
PEDRO BRUNO SILVA LEMOS  
VIRGÍNIA CAVALCANTE COELHO

Ed   
**UECE**  
1ª EDIÇÃO  
FORTALEZA | CE  
2024

**60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL E O POPULISMO AUTORITÁRIO DE  
EXTREMA DIREITA: DESAFIOS À EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA UMA DEMOCRACIA  
SUSTENTÁVEL NO ALVORECER DO SÉCULO XXI**

© 2024 *Copyright* by Antônio Roberto Xavier e Edmilson Alves Maia Junior

O conteúdo deste livro bem como os dados usados e sua fidedignidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. O *download* e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE  
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 - Campus do Itaperi - Reitoria - Fortaleza - Ceará  
CEP: 60714-903 - Tel.: (85) 3101-9893 - Fax: (85) 3101-9893  
Internet: [www.uece.br/eduece](http://www.uece.br/eduece) - E-mail: [eduece@uece.br](mailto:eduece@uece.br)



**Coordenação Editorial**  
*Cleudene de Oliveira Aragão*

**Projeto Gráfico e Capa**  
*Carlos Alberto Alexandre Dantas*  
[carlosalberto.adantas@gmail.com](mailto:carlosalberto.adantas@gmail.com)

**Revisão Vernacular e Normalização**  
*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*  
[felipearagaofc@hotmail.com](mailto:felipearagaofc@hotmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

- 
- X3s Xavier, Antônio Roberto  
60 anos do golpe militar no Brasil e o populismo autoritário de extrema direita: desafios à educação política para uma democracia sustentável no alvorecer do século XXI / Antônio Roberto Xavier; Edmilson Alves Maia Junior (org.). – Fortaleza: EdUECE, 2024.  
191p. il. [livro eletrônico]  
ISBN: 978-85-7826-987-6  
<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6>

1. Golpe militar. 2. Autoritarismo. 3. Extrema direita. 4. Xavier, Antônio Roberto. 5. Maia Junior, Edmilson Alves. I. Título

---

CDD 370



# SUMÁRIO

## **APRESENTAÇÃO ■ 7**

*Antônio Roberto Xavier*

*Edmilson Alves Maia Junior*

## **1 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: POPULISMO AUTORITÁRIO DE EXTREMA DIREITA E OS DESAFIOS À EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA UMA DEMOCRACIA SUSTENTÁVEL ■ 13**

*Antônio Roberto Xavier*

*Edmilson Alves Maia Junior*

## **2 POPULISMO AUTORITÁRIO DE EXTREMA DIREITA AOS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL E A NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA UMA DEMOCRACIA SUSTENTÁVEL ■ 34**

*Virgínia Cavalcante Coelho*

*Fidel Cambundo Sanuca*

*Kalyne Freitas Lima*

## **3 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: A ASCENSÃO POLÍTICA DA EXTREMA DIREITA E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ■ 60**

*Ana Beatriz da Silva Lemos*

*Pedro Bruno Silva Lemos*

*Antônio Roberto Xavier*

## **4 A EXTREMA DIREITA BOLSONARISTA, O 8 DE JANEIRO DE 2023 E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA DO BRASIL APÓS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964 ■ 82**

*Antônio Roberto Xavier*

*Karla Renata de Aguiar Muniz*

*José Gerardo Vasconcelos*

**5 SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE TRABALHOS DA BASE PERIÓDICOS CAPES ■ 100**

*Francisco William Coêlho Bezerra*

*Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne*

*Helder Domingos Filipe*

**6 OS DESAFIOS QUE PERMEIAM A EDUCAÇÃO POLÍTICA, MÍDIA E DEMOCRACIA ■ 116**

*Maria Vandia Guedes Lima*

*Francisca Pereira Paiva*

*Antônia Francieuda Pinheiro Cavalcante*

**7 BOLSONARISMO, GÊNERO E MÍDIAS: ESTUDO SOBRE PÁGINAS DA EXTREMA DIREITA BOLSONARISTA NO FACEBOOK ■ 130**

*Jamile Pinheiro da Silva*

*Edmilson Alves Maia Junior*

**8 JAIR BOLSONARO: DA CASERNA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E SEU PROJETO AUTORITÁRIO ■ 148**

*Antônio Roberto Xavier*

*Karla Renata de Aguiar Muniz*

*João Gabriel de Aguiar Muniz de Brito*

## APRESENTAÇÃO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/apr>

### **ANTÔNIO ROBERTO XAVIER**

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós-doutor (em andamento) Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutor em Educação pela UFC, mestre em Políticas Públicas e Sociedade (Sociologia) pela UECE e em Planejamento e Políticas Públicas também pela UECE, especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e graduado em História pela UECE e em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), do curso de Serviço Social, do curso de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e do curso de graduação em Administração Pública, todos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: 1) Política, Estado, Regimes de Governo e Políticas Públicas; 2) Etnociência, Sustentabilidade e Povos/Comunidades Tradicionais; 3) Culturas, História, Memória e Educação; 4) Metodologia da Escrita e da Pesquisa Científicas. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará (Gephec/CNPq). Membro efetivo da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap, 2021-2023). Parceria internacional (2015...) - Membro-Avaliador Permanente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

### **EDMILSON ALVES MAIA JUNIOR**

Pós-Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e graduado em História pela UFC. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professor efetivo do curso de graduação em História, ambos em Quixadá, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc). Tem experiência nas temáticas: Memória, História Oral, Narrativas (Auto) Biográficas, Teoria da História, História Contemporânea, História do Tempo Presente e a Ditadura de 1964 a 1985: Mídia e Sociedade. É coordenador do projeto de extensão "Fontes Históricas da Ditadura", do curso de História da Feclesc/UECE, desde 2018. É integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: edmilson.junior@uece.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8568-6448>

Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo (Ulisses Guimarães, 1988).

60

**anos do golpe militar no Brasil e o populismo autoritário de extrema direita: desafios à educação política para uma democracia sustentável no alvorecer do século XXI** é um livro composto por coletânea de capítulos da história do tempo presente de um certo passado que nem passado é ainda, pois este está sempre lembrado e revivido na mente e na prática daqueles/as que são ávidos/as pelo poder de forma autoritária e antidemocrática.

A obra foi organizada pelos professores Antônio Roberto Xavier, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), então estagiário de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História e Letras (PPGHIL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), *campus* da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), e pelo professor Edmilson Maia Alves Junior, do PPGHIL-UECE-Feclesc, então supervisor desse estágio pós-doutoral. Ademais, esta produção é fruto do projeto de pesquisa “Populismo autoritário da extrema direita e educação política sustentável para a democracia”, cadastrado sob



o Edital 01/20220-Fluxo Contínuo junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPPG) da Unilab.

O escopo central desta obra é trazer ao debate atual as crises da democracia capitalista do Estado burguês liberal e o avanço da extrema direita no mundo e especificamente no Brasil. Esta obra, em forma de *e-book*, é composta por oito capítulos textuais e foi integralmente financiada pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio da PROPPG-Unilab.

O primeiro capítulo, “Populismo autoritário de extrema direita aos 60 anos do golpe militar no Brasil e a necessidade de educação política para uma democracia sustentável”, de Antônio Roberto Xavier e Edmilson Alves Maia Junior, teve por foco principal debater sobre o avanço do populismo político autoritário de extrema direita no alvorecer do século XXI e a importância da educação política como estratégia essencial visando à defesa e ao fortalecimento de uma democracia sustentável e do Estado democrático de direito em geral e no Brasil.

O segundo capítulo, “60 anos do golpe militar no Brasil: da ditadura militar à democracia constitucional de 1988 e a necessária educação política para uma democracia sustentável”, de Virgínia Cavalcante Coelho, Fidel Cambundo Sanuca e Kalyne Freitas Lima, visou analisar sucintamente a transição da ditadura militar, a partir do golpe militar de 1964, para a democracia abraçada pela Constituição Federal promulgada em 1988, no intuito de permitir uma compreensão do contexto histórico em que se reconquistou a democracia para, em seguida, refletir sobre sua efetividade pragmática na sociedade brasileira atual.

O terceiro capítulo, “60 anos do golpe militar no Brasil: a ascensão política da extrema direita e os impactos na Educação Ambiental”, de Ana Beatriz da Silva Lemos, Pedro Bruno Silva Lemos e Antônio Roberto Xavier, objetivou analisar a ascensão política da extrema direita brasileira e os impactos na Educação Ambiental através de iniciativas políticas e ideológicas.

O quarto capítulo, “Extrema direita bolsonarista, o 8 de janeiro de 2023 e a resistência democrática do Brasil após 60 anos do golpe militar de 1964”, de Antônio Roberto Xavier, Karla Renata de Aguiar Muniz e José Gerardo Vasconcelos, buscou contribuir com a sociedade brasileira na vigilância, defesa e fortalecimento da democracia contra as ameaças golpistas de líderes populistas autoritários militares ou civis do espectro político da extrema direita ou da extrema esquerda.

O quinto capítulo, “Sustentabilidade democrática: uma revisão narrativa de trabalhos da base Periódicos Capes”, de Francisco William Coêlho Bezerra, Maria de Fátima Portela Cysne e Helder Domingos Filipe, objetivou explorar os trabalhos sobre sustentabilidade democrática e verificar as implicações das políticas de extrema direita, examinando como essa abordagem política influencia a capacidade dos Estados democráticos de se manterem alinhados aos padrões democráticos. As políticas de direita vão de encontro a ideais que buscam solucionar problemas como a desigualdade, as mudanças climáticas, entre outros.

O sexto capítulo, “Os desafios que permeiam a educação política, mídia e democracia”, de Maria Vandia Guedes Lima, Francisca Pereira Paiva e Antônia Francieuda

Pinheiro Cavalcante, teve como objetivo analisar as principais teorias e abordagens sobre educação política, mídia e democracia, identificando os desafios confrontados na efetivação da educação política nos âmbitos midiáticos.

O sétimo capítulo, “Bolsonarismo, gênero e mídias: estudo sobre páginas da extrema direita *bolsonarista* no Facebook”, de Jamile Pinheiro da Silva e Edmilson Alves Maia Junior, buscou compreender o crescimento ideológico *bolsonarista* entre as mulheres através de análise de páginas da rede social Facebook.

O oitavo capítulo, “Jair Bolsonaro: da caserna à presidência da república e seu projeto autoritário”, de Antônio Roberto Xavier, Karla Renata de Aguiar Muniz e João Gabriel de Aguiar Muniz de Brito, objetivou trazer à tona as ameaças golpistas ditatoriais de Jair Messias Bolsonaro, o 38º presidente do Brasil, com mandato previsto de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, tendo sido eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), e sua intenção golpista ditatorial prometida antes de chegar ao poder central e tentada quando assumiu a presidência da República Federativa do Brasil, o que culminou em 8 de janeiro de 2023, com o maior ataque ao nosso regime democrático e ao Estado democrático de direito no Brasil desde a nossa redemocratização de 1985.

Sem mais delongas para o momento, convidamos a todas e todos para a leitura desta obra, que se caracteriza por sua peculiar interdisciplinaridade de fatos e conteúdos político-ideológicos e seus impactos nas sociedades em geral e especificamente na sociedade brasileira.

*Os organizadores*



# 1 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: POPULISMO AUTORITÁRIO DE EXTREMA DIREITA E OS DESAFIOS À EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA UMA DEMOCRACIA SUSTENTÁVEL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap1>

## **ANTÔNIO ROBERTO XAVIER**

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós-doutor (em andamento) Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutor em Educação pela UFC, mestre em Políticas Públicas e Sociedade (Sociologia) pela UECE e em Planejamento e Políticas Públicas também pela UECE, especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e graduado em História pela UECE e em Pedagogia pela Faculdade Kurius (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), do curso de Serviço Social, do curso de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e do curso de graduação em Administração Pública, todos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: 1) Política, Estado, Regimes de Governo e Políticas Públicas; 2) Etnociência, Sustentabilidade e Povos/Comunidades Tradicionais; 3) Culturas, História, Memória e Educação; 4) Metodologia da Escrita e da Pesquisa Científicas. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará (Gephec/CNPq). Membro efetivo da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap, 2021-2023). Parceria internacional (2015...) - Membro-Avaliador Permanente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

## **EDMILSON ALVES MAIA JUNIOR**

Pós-Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e graduado em História pela UFC. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professor efetivo do curso de graduação em História, ambos em Quixadá, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc). Tem experiência nas temáticas: Memória, História Oral, Narrativas (Auto) Biográficas, Teoria da História, História Contemporânea, História do Tempo Presente e a Ditadura de 1964 a 1985: Mídia e Sociedade. É coordenador do projeto de extensão "Fontes Históricas da Ditadura", do curso de História da Feclesc/UECE, desde 2018. É integrante do Grupo de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: edmilson.junior@uece.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8568-6448>

## Introdução

Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo (Ulisses Guimarães, deputado, Brasília, 5 de outubro de 1988).

Neste ano de 2024, completam seis décadas de uma memória traumática para a política, a sociedade e sobretudo para a democracia no Brasil. Há 60 anos, nossa jovem democracia era solapada por militares das Forças Armadas brasileiras insufladas pelo contexto da geopolítica internacional ideológica da Guerra Fria que dividia o mundo ocidental entre duas potências mundiais: os Estados Unidos da América (EUA), de um lado, e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de outro. A primeira potência, os EUA, liderando os seus aliados do bloco capitalista, e a URSS liderando os países propensos à filosofia socialista. É nesse fogo cruzado que as Forças Armadas brasileiras, com apoio técnico, logístico e bélico dos EUA e com base em uma “grande mentira”, a paranoia de uma ameaça comunista, decidem colocar seus soldados, armas e tanques de guerra nas ruas, então, na madrugada do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964, desferem um golpe militar na democracia do Brasil, depondo o presidente Goulart, que

havia sido democraticamente eleito, e assaltando o poder político do país, permanecendo um regime ditatorial com cinco generais ditadores por mais de duas décadas, quando cassaram mandatos de adversários políticos, torturaram e mataram quem fosse adversário do regime, suprimiram direitos e garantias individuais e coletivas e, ao final, ficaram impunes com a distorcida Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979).

Apesar de uma certa memória traumática e/ou ressentida em relação ao golpe militar de 1964 e a consequente ditadura, as ameaças autoritárias e ditatoriais governamentais no Brasil continuam, vez por outra, vindo à tona e a expressão “Ditadura nunca mais”, que inicialmente parecia uma palavra de ordem, ficou apenas no campo do que deveria ser e não no âmbito da prática cotidiana da política brasileira. Nesse sentido, temos por foco principal nesta escrita debater sobre o avanço do populismo político autoritário de extrema direita no alvorecer do século XXI e a importância da educação política como estratégia essencial visando à defesa e ao fortalecimento de uma democracia sustentável e do Estado democrático de direito em geral e no Brasil.

O populismo, em sua forma tradicional, pode ocorrer como política econômica, estilo de liderança política e discurso ou até mesmo as três formas juntas. Conforme o pensamento de Cruz e Chaloub (2021, p. 150), a totalidade de autores que analisam o fenômeno político do populismo o explicam ou tentam explicar:

[...] a partir de transformações na estrutura socioeconômica, em geral a crise da dominação oligárquica e de sua base material, a economia primário-exportadora

tadora e a passagem para uma sociedade burguesa e industrial.

Além disso, esses mesmos autores consideram o populismo como uma “forma desviante da política”, seja em relação ao “paradigma liberal-democrático”, vinculado ao populismo como política econômica, seja em relação ao estilo de liderança política, pertinente “[...] aos partidos operários e ideologias socialistas” (Cruz; Chaloub, 2021, p. 150).

O populismo se apresentou acentuado na América Latina a partir sobretudo do século XX, com governantes considerados de direita. No Brasil, o período áureo do populismo de direita é circunscrito principalmente ao período iniciado em 1930, com a governança de Getúlio Vargas, ao golpe militar de 1964, com a deposição do presidente João Goulart e início da ditadura militar no Brasil.

Dentre as muitas características do populismo tradicional, algumas são mais proeminentes e mais comuns nesses Estados, tais como: presença de liderança política fundamentada no carisma, relações diretas e não institucionalizadas formais entre a população e o poder, messianismo, militarismo, medidas econômicas de cunho nacionalista visando atender às demandas neoliberais/ultraliberais, com base em discurso conciliatório entre as classes sociais.

Por outro lado, os políticos populistas de extrema direita, além de apresentarem as características gerais supramencionadas, são mais autoritários, radicalizam polarizando e impedem qualquer possibilidade de diálogo conciliatório. Tais políticos se apresentam também



como anticorrupção, antissistema, o novo da política e redentores sociais. Com isso, conseguem apoio de uma grande parcela da sociedade, principalmente aquela frustrada, ressentida com as promessas da democracia capitalista liberal, do sistema político tradicional, com a exclusão social. Essa parcela passa a viver em bolhas de notícias falsas (realidade paralela) e a acreditar cegamente em tudo que sai da boca ou é transmitido pelos adeptos desses líderes populistas autoritários, que, em seus discursos demagógicos de fácil compreensão e de amplo alcance, demonizam o sistema político tradicional do qual fazem parte, bem como seus adversários políticos. Elencam pautas conservadoras/ultraconservadoras da moral e/ou religiosas para atacar seus oponentes políticos, acusando-os de serem os praticantes, quando, na realidade, são eles os acusadores que praticam tais condutas. Atacam a democracia e querem miná-la até destruí-la para poderem implantar seu modo autoritário autocrático de governança com a destruição de políticas públicas, principalmente destroem as políticas sociais, destinadas a indivíduos e classes sociais mais vulneráveis, bem como atacam e/ou praticam o negacionismo climático (Miguel, 2022).

Em termos gerais, é inegável que as teorias do populismo político autoritário de extrema direita têm encontrado terreno fértil em vários locais mundo afora, como, por exemplo, na Alemanha, em que, em julho de 2023, pela primeira vez, o partido *Alternative für Deutschland* (AfD), de extrema direita, conseguiu eleger um prefeito no país. Trata-se de Hannes Loth, eleito como prefeito de Raghun-Jessnitz, uma pequena cidade no es-

tado da Alta Saxônia. De modo não diferente, na Espanha, onde o Vox, partido populista conservador de extrema direita que se declara herdeiro do ditador Francisco Franco e dos Cavaleiros Templários da Idade Média, tem apresentado significativos avanços nos últimos tempos. O Vox e o Partido Popular (PP) vêm fazendo alianças em várias regiões, desbancando inclusive o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) em alguns de seus redutos tradicionais (RFI, 2023).

Esta pesquisa surge a partir de questões gerais relacionadas ao populismo político autoritário com o avançar do ideário da extrema direita no mundo e no Brasil, especificamente no alvorejar do século XXI, com a crise de legitimidade das democracias do/no modo de produção capitalista globalizado. Diante dessa inegável crise da democracia, a extrema direita, assim como no passado, tem se aproveitado para tentar destruir os regimes democráticos no mundo e no Brasil.

Em face disso tudo, surge uma intrigante pergunta: por que será que, mesmo diante de tanta informação, de um mundo informatizado e interconectado por mídias/redes sociais, pessoas pertencentes ao espectro político de extrema direita conseguem se eleger/reeleger pelo voto popular democrático? Esta indagação servirá de fio condutor para esta escrita.

## **Metodologia**

No âmbito da metodologia científica, esta pesquisa emprega o método procedimental bibliográfico de natureza básica, por aperfeiçoar conhecimentos úteis e

novos para a ciência e para a sociedade. Ainda na seara metodológica, esta pesquisa é de cunho teórico, pois se debruça no debate, visando aprimorar teorias, conceitos e ideias a partir do bojo de fontes teóricas que tratam da temática especificamente esboçada no tema principal deste capítulo. Em relação ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória em razão de o objeto investigado corresponder a um fenômeno contextual contemporâneo relativamente novo que se reveste de novas formas, estratégias e conteúdos, constantemente. Nesses casos, em razão do tempo em que o fenômeno se apresenta, as pesquisas são sempre exploratórias quanto aos objetivos a serem alcançados. No tocante à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois busca compreender e, ao mesmo tempo, explicitar uma questão social (Gil, 2008).

Para a coleta de informações, consoante Gil (2008), empregar-se-á como técnica principal a revisão de literatura, visando desnudar e trazer à tona inovações de interpretação e ensino-aprendizagem quanto à matéria aqui em tablado. Interessa-nos o debate sobre os efeitos político-sociais no âmbito da educação política para a defesa, compreensão e fortalecimento da democracia como bem maior de liberdade, convivência social harmônica, consolidação e garantia dos direitos fundamentais e humanos para o exercício da cidadania em pleno Estado democrático de direito no Brasil. Com relação às técnicas de análise, optou-se pela análise de conteúdo e do discurso contextual sócio-histórico (Chizzotti, 2011; Gil, 2008).

## Resultados e discussão

### ***Populismo autoritário, extrema direita e democracia no alvorecer do século XXI***

“Sopram ventos malignos no planeta azul” (Castells, 2018).

Essa epígrafe está estampada logo no início do livro *Ruptura: a crise da democracia liberal*, de Manuel Castells (2018). Nessa obra, o escritor espanhol faz um apanhado histórico sobre as gestões governamentais e ascensão do espectro político da extrema direita por meio do populismo autoritário. Castells (2018) lembra que essa onda de avanço da extrema direita está ocorrendo em boa parte do mundo e aponta causas variadas. São mudanças, transformações, rupturas e desafios aos regimes democráticos liberais capitalistas que demonstram alguns esgotamentos em suas propostas e promessas ao povo. Esgotamentos esses causados pelas próprias crises cíclicas do capitalismo globalizado e sua política de mercado neoliberal (Bresser-Pereira, 2020).

O populismo político autoritário se aproveita das rupturas provocadas, sobretudo pelas crises cíclicas socioeconômicas e políticas das democracias geradas pelo neoliberalismo. Tais rupturas geram descrenças e decepções no cidadão, que passa a criticar seu governante e a procurar um substituto. Essas crises democráticas servem como ponte para que líderes políticos populistas, demagogos e autoritários se apresentem como verdadeiros salvadores. Foi com esse tipo de ruptura de interesses neoliberais do capitalismo globalizado, em

detrimento das classes sociais mais pobres, que ocorreu o golpe de Estado legal contra Dilma Rousseff no Brasil, em 2016, abrindo caminho para que um líder populista autoritário golpista e militar inativo chegasse à Presidência da República no Brasil, com uma promessa explícita de levar novamente o país a uma ditadura militar. Foi motivada pela hiperinflação que a Argentina elegeu o extremista Javier Milei à presidência no final do ano de 2023. É por ocasião dessas rupturas que esses líderes populistas autoritários que dispõem de um trabalho midiático profissional de interesses neoliberais chegam ao poder pelo voto democrático para, em seguida, tentar se manter em seus cargos atacando as instituições democráticas e o Estado democrático de direito (Bresser-Pereira, 2020; Castells, 2018).

Entretanto, segundo já observou Schumpeter (2017), a culpa não é somente desses demagogos populistas autoritários aproveitadores dessas lacunas ou rupturas democráticas para chegarem ao poder. É um problema estrutural do próprio regime democrático, da política e do cidadão mediano. Este último, enquanto eleitor, não é um bom juiz e aceita as promessas preconceituosas, extra-rationais e irracionais desses líderes populistas autoritários sem muita ou nenhuma resistência.

As causas dessa realidade são várias, por exemplo: a falta de representação dos partidos políticos e dos Estados nacionais, as acentuadas desigualdades sociais, os descréditos quanto aos políticos e outras temáticas do gênero que são facilmente influenciadas pelos meios de comunicação, sobretudo pelas mídias/redes sociais (Castells, 2018; Sorj; Fausto, 2016).

A frustração com o presente e sobretudo a perda de confiança no futuro afetaram a legitimidade da democracia capitalista, transbordando o sistema político tradicional. A convergência ao centro criou um espaço preenchido por políticos que apostam na polarização radical. A queda do comunismo e a descrença na possibilidade de alternativas à sociedade capitalista favoreceu a ocupação desse espaço por partidos de extrema direita (Sorj, 2020, p. 77).

As decepções com os modelos e promessas das democracias capitalistas liberais até aqui parecem ser a mola propulsora do apoio dado por eleitores/as a muitos líderes populistas autoritários de extrema direita e alguns ainda da esquerda que conseguem chegar ao poder via voto democrático popular, mas que, após alcançarem tal triunfo, passam a corroer por dentro os regimes democráticos, rumando em direção aos regimes governamentais autocráticos. Tais governantes parecem cumprir com a previsão aristotélica quando transformam as democracias em palcos da demagogia e passam a praticar uma espécie de política desqualificada, rebaixada, má e demagógica, visando enganar e manipular a boa-fé de seus apoiadores, ansiosos por soluções de muitos de seus problemas (Aristóteles, 1998).

É assim que tem acontecido com certos líderes políticos de direita/extrema direita, como: Vladimir Putin, da Rússia; Donald Trump, dos EUA; Giorgia Meloni, Matteo Salvini e Sílvio Berlusconi, da Itália; Tayyip Erdogan, da Turquia; Viktor Orbán, da Hungria; Benjamin Netanyahu, de Israel; Jair Bolsonaro, do Brasil; Javier Milei, da Argentina, etc., bem como da esquerda/extrema

esquerda, como: Hugo Chávez e Nicolás Maduro, da Venezuela; Daniel Ortega, da Nicarágua, etc. (Castells, 2018).

Esses governantes chegam ao poder pelo voto popular democrático, porém, após assumirem seus mandatos, passam a corroer por dentro as instituições democráticas, os dispositivos constitucionais, por meio de discursos demagogos conservadores/ultraconservadores em defesa de falsas pautas moralistas, aliam-se aos grandes rentistas e às classes dominantes de seus respectivos países, cooptam seus sistemas de comunicação (imprensa tradicional e mídia em geral) e agregam uma ala religiosa por meio de benesses a seus líderes. Valem-se das liberdades democráticas para as atacarem e instalam ou tentam instalar uma verdadeira cultura de intolerância, inclusive com o apoio da grande mídia e imprensa tradicional, cooptadas pelas benesses desses líderes. Desse modo, passam a disseminar suas manifestações das chamadas “verdades alternativas”, ou discursos do “pós-verdade”, e o negacionismo científico. Fazem isso utilizando discursos de ódio/mentiras, *fake news* e/ou manipulando as informações. Valem-se de recursos e técnicas digitais com disparos de ataques mentirosos e raivosos em massa contra seus adversários, estigmatizando-os e transformando-os em inimigos. Alimentam e retroalimentam suas bolhas em um permanente Estado raivoso e violento com discursos xenófobos, contra minorias, negam a ciência (Castells, 2018; Empoli, 2019; Levitsky; Ziblatt, 2018; Löwy, 2015, 2019, 2020; Rancièrre, 2014; Sorj, 2020; Sorj; Fausto, 2016).

Em Portugal, a extrema direita tem alcançado avanços significativos a partir do recém-criado (2019)

Partido “Chega”, de ideologia populista nacionalista radical, liberal na economia e conservador nos costumes. Nas eleições legislativas de Portugal em 2022, com um discurso profundamente xenófobo, antiaborto, anti-imigrantes, anticiganos, antifeminista, antiLGBTQIAP+, o Chega, liderado por André Ventura, foi o terceiro partido mais votado, com dadas surpresas, mas não para por aí. O avanço da extrema direita populista autoritária também acontece em partidos que lideraram os governos da Itália, da Polónia e da Hungria. Também na Finlândia, a extrema direita passou a integrar o governo e na Suécia dá apoio decisivo ao novo governo conservador. Na Grécia, onde os conservadores conseguiram expressiva vitória recentemente, três partidos de extrema direita conseguiram entrar no Parlamento Nacional. Até na cada vez mais tumultuada França, a candidata Marine Le Pen, de extrema direita, tem aumentado seu número de votos a cada eleição que tem disputado (RFI, 2023).

No continente americano, o avanço da extrema direita no início deste século XXI tem se acentuado de forma expressiva, sobretudo na Argentina de Javier Milei (eleito presidente, que tem assunção prevista para 10 de dezembro de 2023), no Brasil de Jair Bolsonaro (eleito presidente, mas não reeleito) e nos EUA de Donald Trump (eleito presidente, mas não reeleito). Vale destacar que a grande diferença da extrema direita nos EUA e no Brasil é que no país estadunidense esta vem se estruturando há umas quatro décadas e no Brasil a extrema direita retornou há mais ou menos uma década, após a trégua da ditadura militar de 1964 a 1985. Outra diferença é que no Brasil a extrema direita conta com um apoio maciço dos



militares e nos EUA não, mas, de forma geral, a extrema direita populista e autoritária, neste início de século XXI, segue as características do tradicional nacionalismo e xenofobia d'antes e conta com uma grande aliada, a internet, por meio das mídias/redes sociais, que a extrema direita utiliza em larga escala para a produção de mentiras, desinformação, *fake news* e discurso de ódio (RFI, 2023).

O fato concreto é que o populismo político autoritário, sobretudo de extrema direita, segue ameaçando as democracias em muitos países no mundo. São poucas as democracias representativas consideradas de caráter pleno. Os discursos desses extremistas são sempre com base em pautas chamadas por eles mesmos de conservadoras nos costumes e liberais/neo/ultraliberais na economia, trazendo para a responsabilidade do Estado demandas individuais que agradam as pessoas que se identificam com esses demagogos populistas autoritários. Nos costumes, as pautas repressivas/preconceituosas como: proibição do aborto, da maconha e da educação sexual nas escolas; redução da maioria penal; liberação de armas, dentre outras, estão presentes nos discursos desses populistas autoritários. Assim também estão as pautas liberais na economia: Estado mínimo (diminuição do Estado) para o social e máximo para o capital; privatização das instituições/organizações públicas; reformas e mais reformas, dentre outras (Bresser-Pereira, 2020).

### ***Educação política para uma democracia sustentável***

Parte-se do pressuposto de que a democracia é o regime político adotado como o mais apropriado para a

convivência humana e pelo qual os seres humanos podem ser livres, cultivarem o respeito mútuo e participarem das decisões políticas visando ao bem na e para a sociedade individual e coletivamente.

Diante da ameaça autoritária da extrema direita e para se proteger de risco à democracia e ao Estado democrático de direito, a educação política, em todos os espaços, inclusive e sobretudo a partir do currículo formal, é urgente. Faz-se necessário ampliar o ensino, o debate tanto na teoria como na prática, visando à defesa da democracia em geral e no Brasil. É de suma importância conscientizar a todos/as de que a democracia é um bem inegociável e que, apesar de suas imperfeições, ainda é o regime de governo mais apropriado para o desenvolvimento do humanismo, que permite aspirações e inter-relações das classes sociais mais pobres.

É na democracia que se respeita e se reconhece a vontade da maioria que vai às urnas e elege seu candidato. É na democracia que prevalece a vontade soberana do povo. É também na democracia que se vota e se é votado respeitando-se as regras do jogo de quem é eleito no pleito com maioria de votos e assume o poder. Não se respeitando esse jogo, significa quebra de pacto democrático (Bobbio, 2004; Castells, 2018).

No Brasil, por exemplo, nunca é demais lembrar que a democracia foi conquistada a duras penas por resistência e luta de gerações passadas. Nesse sentido, faz-se necessária uma conscientização da atual geração visando a perpassar às gerações posteriores que os valores e princípios da democracia são inegociáveis. É preciso deixar posto que a democracia e o Estado demo-

crático de direito são mecanismos político-sociais indispensáveis ao exercício da cidadania ativa e dos direitos humanos, civis, políticos, sociais e difusos (Arendt, 2005; Benevides, 1998; Xavier, 2009).

Destarte, diante da falta de compreensão dos valores e princípios inegociáveis da democracia, defendemos que uma das indispensáveis estratégias para a defesa e proteção da democracia é a educação por meio de componentes curriculares sobre educação política e história do sistema político-administrativo brasileiro desde a educação básica formal, para além da educação política não formal e informal em todos os espaços públicos de ensino.

Entendemos que a democracia é um bem inegociável e que a extrema direita a menospreza quando seus líderes chegam ao poder, mas entendemos também que a educação em geral e no Brasil é deficitária, pior ainda quando se trata de educação política visando a uma democracia sustentável.

Nessa ótica, a educação política é um dos vetores da educação de condição *sine qua non* para que a democracia seja defendida, reconhecida, priorizada e garantida. No caso do Brasil, as previsões educacionais democráticas estão em nossa Lei Maior, a Constituição Federal de 1988, e também na nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 (Brasil, 1988, 1996). Porém, a falta de previsão de disciplinas sobre educação política para a democracia e o sistema político brasileiro, sobretudo a partir da Constituição Federal do Brasil e da LDBEN, em nossa visão, prejudica ainda mais esse quadro (Paro, 2000). Assim:

[...] a educação para a democracia não pode reduzir-se à preocupação com a mera formação egoística do consumidor que tem direitos, como dá a entender muito discurso estereotipado sobre a formação do cidadão, especialmente aquele de origem oficial [...] a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como 'titulares de direito', mas também como 'criadores de novos direitos', é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto, a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. Benevides destaca três elementos que considera 'indispensáveis e interdependentes para a compreensão da educação para a democracia', os quais retratam com propriedade o sentido que estamos dando a esse aspecto (Paro, 2000, p. 30).

O fortalecimento democrático depende da educação política destinada a ele, a educação política que deve estar presente em todo o sistema educacional de cada país. Para que exista uma democracia sustentável, é necessário não somente sua previsão nos dispositivos legais, mas que a educação política para a democracia esteja prevista como disciplina nos currículos oficiais de formação desde a primeira educação formal. Essa é uma estratégia ou política educacional de longo prazo e mais longo ainda nos países que não conseguiram consolidar seus regimes democráticos ou que têm sofrido rupturas e/ou ameaças de rupturas com frequência. O fato real é que as democracias contemporâneas estão sujeitas a

rupturas, necessitando que sejam educadas e reeducadas se quiserem ser sustentáveis (Rangel, 2010).

Em suma, para uma democracia ser realmente sustentável, é preciso que aconteça ação de educação política para a democracia da seguinte forma: 1) informalmente, no seio da família, na comunidade, em grupos, redes sociais e demais multimídias; 2) não formalmente, em organizações não governamentais, sindicatos, conselhos comunitários, dentre outras agremiações; e 3) formalmente, em instituições estatais e em organizações oficiais particulares, observada a legislação vigente de cada país (Dantas, 2010, 2017).

## Conclusão

No decorrer desta pesquisa, ficou demonstrado como os líderes políticos populistas do espectro político de extrema direita conseguem chegar ao poder e, em seguida, passam a atacar essa mesma democracia que lhes possibilitou ascender ao poder pelo voto popular democrático. Pautamos também a ascensão da extrema direita com seus ideários antidemocráticos e demagógicos e, por último, discorremos sobre a educação política como estratégia *sine qua non* para uma democracia sustentável e de combate ao populismo autoritário e ao avanço da extrema direita no alvorecer do século XXI.

## Referências

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENEVIDES, M. V. Educação para a cidadania e em direitos humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 2., 1998, Águas de Lindoia. *Anais [...]*. Águas de Lindoia: Feusp. 1998. p. 165-177.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 1979.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 111, p. 51-79, 2020.

CASTELLS, M. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CRUZ, A. K. V.; CHALOUB, J. O enigma do populismo na América Latina: conceito ou estereótipo?. In: BATISTA, M.; RIBEIRO, E.; ARANTES, R. (ed.). *As teorias e o caso*. Santo André: UFABC, 2021. p. 143-190.

DANTAS, H. Apresentação: o caráter essencial da educação política e desenvolvimento da democracia no Brasil. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2010.

DANTAS, H. *Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2017.

EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. 3. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015.

LÖWY, M. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *Bresserpereira.org*, [S.l.], 2019. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LÖWY, M. O neofacista diante da Pandemia. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michaellowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MIGUEL, J. C. H. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade & Estado*, Brasília, DF, v. 37, n. 1, p. 293-315, 2022.

PARO, V. H. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 13, n. 1, p. 23-38, 2000.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANGEL, P. C. *Uma democracia sustentável*. Coimbra: Tenacitas, 2010.

RFI. Partidos de extrema direita crescem na Europa com versões atualizadas do nacionalismo. *G1*, [S.l.], 10 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/07/10/partidos-de-extrema-direita-crescem-na->



-europa-com-versoes-atualizadas-do-nacionalismo.gh-  
ml. Acesso em: 13 set. 2023.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Unesp, 2017. (Parte IV – Socialismo e Democracia).

SORJ, B. *Em que mundo vivemos?*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2020.

SORJ, B.; FAUSTO, S. (org.). *Ativismo político em tempos de internet*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2016.

XAVIER, A. R. *Segurança pública, direitos humanos e cidadania: desafios ao Estado democrático de direito no Brasil*. Fortaleza: Imprece, 2009.

## **2 POPULISMO AUTORITÁRIO DE EXTREMA DIREITA AOS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL E A NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA UMA DEMOCRACIA SUSTENTÁVEL**

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap2>

### **VIRGÍNIA CAVALCANTE COELHO**

Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (Unifor), com estágio na Université Lumière Lyon 2 (Lyon/França), mestra em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professora efetiva do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), tendo exercido por dez anos o cargo de professora efetiva da Universidade Federal do Cariri (UFCA), onde atuou como coordenadora do curso de Administração. É advogada, com especialidade em Direito do Trabalho e do Consumidor. Atua principalmente nas seguintes áreas: Direitos Humanos, Direitos Trabalhistas, Direitos Consumidoristas, Danos Morais e Assédio Moral no Trabalho, com foco na interdisciplinaridade das ciências.  
E-mail: virginiacavalcante@unilab.edu.br

### **FIDEL CAMBUNDO SANUCA**

Graduando em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Bolsista de Francês do Núcleo de Língua da Unilab. Colaborador interno do grupo de pesquisa "Populismo autoritário da extrema direita e educação política sustentável para a democracia". Ativista comunitário, intérprete, tradutor, poliglota e professor de línguas estrangeiras. Tem interesse por áreas como: Ciência Política, Relações Internacionais, Antropologia, Sociologia, Línguas Estrangeiras, Educação e Direitos Humanos.  
E-mail: sanucafidel@gmail.com

### **KALYNE FREITAS LIMA**

Graduanda em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Técnica em Administração. Possui experiência como administrativa no setor pessoal e auxilia em pesquisas de diversas áreas.  
E-mail: kalynefreitaslima@gmail.com

## Introdução

A democracia é um sistema político que floresceu em Atenas, na Grécia, e é o regime político adotado hodiernamente pelo Brasil. A palavra “democracia” origina-se do grego e significa, popularmente, o “poder do povo”; como já afirmara o ex-presidente dos Estados Unidos Abraham Lincoln (1809-1865), “A democracia é o governo do povo, pelo povo, para o povo”.

O Brasil viveu alguns momentos de democracia, até que esta foi arrancada do povo pelo golpe militar de 1964. Este dizimou a democracia durante 21 anos, restringindo os direitos individuais dos cidadãos, bem como os direitos coletivos e da imprensa. A ditadura militar foi um período turbulento pelo qual o Brasil passou, com a monopolização do poder, centralizado tão somente no presidente da república.

Durante esse momento crítico vivido no Brasil, estiveram sempre presentes uma luta e tentativa de se sair desse período sombrio, de forma que parte da população, cansada, torturada e opondo-se a esses maus-tratos, preparava estratégias, movimentos, reflexões e ações di-

versas para que se trouxessem de volta a democracia e, quiçá, a vida brasileira.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, materializou a democracia em diversos artigos, permitindo a tão sonhada redemocratização. Conferiu liberdade ao cidadão brasileiro, direito a se expressar, não ser penalizado pelo silêncio, escolher aqueles que o representarão tanto no Poder Legislativo quanto no Poder Executivo, sem que haja distinção de gênero, raça, religião, idade ou condição econômica. Tudo isso aliado à separação e independência dos poderes. Não basta, porém, que os princípios e valores democráticos estejam positivados nem é suficiente que a escolha dos representantes seja feita pelo povo, já que a manutenção da democracia e sua efetiva concretização na prática exigem uma constante fiscalização dos eleitos e análise de suas atitudes enquanto detentores do poder a eles conferido. A sustentabilidade da democracia só se dá quando há uma vontade efetiva desse povo que a escolheu; do contrário, não passará de lei morta.

Nesse sentido, este capítulo tem o condão de tentar responder às seguintes indagações: os valores intrínsecos da democracia encontram-se efetivamente sedimentados na sociedade brasileira atual? O que pode ser feito para que obtenhamos uma democracia efetiva e sólida, alinhando-se à lei em vigor e à prática no cotidiano da sociedade?

Para tanto, pretende-se fazer uma breve análise da transição da ditadura militar a partir do golpe militar de 1964 para a democracia abraçada pela Constituição Federal promulgada em 1988, no intuito de permitir uma

compreensão do contexto histórico em que se reconquistou a democracia, para se refletir, em seguida, sobre sua efetividade pragmática na sociedade brasileira atual. Em seguida, pretende-se, com esta pesquisa, refletir sobre o que pode ser feito para buscar garantir o mais que se puder a sustentabilidade da democracia amparada legalmente.

## **Metodologia**

No fim das contas, o conhecimento só serve e só adquire sentido para a humanidade à medida que contribui para melhorar sua capacidade de fluir a vida e para diminuir o sofrimento humano, fugindo de necessidades desagradáveis ao que o mundo obriga. Podemos, então, ver o conhecimento como fator de liberdade, como elemento para a felicidade (Magalhães, 2005, p. 17).

Como afirma Magalhães (2005), o conhecimento é importante para que consigamos a liberdade, ou uma vida melhor. A pesquisa deve percorrer um caminho metodológico, para que nos traga resultados mais profícuos.

No que diz respeito à metodologia científica, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, tendo esta o objetivo de aprimoramento e atualização do conhecimento, iniciando-se por uma revisão de literatura de obras já publicadas. Este tipo de pesquisa é habilidade fundamental preliminar para as atividades acadêmicas (Andrade, 2010).

Esta pesquisa também é teórica, tendo como referencial fontes teóricas que exprimem conceitos e teorias, pois este contato com materiais já produzidos é essencial e ajuda a uma possível reflexão e elaboração de estraté-

gias para ações práticas futuras, visando a uma melhoria para a sociedade.

No que tange ao objetivo específico, esta pesquisa é exploratória, objetivando maior familiaridade com o problema (Gil, 2008). Assim, consegue-se um melhor contato com o problema, tornando-o mais visível, para melhor enfrentá-lo e buscar soluções.

Quanto à natureza, trata-se de pesquisa qualitativa, tentando-se compreender o significado e a essência dos fenômenos, no intuito de compreender mais a sua totalidade e contextualização do que se ater a conceitos isolados e específicos (Chizzotti, 2011).

## **Resultados e discussão**

### ***A gênese da ditadura militar***

Mas não foi um raio que desceu de um céu azul. Ao contrário, resultou de uma conjunção complexa de condições, de ações e de processos [...] (Reis, 2000, p. 8).

Holanda (1995) apontava, na década de 1930, que a democracia, enquanto ideal e/ou prática política no Brasil, tinha sido, até então, um lamentável mal-entendido, pois a ideologia do liberalismo democrático nunca predominou efetivamente no Brasil. É neste cenário que surge uma fragilidade para a incorporação de uma filosofia desumana e autoritária, que não chegou do dia para a noite, pois foi fruto de uma série de atos e condições históricas já existentes, como bem afirma Reis (2000) na citação acima, lembrando que a ditadura “[...] não foi um raio que desceu de um céu azul” (Reis, 2000, p. 8), como

num passe de mágica e de forma súbita. A ditadura foi multicausal, resultado de um conjunto de fatores, condições e atitudes havidas no país, tendo sido implantada ao longo da história brasileira.

É importante frisar que o nascimento de uma ditadura que já estava no ventre, bem alimentada e programada foi impactado pelo cenário mundial da época. O teórico da corrente realista das relações internacionais Morgenthau (2003, p. 62) afirma que:

[...] a luta pelo poder não só é universal, no tempo e no espaço, como também constitui um inegável fato da experiência. Não é possível negar que, no correr dos tempos históricos, e independentemente de condições sociais, econômicas e políticas, muitos estados se confrontaram uns com os outros em disputas pelo poder.

Morgenthau (2003) faz essa ponderação para mostrar como essa luta pelo poder é de extrema amplitude e exerce influência em todo o cenário mundial. E foi como resultado dessa busca constante pelo poder que o Brasil, seduzido pela lábria americana e sedento por um aliado político forte que lhe protegesse, deixou-se ser influenciado e permitiu uma mudança política brusca no seu contexto, esmagando uma democracia que estava sendo conquistada paulatinamente, fruto de muita luta, dor e suor dos brasileiros. Tentaremos expor, de maneira breve, essa conjectura mundial que influenciou o surgimento da ditadura militar no Brasil.

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1945), iniciou-se a Guerra Fria, caracterizada por conflitos entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Tratou-se de uma guerra acirrada que abrangia questões ideológicas, econômicas, diplomáticas e tecnológicas, tendo dividido o mundo em dois blocos: de um lado, o bloco capitalista americano e, de outro, o bloco socialista soviético (Arbex Junior, 1997). Teve início em 1947 e findou apenas em 1991, com a dissolução da URSS. A Guerra Fria havia dominado as relações entre o Ocidente e a URSS durante as duas décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial (Morgenthau, 2003) e o seu auge foi no ano de 1962.

Os EUA buscavam incessantemente apoio recíproco: mostravam-se disponíveis para fornecer benefícios, materiais ou políticos, para os que lhes apoiassem naquele momento difícil pelo qual passavam. Enquanto isso, o Brasil vivia um momento de fragilidade política, já que sucedia uma divergência dos militares com a política de Vargas; esse cenário interno, com predomínio de uma hostilidade do corpo militar aos sindicatos e à política progressista, segundo destaca Stepan (1986), propiciou um alinhamento ativo da cúpula militar com o governo norte-americano, aderindo os militares às premissas da Guerra Fria.

Vale ressaltar que os países que não faziam parte dos EUA ou da URSS não tinham a opção de neutralidade: estava existindo, naquele período, um mundo bipolar, impactado por duplicidade ideológica: ou o país alia-se à ideologia capitalista ou socialista. E a parceria do Brasil com os EUA foi intermediada pelos militares, que, conseqüentemente, receberam proteção daquele país, que lhes deu força para a aplicação do golpe no próprio país.



O golpe de Estado tem se constituído um meio ilegítimo e antidemocrático por meio do qual os usurpadores dos poderes pretendem se perpetuar no poder e tomar o controle das maiorias, por meio de atos violentos que vão de encontro às aspirações da base de Estado – o povo –, que é o único detentor da soberania (Bonavides, 2019).

Os autores de um golpe quase sempre são em número limitado. Via de regra, políticos de nomeada, altos dirigentes e oficiais de elevada patente das Forças Armadas, investidos já em funções estatais e em condições de movimentar ou neutralizar forças contra o governo, que pretendem derrubar parte dos mecanismos do poder, de forma que essas pessoas já recrutaram bases de apoio ou simpatia. O golpe de Estado, de modo usual, é contra um governante e seu modo de governar, diferentemente da revolução, que ocorre contra um sistema de governo ou feixe de instituições; contra a classe dominante e sua liderança; contra um princípio de organização política e social, e não contra um homem apenas (Bonavides, 2019).

O golpe é a prevalência do interesse egoístico de um grupo ou a satisfação de uma sede pessoal de poder; é uma forma de usurpação e, como tal, ilegal e ilegítimo; neste ato há surpresa, subitaneidade, premeditação e violência (Bonavides, 2019). E, em que pese ao golpe não ter acontecido num dia apenas, foi no dia 31 de março de 1964 que a sociedade brasileira o viu tornar-se realidade. O Brasil viu o dia virar noite; o sol chegava, mas não mais o seu brilho. Tudo parecia acinzentado, perdendo suas cores. Isso para boa parte da população, aquela maioria que não estava no comando ou por ela amparado. En-

quanto isso, a cúpula militar e aliados se engrandeciam. Havia chegado o tenebroso dia.

O dia 31 de março trouxe de volta, de maneira traumática, o princípio da realidade. Não apareceu o dispositivo militar, não houve greves importantes, não se verificaram grandes manifestações populares. Viu-se que a agitação era mais retórica do que indicação de real capacidade de ação. Não havia bases debaixo das cúpulas, não havia organização nos movimentos populares. No dia 1º de abril, nem o presidente quis reagir (Carvalho, 2005, p. 126).

No Brasil, assistiu-se ao golpe militar no governo de João Goulart (1961-1964), conhecido como “Jango”, dividido em duas fases: a parlamentarista, na qual ele possuía poderes presidenciais limitados; e a presidencialista, na qual os seus poderes governamentais foram restaurados. Durante essa segunda fase, Jango propôs um plano de reformas, cujo objetivo voltava-se para mudanças estruturais em diversos aspectos do país, incluindo os setores educacional, fiscal, político, urbano e agrário; tratava-se das Reformas de Base.

Os planos de João Goulart, líder trabalhista, desagradavam os grandes empresários e os proprietários de terras no que diz respeito ao cenário interno brasileiro, ao mesmo tempo que, no cenário internacional e com as lentes da Guerra Fria, suas propostas progressistas e centro-esquerdistas eram vistas como temerosas pelo conservadorismo norte-americano. Reis (2016) destaca que a posse de João Goulart parecia refletir o renascimento do projeto nacional-estadista de Getúlio Vargas, ex-presidente que governara o Brasil em três momentos

políticos: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

Dessa forma, os EUA articularam-se para intervir no cenário político brasileiro, no intuito de enfraquecer o presidente e impedi-lo de realizar tais reformas, consideradas pela extrema direita norte-americana como sendo de natureza anticomunista e injusta. Napolitano (2016) enfatiza que uma das formas de os EUA agirem nesse sentido, objetivando desestabilizar o governo de Jango, foi financiando a candidatura de políticos brasileiros conservadores, em 1962, por meio da CIA, agência de inteligência norte-americana. Acrescenta que essa ação deu-se por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que recebeu milhões de dólares da CIA, ainda que esta atitude violasse as normas brasileiras eleitorais da época; com isto, formou-se uma frente conservadora destinada a conter as ações do governo de Jango. Ademais, houve apoio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), organização anticomunista e antirreformista que tinha como objetivo “[...] formar uma nova elite política ideologicamente orientada para uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro” (Napolitano, 2016).

A ditadura militar foi um período histórico que iniciou em 1964 e perdurou até 1985, caracterizando a instauração de um regime autoritário, fruto de um golpe de Estado que depôs um presidente eleito democraticamente. Durante esses anos sombrios, o país vivenciou uma repressão severa e sistemática à liberdade de expressão, que se manifestou de diversas formas, incluindo a censura rigorosa à mídia, perseguições políticas implacáveis,

torturas brutais e uma série de violações de direitos humanos que chocaram a sociedade (Carvalho, 2005). A justificativa apresentada pelos militares para essa repressão era a luta contra a suposta ameaça comunista, além da alegação de que era necessário restaurar a ordem e a segurança no país, que, segundo eles, estavam em risco.

Foi considerada uma ditadura civil-militar, pois os militares contavam com o apoio de uma parte da população. Instaurou-se um cenário de medo e silêncio, tendo o país vivido uma época sombria e de muita insegurança, pois não havia como prever quando os militares deixariam o poder.

A análise da ditadura militar no que diz respeito especificamente à sua busca de adesão aos seus propósitos, valores e, por fim, à sua concepção de organização social e de democracia passou, indubitavelmente, pela busca de dados empíricos que demonstrassem a forma de construção, desenvolvimento e condução deste processo (Bonavides, 2019, p. 14).

O primeiro presidente a governar nesse período foi Humberto Castelo Branco, que deu início aos atos institucionais, cujos objetivos eram dar prerrogativas ao seu governo para que pudesse aprovar decretos sem necessidade de anuência do Congresso Nacional; viveu-se um período de uma série de violações dos direitos individuais, tendo sido a população privada de participar das atividades políticas. Enquanto isso, o governo tentava passar uma ideia de que sua intenção seria governar pelo bem da vontade coletiva, mas, na prática, atendia a interesses particulares completamente destoantes da vontade do povo e, o pior, excluindo esse povo da vida política.

Durante esse período de governo, foi instituído o bipartidarismo, Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), entretanto o intuito de o grupo militar admitir um partido de oposição era passar a impressão de que era democrático, de forma que o país vivenciou um período de pseudodemocracia. O poder era sempre conduzido por um grupo com interesse específico, detentor de um poder exorbitante, que colocava a Constituição em segundo plano, sem obediência a ela e faltando com respeito à pessoa humana.

Foi no governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969), a partir da decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que se iniciou a fase mais difícil e brutal do regime ditatorial militar, à qual deu continuidade o seu sucessor, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O AI-5 concedia poderes até mesmo para o fechamento do Congresso Nacional, possibilitando também a cassação de políticos e institucionalização da repressão (Rezende, 2013), prisão sem mandado judicial, impedimento de assistência advocatícia a presos, quando passou a haver, de maneira constante, casos de tortura como formas de reprimir a oposição ao regime.

De acordo com Rezende (2013, p. 11):

[...] a ditadura construiu uma ampla estratégia nas diversas esferas da vida social visando alcançar adesão para a sua forma de construção, organização e condução de uma determinada ordem social.

O regime militar buscava reconhecimento para os seus propósitos, buscando consubstancialidade entre os valores militares e os demais valores, tais como os relacionados à família, à religião, à pátria, à ordem e à disci-

plina; tudo com o objetivo de ir cada vez mais perpetuando-se no poder e materializando as vontades militares, de modo a obterem o controle de forma absoluta.

Durante a ditadura militar, foi colocada em prática uma ampla repressão “[...] de maneira brutal e ostensiva [...] e fora de qualquer consenso ou legitimidade civil e política” (Fernandes, 1978, p. 202-203). Conclui Rezende (2013, p. 6) que:

[...] a singularidade da ditadura estava na combinação de uma enorme repressão com uma pretensão de legitimidade, a qual não era, sob qualquer aspecto, democrática, mas orientava os meios de dominação postos em prática pelos componentes do grupo de poder no seu empenho para sedimentar aquele regime.

Felizmente, percebe-se, ao longo da história, que, quando o poder é exercido por governantes que, visivelmente, não salvaguardam o interesse do povo, sobretudo quando este poder foi dele arrancado, esses governantes acabam sendo derrubados, à medida que a sociedade se conscientiza e sente isso. Tais ditadores ou déspotas buscam, de forma violenta, uma aceitação geral da vontade coletiva e terminam por não conseguir consumir esse objetivo. Assim, a população começou a realizar sucessivas manifestações, marchas, protestos e outros meios que começaram a desestabilizar os militares.

Após vigorar por cerca de uma década, até 1978, e deixar consequências duradouras e irreparáveis, os atos começaram a perder força. O regime passou por pressões internas e externas, buscando a redemocratização do país; com a pressão popular e o enfraquecimento do regime, os militares permitiram abertura política e, em

1985, o Brasil realizou os movimentos de eleições diretas para presidente, momento conhecido como Diretas Já, marcando o fim oficial da ditadura militar.

Durante o movimento Diretas Já, o Brasil testemunhou uma intensa mobilização política e social e, em 1985, foram realizadas eleições indiretas, tendo sido eleito Tancredo Neves, que veio a falecer; assim, tomou posse seu vice, José Sarney, no dia 21 de abril de 1985, sendo o primeiro presidente civil pós-ditadura, marcando um período de transição do regime para a democratização, sendo apenas em 1988 promulgada a nova constituição, que consolidou o retorno do Brasil à democracia.

A Constituição de 1988 estabeleceu um amplo conjunto que garantia o retorno de direitos civis, políticos e sociais, caracterizando um passo demasiadamente importante para a redemocratização do Brasil. Surgia uma nova era. Mais uma vez, o sol brilhava.

### ***A redemocratização prevista na Constituição Federal de 1988***

O entendimento que hoje se tem sobre o alcance da liberdade de expressão é o resultado de uma evolução de centenas de anos, e que se acelerou dramaticamente entre os anos 20 e 70 do século passado. Ao final desses 50 anos, fixou-se em suas linhas mestras o que chamamos de sistema atual de liberdade de expressão, como resultado de lutas sociais e de controvérsias acadêmicas e jurídicas, envolvendo juízes, advogados, acadêmicos, governos e ativistas políticos sobre a justificativa do uso do nosso poder político coercitivo e coletivo à luz da razão pública, como diria Rawls (2003) (Silva, 2009, p. 27).

A história brasileira foi marcada por períodos de democracia, interrompida algumas vezes por ditaduras, eleições suspensas ou indiretas e cassações políticas. O período democrático brasileiro iniciou-se em 1889, com a República Velha, e durou até 1930, quando veio a Era Vargas. Em 1946, logo após a extinção do Estado Novo, teve início mais um período democrático, também chamado de República Democrática ou República Populista, democracia que foi arrancada do povo pelos militares, conforme apontado acima.

Passado aquele período turbulento, finalmente, em 27 de novembro de 1985, foi convocada a Assembleia Constituinte para elaborar um novo texto constitucional, cujo teor tinha como essência a redemocratização do país. Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que preconiza, na abertura do seu texto legal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (Brasil, 1988).

A democracia é um modelo político originado da Grécia, onde o grupo de cidadãos era bem reduzido, excluindo mulheres e escravos; e era essa minoria quem decidia diretamente sobre a vida política local. Essa é uma



forma de democracia direta, tendo sido o conceito de democracia bastante ampliado com o decorrer do tempo, sendo hoje um termo bem difundido e objeto de vários conceitos.

Cuida a democracia de uma prática política que busca garantir aos cidadãos o poder de participação nas decisões políticas do país. Em que pese a não haver um significado único, trata-se de um conjunto de práticas e princípios que protegem e institucionalizam a liberdade, a igualdade e a dignidade humana, dentre outros valores. Eleições livres, governo com base na regra da maioria, consentimento dos governados, respeito pelos direitos humanos, igualdade perante a lei, processo devido e pluralismo político são alguns dos objetivos perseguidos e amparados por um governo democrático.

Atualmente, vigora no Brasil a democracia representativa, caracterizada por ser uma democracia em que o povo não a exerce diretamente, mas por meio de representantes por ele escolhido. O Estado Moderno não permite mais uma democracia direta, pois, além da quantidade de pessoas ter aumentado sobremaneira, o homem dessa atualidade é acessoriamente político, e não integralmente político, como o era no Estado-cidade da Grécia (Bonavides, 2019). E, mais especificamente, adota o Brasil o modelo semidireto, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal, ao afirmar que o poder emanado do povo pode ser exercido por meio de seus representantes (forma indireta) ou diretamente, perfazendo uma forma mista de exercício do poder.

Bonavides (2008) acredita que a Constituição republicana de 1988 possui potencial para a concretização da

democracia participativa, prevendo instrumentos como o referendo, o plebiscito, a iniciativa popular para a criação de leis, o *recall* e o veto popular, por exemplo, todos permitindo a efetiva participação do povo no momento de criação e/ou reformulação ou desfazimento de leis. Entretanto, ressalta Bonavides (2008, p. 20) que tais recursos sofrem constantes ameaças por parte de grupos antidemocráticos, que agem de forma silenciosa e clandestina, pertencendo a tal grupo:

[...] as elites do poder, os usurpadores da vontade popular, a classe representativa parlamentar, enfim, aquelas camadas de políticos e administradores da classe dominante.

Diante do exposto, percebe-se que, em que pese ao Brasil ter alcançado, após longas e árduas lutas, a redemocratização, reflorescendo essa espécie de regime político havido anteriormente a 1964, ainda não há uma democracia sólida e sustentável. É preciso adotar estratégias e esforços para não se perdê-la novamente, pois as ameaças são constantes e, na maioria das vezes, alimentadas na surdina por uma parte importante do eleitorado brasileiro.

### ***Educação política para uma democracia sustentável***

Embora este capítulo aborde um caso de “assassinato” à democracia a mãos armadas, literalmente, ao referir-se ao golpe militar de 1964, nem sempre é preciso a ocorrência de ato(s) brutal(is) para a morte da democracia. Levitsky e Ziblatt (2018) observam que, na moderni-

dade, as democracias podem morrer lentamente, muitas vezes por meio de processos legalmente legítimos.

É interessante pontuar que, mesmo no advento de movimentos tão inexplicáveis, violentos e injustos como os provenientes da ditadura, os mentores dessa ideologia procuram, de certa forma, convencer seus opositores para que haja um aceite e/ou conformação como se fosse aquela a única saída para aquele momento. Essa tentativa de convencimento dos propósitos ditatoriais é denominada por Rezende (2013, p. 330) de “estratégia psicossocial”, lembrando a autora que esse era o próprio termo utilizado pelos ideários do movimento, de forma que isso fragiliza, ainda mais, a democracia existente, já que esse processo de convencimento pode levar muitos a desacreditarem esse regime político, passando a pensar que a mudança para um outro seria a solução, ao invés de imaginar formas de aprimoramento da democracia.

Bonavides (2004) ressalta que a descrença da sociedade em relação ao sistema democrático corrompido propicia o fenômeno da despolitização e o distanciamento da desejada democracia participativa, ocasionando demasiado risco à nossa nação.

Dantas e Estramano (2015) afirmam que “[...] o sistema puro de representação atravessa profunda crise desde algumas décadas atrás” e enfatizam que a educação política necessita ser um tema central, pois muitas vezes acaba concorrendo com outras áreas do conhecimento. Cuida-se de tema primordial para a formação do cidadão.

É preciso que haja maior participação do cidadão na vida política do país, com ampla abertura para que

tome ciência dos assuntos a serem discutidos para a elaboração das normas vindouras, podendo estudar com profundidade e debater em conjunto com os demais cidadãos e os parlamentares; faz-se mister total transparência da vida política do país.

A educação política também possui outros sinônimos, tais como “educação democrática”, “educação cidadã” (Dantas, 2017, p. 9), dentre outros, mas todos com a mesma essência, cujo objetivo comum é o de:

[...] consolidar a democracia por meio do adensamento da capacidade de o cidadão participar, compreender e atuar politicamente de forma mais consistente e a despeito de ideologias e suas variações que devem ser amplamente respeitadas (Dantas, 2017, p. 10).

Platão e Aristóteles, pensadores da Grécia Clássica, já defendiam essa ideia de um preparo para a vida política, incentivando e ressaltando a importância da formação de homens para o exercício pleno da política. Platão, em *O mito da caverna*, referia-se à consciência para a vida em coletividade. Segundo Aristóteles, “[...] os homens são animais políticos e sociais por natureza”; para que desenvolvam essas virtudes naturais, precisam apenas serem formados, ensinados para saberem utilizá-las.

A educação política é um caminho necessário e primordial para que se consiga ter uma democracia sustentável. A cultura autoritária presente na América Latina, herdada pelos colonizadores, representa um obstáculo à sedimentação da democracia, e é preciso estar constantemente lutando contra ela, o que demanda um preparo.

Para haver uma educação política, é necessária a compreensão do desenho institucional do Estado, co-

Conhecendo-se a organização do Estado brasileiro, porém educação política não é somente entender esse desenho, pois isso permite um conhecimento das regras do jogo, como ele funciona; é preciso ir além, conhecendo-se e compreendendo-se o desenvolvimento desse Estado.

Dantas e Estramano (2015) afirmam que a educação política no Brasil atual pode ser considerada uma prática não regulamentada e institucionalizada; trata-se, na verdade, de uma prática de pesquisa e intervenção de profissionais da Educação e das Ciências Sociais.

A educação política deve estar sempre alinhada à defesa de valores fundamentais inerentes à convivência democrática em sociedade, sendo capaz de levar aos cidadãos conhecimentos sobre a diversidade, reconhecimento do outro, respeito, possibilidades de ideologias diversas, com múltiplas formas de pensar, não cabimento de culturas de ódio, conforme destacam Dantas e Estramano (2015).

Assim, a disseminação da educação política é um componente essencial para que haja uma politização e uma conscientização, devendo ser sempre pautada numa ética suprapartidária (Dantas, 2010). A política nacional é complexa e deve ser compreendida de maneira holística e interdisciplinar, para que se permita a escolha de ações profícuas para a sociedade, pensando-se numa melhoria da qualidade de vida em geral.

É importante a preparação do que Mill (1983) denomina de “cidadão ativo”, incentivando para que se eduquem formalmente os indivíduos para o exercício da democracia. Infelizmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) atuais não regulamentam a educação

política como componente (Estramanzo, 2009). Vale salientar que a inclusão de uma educação política no Brasil não é tarefa fácil. Afinal, como bem pontua Dantas (2010), não é de interesse dos governantes incluírem projetos que permitam delinear cidadãos politicamente educados, possibilitando os cidadãos ativos – uma minoria essencial à democracia e ao desenvolvimento da sociedade que se envolve com a política, argumentando e tentando entender o que se passa realmente – aprimorarem-se e serem cada vez mais críticos e pensantes. E são esses políticos detentores do poder que poderão decidir o que entrará nas pautas curriculares das escolas.

Martins Júnior e Dantas (2004) apresentam dados de uma pesquisa construída sobre amostra nacional, com eleitorado de 115 milhões de cidadãos (ano 2002), cujo resultado apontou que quase 78 milhões de brasileiros tinham baixo interesse pela política, sendo que, dentre estes, 5,5 milhões não tinham qualquer interesse pelos temas associados à pesquisa – os autores criaram indicador de alienação política pautado em três espécies: acompanhamento do noticiário político, envolvimento social e engajamento eleitoral. Somente 4,9 milhões estavam efetivamente envolvidos, o que corrobora o “desinteresse preocupante” pela política relatado por Dantas (2010, p. 5). Assim, “[...] reforçam-se as demandas por educação política formal no país. Fomentar o interesse pela política é compromisso de uma nação que se pretende democrática” (Dantas, 2010, p. 6).

Caso não se consiga manter uma democracia sólida, corremos o risco de retrocesso histórico desastroso, podendo haver, conforme observa Bonavides (2004), a

colonização do setor público por anseios privados, com o advento de uma nova técnica de golpe, o institucional, distinto dos golpes clássicos executados por ditaduras militares e civis, mas não menos devastador.

## **Conclusão**

Durante o período turbulento da ditadura militar, o Brasil sentiu como principais impactos sociais a censura à imprensa, a repressão à liberdade de expressão, a limitação da participação popular na vida política e a violação de direitos humanos básicos, instaurando-se um cenário de medo e silêncio no nosso país.

O que se percebe é que, em inúmeros momentos da atualidade da sociedade brasileira, a democracia parece não passar de uma utopia estampada na maior legislação em vigor atualmente, a Constituição Federal de 1988. As conquistas alcançadas pela Carta Magna foram expressivas, porém o que se percebe é que, hodiernamente, predomina uma democracia frágil, distante do fim almejado pela Carta Magna; há uma constante violação sistêmica dos valores constitucionais, e a forma de violar os valores democráticos aparece, muitas vezes, de forma velada e sem haver possibilidade de contestação ou diálogo.

O processo de construção democrático foi árduo e necessário; a lei é um passo importante, porém é preciso conscientização, vontade e persistência do povo brasileiro em sustentá-la, em vê-la efetivamente vigorando na prática. Diante da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível concluir que o Brasil não possui uma democracia sólida, com os seus valores intrínsecos efetivamente

sedimentados na sociedade, atualmente; pelo contrário, pode-se perceber a fragilidade dessa democracia por meio dos motivos expostos.

Uma das soluções que apontamos como capazes de contribuir para a construção de uma democracia efetiva e sólida, com alinhamento teórico-prático, é a existência de uma educação política eficaz e atuante. Essa ação educativa e, ao mesmo tempo, preventiva poderia ser acrescida de um acompanhamento para, constantemente, verificar-se a sustentabilidade da democracia, com o apoio de parcerias. É imprescindível haver reflexão contínua e adoção de mecanismos para que a democracia esteja sempre presente na prática do cotidiano.

A educação política aponta um caminho eficaz para a manutenção da ordem democrática, sendo necessária a inclusão, na área educacional, de medidas que permitam a disseminação do conteúdo e conhecimento necessários para uma participação ativa do cidadão na vida política do país. É preciso e urgente preservar o governo democrático de bases representativas no Estado Moderno.

## Referências

ARBEX JUNIOR, J. *Guerra Fria: terror de Estado, política e cultura*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

ANDRADE, M. M. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 2010.



BONAVIDES, P. *Ciência política*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

BONAVIDES, P. *Do país constitucional ao país neocolonial: a derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BONAVIDES, P. *Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DANTAS, H. Apresentação: o caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2010.

DANTAS, H. *Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2017.

DANTAS, H.; ESTRAMANHO, R. Educação política no Brasil: desafio aos 30 anos de democracia. *Conexão Política*, Teresina, v. 4, n. 1, 2015.

ESTRAMANHO, R. Esboço didático para o ensino de História Política Brasileira em cursos de formação política. *E-legis*, Brasília, DF, n. 3, p. 34-48, 2009.

FERNANDES, F. *Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação crítica*. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAGALHÃES, G. *Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia*. São Paulo: Ática, 2005.

MARTINS JÚNIOR, J. P.; DANTAS, H. O índice de participação e a importância da educação. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, 2004.

MILL, J. S. *O governo representativo*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*. São Paulo: UNB, 2003.

NAPOLITANO, M. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.

REIS, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REZENDE, M. J. *A ditadura militar no Brasil: retenção e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, J. C. C. B. *Democracia e liberdade de expressão: contribuições para uma interpretação política da liberdade da palavra*. São Paulo: USP, 2009.

STEPAN, A. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1986.

### 3 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: A ASCENSÃO POLÍTICA DA EXTREMA DIREITA E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap3>

#### **ANA BEATRIZ DA SILVA LEMOS**

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Ensino na Educação Básica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: [beatrizlembio@gmail.com](mailto:beatrizlembio@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5173-6822>

#### **PEDRO BRUNO SILVA LEMOS**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Rede Nordeste (Renoen) e mestre em Educação Profissional e Tecnológica, ambas as formações pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: [pedrolemos@unilab.edu.br](mailto:pedrolemos@unilab.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7235-9846>

#### **ANTÔNIO ROBERTO XAVIER**

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós-doutor (em andamento) Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutor em Educação pela UFC, mestre em Políticas Públicas e Sociedade (Sociologia) pela UECE e em Planejamento e Políticas Públicas também pela UECE, especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e graduado em História pela UECE e em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), do curso de Serviço Social, do curso de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e do curso de graduação em Administração Pública, todos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: 1) Política, Estado, Regimes de Governo e Políticas Públicas; 2) Etnociência, Sustentabilidade e Povos/Comunidades Tradicionais; 3) Culturas, História, Memória e Educação; 4) Metodologia da Escrita e da Pesquisa Científicas. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará (Gephec/CNPq). Membro efetivo da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap, 2021-2023). Parceria internacional (2015..) - Membro-Avaliador Permanente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

E-mail: [roberto@unilab.edu.br](mailto:roberto@unilab.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

## Introdução

Nos últimos 50 anos, a preocupação ambiental foi reconhecida por pessoas de diversas classes sociais e tornou-se uma temática central nas esferas políticas nacionais e internacionais. Nessa perspectiva, a constatação da necessidade de propostas e ações para minimizar os diversos problemas ambientais graves decorrentes da relação entre o homem e a natureza é urgente (Defreyn; Duso, 2022). Ao declarar uma emergência climática, termos como “aquecimento global”, “alterações climáticas”, “catástrofe ambiental” e “emergência climática” são cada vez mais citados e pesquisados, como aponta o *Oxford Dictionaries*, que apontou “emergência climática” como a palavra do ano de 2019 (Zhou, 2019). Esse dado resulta no maior interesse pela temática e a curiosidade em obter mais informações reflete sobre os muitos desafios ambientais que o planeta enfrenta e enfrentará (Defreyn; Duso, 2022; Zhou, 2019).

Neste cenário, a Educação Ambiental (EA) ganha ainda mais importância, uma vez que esta foi originalmente concebida como uma prática educativa que visa despertar uma nova sensibilidade humana e valores

éticos para com a natureza (Carvalho, 2004; Layrargues; Lima, 2014). A EA destina-se, portanto, à formação de cidadãos ativos que considerem um sentimento de pertença e de responsabilidade comum e que procurem atuar coletiva e organizadamente na compreensão e superação das causas estruturais e cíclicas dos problemas ambientais (Carvalho, 2004).

Sob esse aspecto, uma cultura ecológica entende que a natureza e a sociedade são dimensões intimamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas como separadas, independentes ou autônomas. Da mesma forma, salienta-se que as decisões dos governos e/ou as ações da sociedade civil não podem mais ser pensadas como separadas ou independentes da dimensão sustentável (Carvalho, 2004).

Assim sendo, a mudança social urgente que a EA aborda visa superar a injustiça ambiental, a desigualdade social e a apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade (Sorrentino *et al.*, 2005), pois vivemos num processo de exclusão em que a destruição ambiental socializada é generalizada e está intimamente ligada à apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Logo, a EA tem a responsabilidade de fomentar processos que fortaleçam a resistência à dominação e à degradação capitalista da vida, do trabalho e do meio ambiente (Sorrentino *et al.*, 2005).

Para Bourdieu (1998), a EA está sob o que chama de “mão esquerda do Estado” ao estar vinculada à reparação de danos sociais e ecológicos causados pela lógica do mercado. A EA pressupõe, destarte, a ação participativa e educativa em prol da responsabilidade ambiental, o que

vai de encontro a valores materialistas e às necessidades materiais simbólicas (Bourdieu, 1998).

A EA é um campo regulamentado legislativamente e pressupõe uma implementação: ser popular, crítica e emancipatória (Sorrentino *et al.*, 2005). A ação pública para a EA deve ser, portanto, um processo dialético e colaborativo entre o Estado e a sociedade civil (Sorrentino *et al.*, 2005). Contudo, alguns governos nacionais que adotam posturas políticas típicas da extrema direita não compreendem a importância da EA e de outras políticas governamentais direcionadas para a constituição de sujeitos críticos e atuantes na conservação e preservação dos recursos naturais.

Isto posto, o trabalho objetiva analisar a ascensão política da extrema direita brasileira e os impactos na EA através de iniciativas políticas e ideológicas. A abordagem será qualitativa, que, segundo Minayo (2014), opera no mundo dos significados e lida com um nível de realidade e subjetividade que não pode ser quantificado. Já o método procedimental é a revisão de literatura e possui como objetivos: o objetivo histórico, que é representar uma parte integrante e fundamental do desenvolvimento da ciência; o objetivo de atualização, que se expressa no fornecimento aos profissionais de todas as áreas informações sobre os desenvolvimentos atuais na ciência e sua literatura (Figueiredo, 1990).

O presente trabalho dialoga com a necessidade e atualidade de análises acerca dos impactos negativos e multifacetados que a EA no Brasil vem sofrendo nas esferas políticas nacionais e locais, caracterizadas por uma forte atuação/presença de grupos de direita ou extrema

direita influenciados por uma visão cética em relação às mudanças climáticas e à instrumentalização da natureza. Nesse contexto, observam-se maior desvalorização do ambientalismo e da ciência, descontinuidade de programas de conservação, preservação do meio ambiente nacional, assim como uma massiva divulgação de informações falsas em relação às mudanças climáticas (negação climática e científico). Por fim, convém frisar que, por meio de uma abordagem bibliográfica, foram analisados artigos, documentos oficiais e legislações relacionados à temática pesquisada.

## **Resultados e discussões**

Esta seção está organizada de acordo com os seguintes tópicos: “EA: marcos legais e históricos”, em que se aborda o percurso histórico da EA, que fornece um breve contexto histórico e legislativo; o tópico “Extrema direita: caracterização e ideais políticos”, em que se caracteriza e se conceitua a extrema direita quanto ao seu ideário e características; “Os impactos da ascensão política da extrema direita nas ações de EA”, em que se torna fundamental analisar os efeitos das mudanças políticas e o discurso da extrema direita com narrativas ideológicas e neoliberais que atacam e deslegitimam a EA e causam o desmonte das políticas educacionais e ambientais que envolvem a EA.

### ***EA: marcos legais e históricos***

Na década de 1960, vivenciou-se o início do movimento ambientalista moderno nos Estados Unidos com



a publicação do livro *Primavera silenciosa* (1962), de Rachel Carson. Na obra, a autora denuncia os inseticidas utilizados na agricultura, especialmente o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), e os impactos a curto e a longo prazo para a saúde humana, para a flora e para a fauna. As denúncias de Rachel Carson aumentaram a consciência ambiental global e deram início ao que hoje é conhecido como EA (Dias, 2004).

Na década de 1970, ocorreu a internacionalização da EA através da realização de eventos e conferências com impacto global; em 1972, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo (1972), primeiro evento a tratar das questões ambientais globais. Em 1975, foi realizada a Conferência de Belgrado, evento em que foram definidos os objetivos da EA. Em 1977, foi realizada a Conferência de Tbilisi, conferência em que se relacionou a EA ao desenvolvimento sustentável (Dias, 2004).

O processo de institucionalização da EA no Brasil se iniciou em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada à Presidência da República. A institucionalização da EA avançou ainda mais em 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA - Lei nº 6.938/1981), que estabeleceu no âmbito legislativo a necessidade de incluir a EA em todos os níveis de ensino, cujo objetivo é capacitar os indivíduos para participar ativamente na proteção ambiental (Brasil, 2007). Na década de 1980, a Constituição Federal de 1988 estipula que todos têm direito à EA e que ela deve estar presente em todos os níveis de ensino, pois os conheci-

mentos da EA são essenciais para uma qualidade de vida saudável (Brasil, 1988).

Na década de 1990, pode-se citar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), mais conhecida como Rio-92, em que foram debatidas as questões ambientais globais, principalmente o desenvolvimento sustentável (Dias, 2004). No Brasil, em 1999, foi sancionada a PNEA, proveniente da Lei nº 9.795. A PNEA dispõe, em seu artigo 2º, que a EA é parte essencial e permanente da educação nacional e deve ser realizada em todos os níveis e em todas as formas do processo educativo, formal e não formal (Dias, 2004).

Contudo, a existência de legislações e normativos não deve ser entendida como garantia de mudanças efetivas em todas as áreas da sociedade, contudo deve ser entendido que a Lei nº 9.795/1999 facilitou e fortaleceu esforços eficazes de mudança e tornou possível aumentar a conscientização sobre as questões ambientais. Assim, a PNEA se consolidou como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das atuais e futuras atividades de EA (Rivelli, 2011).

A EA, além de ser uma prática social, deve ser uma atividade educativa permanente que conscientize as comunidades sobre as realidades globais, a natureza das relações formadas entre as pessoas e a natureza e os problemas decorrentes dessas relações, sobretudo as de consumo, produção e descarte no modelo da economia do capital (Silva Junior, 2013). Esse processo deve ser desenvolvido por meio de práticas que possibilitem aos alunos a realização de ações que visem à superação das mudanças da realidade atual no âmbito social e natu-

ral, desenvolvendo as habilidades e atitudes necessárias para essa mudança (Silva Junior, 2013).

Destacam-se as mudanças recentes significativas ocorridas nos debates socioambientais e nos eventos e conferências que envolvem a reflexão sobre meio ambiente e as outras dimensões da vida humana. Essas mudanças colocam desafios complexos, como o modo de vida contemporâneo e a sustentabilidade (Leff, 2010; Morin, 2006). Nesse sentido, Correa (2001) chama a atenção para a necessidade de desenvolver atitudes e comportamentos para proteger e preservar o ambiente natural. Na opinião do autor, a demonstração e utilização de práticas ambientais levam ao benefício de indivíduos e comunidades, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes sociais e políticas que se preocupam e abordam os problemas da vida na Terra (Correa, 2001).

Salienta-se que, para que a modificação de valores ocorra, apenas atitudes individuais não são suficientes, portanto é imprescindível que os valores consumistas vigentes, responsáveis pela crescente pressão sobre os recursos naturais, sejam superados em um nível coletivo e global (Dias, 2004; Guimarães, 1995; Pelicioni, 2011; Rivelli, 2011).

### ***Extrema direita: caracterização e ideais políticos***

O discurso político inclui tudo o que diz respeito à organização da vida social e à regulação dos assuntos públicos. O objetivo último do discurso político é a busca de um bem comum soberano e enraizado numa espécie de acordo coletivo que reconheça como certo o ideal so-

cial (Charaudeau, 2008). Dessa forma, o discurso político consiste numa contradição entre a procura de valores universais e o respeito pelos valores sociais, ou seja, múltiplos interesses entre diferentes grupos em uma determinada sociedade (Charaudeau, 2008).

Nesse ínterim, a política é um modo de prática de ações que visam atingir objetivos mediados pela consciência advinda da vida cotidiana e que objetivam responder aos conflitos históricos que afetam o destino humano. Desde os gregos, considerados seus inventores, a política tem como premissa o espaço público, focada nas ações e decisões relacionadas aos projetos coletivos da sociedade e na concretização dos valores e princípios que definem a vida social (Coutinho, 2006).

É importante destacar que a diversidade de tendências políticas expressas pela nova direita também torna difícil conceituar o caráter ideológico dos grupos políticos contemporâneos (Hockenos, 1995; Vizentini, 2000). Nesse sentido, a perspectiva analítica do conceito de extrema direita é uma definição conceitual relevante para o estudo dos partidos políticos contemporâneos em relação a determinados processos múltiplos de movimentos (Hockenos, 1995; Vizentini, 2000).

A extrema direita do Brasil, que emergiu no final da década de 2010, é caracterizada por uma combinação de conservadorismo social, nacionalismo crescente e políticas econômicas neoliberais. Essa corrente política ganhou força em nível nacional, especialmente após as eleições presidenciais de 2018, com Jair Bolsonaro, candidato eleito presidente da República Federativa do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL) (Araújo; Prior, 2020).

A nível político, conservadores e reacionários têm permanecido historicamente no campo ideológico de direita, opondo-se às mudanças estruturais que, segundo esses grupos, levariam a uma perda de poder econômico e político (Silva *et al.*, 2014). Historicamente, a extrema direita está associada à trágica experiência do nazifascismo, ao nacionalismo, à defesa de valores e instituições tradicionais, à intolerância cultural e religiosa, etc., como também partilha uma ideologia política ligada aos interesses de dominação, à opressão e à apropriação da riqueza social, assim como apresenta práticas, discursos e propostas de legislações centradas na intolerância e na violência física e/ou simbólica (Silva *et al.*, 2014).

Consoante Barros (2007), o discurso intolerante é, acima de tudo, um discurso que impõe um aspecto negativo a outros grupos sócio-historicamente marginalizados, os indivíduos passam a ser considerados maus cumpridores de determinado contrato social (por exemplo, branqueamento social, pureza da linguagem), logo a extrema direita reconhece esses grupos como inferiores e não dignos de serem detentores de direitos humanos e sociais.

Desse modo, existe uma preocupação persistente com a desintegração e humilhação de comunidades vistas como minorias que sofrem por extremistas nacionalistas com objetivos de limpeza étnica e expansão através da violência reparadora, uma forma de comportamento político que muitas vezes não está sujeita a quaisquer tipos de restrições éticas ou legais de qualquer natureza (Paxton, 2007).

Existe um tipo de extremismo de direita cujas ações políticas visam defender e/ou restaurar privilé-

gios políticos e sociais da elite tradicional a todo custo. O comportamento radical desses grupos tem se manifestado historicamente no surgimento de movimentos e partidos políticos com práticas generalizadas e violentas que rejeitam os vínculos formais e que transformam os conflitos em contendas típicas da tradição parlamentar (Belligni, 1986).

Löwy (2015) argumenta que, diferentemente da Europa, o Brasil não possui partidos políticos que giram exclusivamente em torno de questões raciais, porém o elemento mais acentuado nos discursos políticos da extrema direita conservadora brasileira é o apelo aos militares. Ademais, a extrema direita brasileira é caracterizada por uma ideologia repressiva expressa no culto à violência policial, representada institucionalmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pela “Bancada da Bala” e na intolerância para com as minorias sexuais com apelo às Igrejas Católica e Evangélica (Löwy, 2015).

Os integralistas modernos procuram separar a imagem do fascismo, por isso reafirmam a identidade da sua ideologia como uma proposta nacional genuína, porém, como já apontado por Silva, Medeiros e Viana (2000), a negação da ligação entre o fascismo e a ideia de singularidade é um elemento presente nos discursos dos grupos políticos de extrema direita, como também a defesa da suposta originalidade de ideologias chauvinistas burguesas como o Integralismo é um dos componentes da propaganda política do fenômeno em questão (Silva; Medeiros; Viana 2000).

## ***Os impactos da ascensão política da extrema direita nas ações de EA***

A ascensão política da extrema direita impactou significativamente as ações de EA, particularmente no contexto da América Latina. Essa mudança tem sido associada ao aumento do desmatamento e à perda de biodiversidade, como evidenciado pelo “efeito Bolsonaro”, que se refere à aceleração do desmatamento na Amazônia e à redução da retenção de carbono pela floresta para quase zero (Kato; Pedraza-Jiménez, 2021).

Além disso, a ascensão de tais ideologias políticas criou um contexto em que a EA navega por intensas desigualdades e injustiças socioeconômicas, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e emancipatória à educação que aborde esses desafios (Kato; Pedraza-Jiménez, 2021). À medida que a extrema direita consolida seu poder político, há uma tendência a priorizar interesses econômicos, muitas vezes em detrimento de preocupações ambientais. Isso pode se manifestar em políticas que favorecem o extrativismo e projetos de desenvolvimento que desconsideram a sustentabilidade ecológica, limitando, assim, o escopo e a eficácia das iniciativas de EA. O alinhamento da EA com as políticas estatais sob esses regimes acaba por levar à sua cooptação, transformando-a em uma ferramenta que legitima práticas prejudiciais em vez de desafiá-las (Machado; Moraes, 2019).

O regime Bolsonaro no Brasil impactou significativamente as ações de EA ao promover uma agenda ecofascista (Layrargues, 2020). O período entre 2018 e 2022, destarte, foi marcado pelo desmantelamento de políticas

e instituições ambientais, o que prejudicou a eficácia da EA. A abordagem da extrema direita resultou em uma mudança de foco no fomento de sujeitos ecopolíticos críticos capazes de se engajar em lutas ambientais democráticas. Em vez disso, perpetuou um modelo que produz cidadãos ecológicos passivos e conformistas, perdendo, assim, a oportunidade de cultivar uma cidadania mais ativa e politicamente engajada (Layrargues, 2020).

Convém destacar que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) não surgiu espontaneamente da vontade dos detentores do poder, ela é uma luta feroz pela reforma agrária e pela educação no Brasil. Concluindo, a Secadi desempenhou um papel importante na integração da EA na política educacional e na promoção de uma abordagem inclusiva e diversificada que abrange todos os setores da sociedade (Taffarel; Carvalho, 2019).

Contudo, uma das primeiras medidas da fase de implementação de políticas neoliberais e de extrema direita com características fascistas do governo de Jair Bolsonaro foi o Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, de extinção da Secadi. O impacto desse decreto ainda não foi analisado detalhadamente; reconhece-se o retrocesso no campo do direito à educação, inclusão e política social (Taffarel; Carvalho, 2019).

A exclusão da Secadi não significou apenas uma redução nas políticas sociais, mas também o fortalecimento dos imperativos neoliberais e a garantia de condições legais e políticas direcionadas para a (re)produção do capital (Jakimiu, 2021; Taffarel; Carvalho, 2019), configurando-se a concretização do projeto de sociedade de



Jair Bolsonaro que visava dismantelar a democracia e a estrutura democrática brasileira (Jakimiu, 2021).

Matos (2021) destaca que muitas vezes o discurso da extrema direita enraizado no ecofascismo enfraquece os princípios da consciência ecológica e da justiça ambiental. Essa mudança política promove uma narrativa que descarta as preocupações ecológicas de diversas comunidades e movimentos, fomentando um clima de hostilidade em relação ao ativismo ambiental.

Desse modo, à medida que a extrema direita ganha influência, há uma tendência a priorizar interesses econômicos em detrimento da sustentabilidade ambiental, levando à marginalização de iniciativas de EA. Ademais, as políticas da extrema direita favorecem o agronegócio e as indústrias extrativistas, o que pode resultar no aumento da degradação de recursos naturais e ecossistemas. Outro ponto de preocupação é a ascensão do autoritarismo associado à extrema direita, que pode silenciar os debates em torno de questões ambientais, limitando o escopo da EA ou o seu alinhamento à narrativa política dominante (Matos, 2021).

Os fatos científicos se baseiam em propostas científicas aprovadas por instituições e organizações respeitadas. Em contrapartida, observa-se que os grupos políticos de extrema direita têm atuado na divulgação de *fake news* criadas a partir de conceituações e opiniões paralelas e claramente orientadas para a defesa da sua ideologia. Na interface entre as notícias falsas e os fatos científicos, salientam-se as ferramentas digitais e sua importância na prática educativa e no combate ao negacionismo científico. Por conseguinte, a EA pode ser

um instrumento mediador no conflito no cenário de pós-verdade (Silva Júnior; Bezerra; Silva, 2023).

Contra a desinformação, a utilização de ferramentas como verificadores de fatos, como o Facebook.eco, o recurso introduzido pelo Facebook para aumentar a conscientização ambiental dos usuários da rede social, contribui para a possibilidade de mediar o conflito entre verdades verificadas e verdades fabricadas (Silva Júnior; Bezerra; Silva, 2023). Assim, o Facebook.eco promove a verdade com base em acontecimentos históricos e proposições científicas, através da checagem de informações e fatos científicos relacionados ao meio ambiente, à EA e ao pensamento sustentável (Silva Júnior; Bezerra; Silva, 2023).

A partir da análise dos artigos selecionados, pode-se inferir que a extrema direita defende um discurso negacionista em relação às mudanças climáticas, ou seja, diminui os impactos causados pela exacerbada exploração e devastação do meio natural. Além de questionar a validade das pesquisas científicas, a postura negacionista da extrema direita brasileira busca a descredibilização da ciência, da pesquisa e da divulgação de dados e informações sobre a degradação ambiental, em especial, da Amazônia brasileira. No cenário brasileiro, a literatura selecionada acentua que a ascensão dos grupos de extrema dificultou o desenvolvimento de uma compreensão abrangente da interdependência ambiental e a implementação de ações e políticas educacionais pautadas na conservação e na proteção dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras.

## Conclusão

Aos 60 anos do golpe militar no Brasil, a extrema direita volta a ameaçar a democracia com o populismo autoritário em nível global e o Brasil não ficou fora dessa escalada conservadora. Cabe sublinhar que essa data remete ao período mais obscuro da história nacional, caracterizado pela suspensão das liberdades civis, pela centralização do poder, pela censura e pelo uso da violência e da tortura contra os que resistiam à ditadura. Certamente é possível constatar um processo revisionista ideológico e/ou negacionista ao adotar a adjetivação ditadura civil-militar, contudo sublinha-se que a ditadura brasileira (1964-1985) foi comandada por grupos militares, uma vez que o controle do governo estava sob o comando de generais do Exército brasileiro. Além disso, a data é fundamental para suscitar o debate sobre democracia, direitos humanos e sociedade e para a importância de estudar a história do Brasil para compreender/combatere os regimes antidemocráticos, fascistas, autoritários e os que proferem e defendem tal discurso. Por fim, salienta-se que este legado sombrio da ditadura militar continua a estar presente e a influenciar a política brasileira atual, logo são necessários esforços teóricos, educacionais e sociais contínuos para conservar a democracia e a soberania do povo brasileiro.

No que concerne aos trabalhos analisados, em síntese, é possível concluir que a ascensão política da extrema direita representa uma ameaça à EA ao promover políticas antiecológicas e restringir o diálogo aberto sobre sustentabilidade e responsabilidade ecológica e os sabe-

res relacionados à EA. Isso se expressa por intermédio do processo de desregulamentação ambiental que compromete a fiscalização de ações potencialmente nocivas ao meio ambiente e conseqüentemente aos seres humanos.

As políticas neoliberais da extrema direita frequentemente priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental, esse contexto cria desafios para esforços educacionais que visam promover práticas sustentáveis, ecoformação, ecoalfabetização no âmbito social e educacional. Nessa perspectiva, para estudos posteriores, sugerem-se novas revisões bibliográficas da literatura que procurem investigar as estratégias de combate à desinformação e ao negacionismo científico e a influência da ascensão e atuação da extrema direita brasileira nas políticas e legislações educacionais e ambientais.

## Referências

ARAÚJO, B.; PRIOR, H. Framing political populism: The role of media in framing the election of Jair Bolsonaro. *Journalism Practice*, [S.l.], p. 1-17, 2020.

BARROS, D. L. P. A identidade intolerante no discurso separatista. *Filologia Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 9, p. 147-167, 2007.

BELLIGNI, S. Extremismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de política*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986. p. 457-459.

BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jan. 2019.

BRASIL. *Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade*. Brasília, DF: Secadi/MEC, 2007.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 abr. 1981.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CARVALHO, I. C. M. *Educação Ambiental: a Educação Ambiental na formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

CORREA, S. E. O. *O conhecimento da problemática ambiental do lixo na visão dos alunos de 5ª a 8ª séries em escolas municipais de Itaquí-RS*. 2001. Monografia (Especialização em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Uruguaiana, 2001.

COUTINHO, C. N. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

DEFREYN, S.; DUSO, L. A Educação Ambiental nas práticas pedagógicas no ensino fundamental: análise dos artigos publicados na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Campo Grande, v. 39, n. 1, p. 350-371, 2022.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FIGUEIREDO, N. Da importância dos artigos de revisão da literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, 1990.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. 8. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

HOCKENOS, P. *Livres para odiar*. Neonazistas: ameaça e poder. São Paulo: Scritta, 1995.

JAKIMIU, V. C. L. Extinção da Secadi: a negação do direito à educação (para e com a diversidade). *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, Itapetinga, v. 2, n. 3, p. 115-137, 2021.

KATO, D. S.; PEDRAZA-JIMÉNEZ, Y. Educação Ambiental a partir de culturas e territórios em conflitos socioambientais na Latino-América. *Praxis & Saber*, Boyacá, v. 12, n. 28, p. 1-8, 2021.

LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológico: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1-30, 2020.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015.

MACHADO, C. R. S.; MORAES, B. E. Educação Ambiental crítica: da institucionalização à crise. *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*, Sorocaba, v. 21, n. 1, 2019.

MATOS, L. R. A Amazônia na virada global da extrema direita. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 25, n. 3, p. 851-870, 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAXTON, R. O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PELICIONI, A. F. Movimento ambientalista e Educação Ambiental. In: PHILIPPI, A.; PELICIONI, M. C. F. (org.). *Educação Ambiental e sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2011. p. 413-444.

RIVELLI, E. A. L. Evolução da legislação ambiental no Brasil: políticas de meio ambiente, Educação Ambiental e desenvolvimento urbano. In: PHILIPPI, A.; PELICIONI, M. C. F. (org.). *Educação Ambiental e sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2011. p. 285-302.

SILVA, A. B.; BRITES, C. M.; OLIVEIRA, E.; OLIVEIRA, E. C. R.; BORRI, G. T. A extrema direita na atualidade. *Revista Serviço Social*, São Paulo, n. 119, p. 407-445, 2014.



SILVA JUNIOR, I. S. *O postulado constitucional do desenvolvimento sustentável sob o enfoque da sua concretização do ordenamento jurídico brasileiro e estadual*. São Paulo: Baraúna, 2013.

SILVA JÚNIOR, J.; BEZERRA, G.; SILVA, F. V. Educação Ambiental entre o negacionismo e as fake news: intersecções discursivas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 40, n. 1, p. 10-30, 2023.

SILVA, F. C. T.; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Faperj: Mauad, 2000. p. 109-163.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. M.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação Ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

TAFFAREL, C. N. Z.; CARVALHO, M. S. A extinção da Seca-di: um golpe fatal nas conquistas no campo da Educação. *Cadernos do GPOSSHE*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 84-90, 2019.

VIZENTINI, P. F. O ressurgimento da extrema direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional. In: MILMAN, L.; VIZENTINI, P. F. (org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 19-49.

ZHOU, N. Oxford Dictionaries declara 'emergência climática' a palavra de 2019. *The Guardian*. 2019, Londres, 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/nov/21/oxford-dictionaries-declares-climate-emergency-the-word-of-2019>. Acesso em: 20 jul. 2024.

## 4 A EXTREMA DIREITA *BOLSONARISTA*, O 8 DE JANEIRO DE 2023 E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA DO BRASIL APÓS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap4>

### **ANTÔNIO ROBERTO XAVIER**

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós-doutor (em andamento) Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutor em Educação pela UFC, mestre em Políticas Públicas e Sociedade (Sociologia) pela UECE e em Planejamento e Políticas Públicas também pela UECE, especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e graduado em História pela UECE e em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), do curso de Serviço Social, do curso de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e do curso de graduação em Administração Pública, todos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: 1) Política, Estado, Regimes de Governo e Políticas Públicas; 2) Etnociência, Sustentabilidade e Povos/Comunidades Tradicionais; 3) Culturas, História, Memória e Educação; 4) Metodologia da Escrita e da Pesquisa Científicas. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará (Gephec/CNPq). Membro efetivo da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap, 2021-2023). Parceria internacional (2015...) - Membro-Avaliador Permanente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

### **KARLA RENATA DE AGUIAR MUNIZ**

Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Educação pela mesma universidade, mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Gestão Cultural pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Psicologia Forense e Jurídica pela Faculdade Unyleya e graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Católica (Unicatólica) de Quixadá, Ceará. Pesquisa Políticas Públicas, Sustentabilidade, Psicologia



Social e Educacional; Práticas Educativas/Educacionais Digitais; Culturas Digitais, Juventude, Gênero, Feminismo, Direitos Humanos, Diversidade Étnico-Racial, História e Memória da Educação; Mídias/Redes Sociais, Saúde Mental. Foi pesquisadora colaboradora do projeto institucional CAPP 009-02/2020 - Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (PPDS) (PROPPG-Unilab) e consultora no projeto Pibic/Unilab-ICJ: PVA 1522 - Patrimônio Cultural Tangível e Natural de Quixadá-CE: Identificação, Mapeamento e Descrição. Integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e membro do Núcleo de História e Memória da Educação (Nhime) da UFC.

E-mail: karllarenataa@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4007-2482>

### **JOSÉ GERARDO VASCONCELOS**

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em História da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Sociologia também pela UFC, especialista em Filosofia Política, graduado (licenciatura) em Filosofia e bacharel em Filosofia Política, essas três últimas formações pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor titular de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da UFC. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC. Líder do grupo de pesquisa de História e Memória da Educação (Nhime), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem experiência na área de Educação e Política, com ênfase em Filosofia da Educação, Filosofia Política, História da Educação e Antropologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia Política, Filosofia da Educação Contemporânea (Nietzsche e Foucault) e História e Memória da Educação (Biografias de Educadores do século XX e XXI/Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto do pós-1964) e Antropologia da Educação (disciplinamento do corpo, sexualidade, práticas de escrita na cadeia, cultura negra/ca-poeira e educação quilombola).

E-mail: [gerardovasconcelos@ufc.br](mailto:gerardovasconcelos@ufc.br)

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0559-2642>

## Introdução

Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo (Ulisses Guimarães, deputado, Brasília, 5 de outubro de 1988).

**A** presente escrita tem por foco principal historicizar as práticas antidemocráticas e ditatoriais no Brasil após completar 60 anos do golpe militar que destruiu nossa democracia e implantou o medo e a violência e subtraiu liberdades, direitos e garantias individuais e coletivas. Este texto faz uma breve análise desse momento a partir, sobretudo, dos discursos e da prática política por ocasião do último governo federal do Brasil, sob *slogan* “Pátria Amada Brasil”, com o lema “Deus, Pátria, Família” (2019-2022).

A problemática central parte do pressuposto dos riscos e ataques que a democracia brasileira sofreu no dia 8 de janeiro de 2023, resultado do projeto autoritário golpista da última gestão do governo federal, cujo presidente foi Jair Messias Bolsonaro, capitão inativo do Exército Brasileiro, eleito presidente do Brasil pelo voto popular democrático nas eleições de 2018, juntamente com o general inativo do Exército Brasileiro Hamilton Mourão.

Neste ano de 2024, após os 60 anos passados do golpe militar ocorrido do dia 31 de março para o dia 1º de abril de 1964 que assaltou o poder do voto popular democrático, o Brasil, sob uma nova gestão da Presidência da República, continua na resistência tentando reconstruir e soerguer os ideais e princípios da democracia conquistados a duras penas pelas gerações passadas.

Quanto às justificativas para esta pesquisa, são muitas e óbvias, partindo desde o interesse pessoal e profissional até a viabilidade temática e a relevância que o assunto tem no âmbito das pesquisas sociais. O interesse pessoal se dá devido a sermos pesquisadores que amamos a democracia e a defendemos sempre. No tocante à viabilidade temática, está ancorada na atualidade, haja vista ter sido e ainda continuar sendo matéria debatida nos principais centros políticos, econômicos e sociais. Quanto à relevância, asseguramos que esta é uma das matérias de suma importância para o crescimento político-socioeconômico e cultural do Brasil.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-empírica com base em fontes secundárias de livros, artigos científicos, legislação pertinente, documentos oficiais de governo e jornais. Aplicamos o método procedimental bibliográfico com abordagem qualitativa para uma questão social. Ainda na seara metodológica, trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, em razão de o objeto investigado tratar-se de um fenômeno contextual contemporâneo relativamente novo que se reveste de novas formas, estratégias e conteúdo constantemente (Gil, 2008).

Recorremos à história imediata em razão de o fenômeno se apresentar no presente *pari passu* com esta pes-

quisa, em que observamos e vivenciamos *in loco* o fenômeno acontecer; as pesquisas são sempre exploratórias quanto aos objetivos a serem alcançados (Patschiki, 2013).

No que concerne à coleta de informações, empregamos como técnica a revisão e interpretação de literatura, com a finalidade de trazer à baila esclarecimentos importantes sobre a temática supracitada. Interessa-nos o debate interpretativo para que possamos contribuir com a sociedade brasileira na vigilância, defesa e fortalecimento da democracia contra as ameaças golpistas de líderes populistas autoritários militares ou civis do espectro político da extrema direita ou da extrema esquerda. Com relação às técnicas de análise desta pesquisa, empregamos a averiguação de conteúdo e a análise do discurso sócio-histórico contextual à luz da crítica dialética literária de fontes secundárias (Chizzotti, 2011; Xavier *et al.*, 2021).

### **Ditadura militar e democracia: breve histórico**

Não podemos afirmar que o regime democrático instalado no Brasil após muita luta contra a ditadura militar (1964-1985) está consolidado e goza de estabilidade plena e sadia. No máximo, após os sofríveis e pesarosos 21 anos de regime de exceção, contentamo-nos com algumas inserções esporádicas de conteúdos sobre a ditadura militar nos livros didáticos, alguns festivais musicais, algumas peças de cinema/teatro sobre a resistência da esquerda revolucionária de combate às práticas autoritárias dos anos de chumbo, somados com alguns ditos de efeitos como “Ditadura nunca mais!”.

Com efeito, os algozes militares da sociedade brasileira não foram punidos como fizeram outras nações. Após mais de duas décadas de regime militar marcadas pelo autoritarismo político, violência, matança de pessoas inocentes, sequestros, torturas, desaparecimentos e toda sorte de violação dos direitos da pessoa humana, esses criminosos foram beneficiados pela Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia), que preconiza em seu *caput* do artigo 1º: “É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais [...]”.

Chamamos a atenção para o que diz esse artigo da Lei de Anistia, que retrocedeu a 2 de setembro de 1961 para acobertar delitos a partir de então, ou seja, para proteger os criminosos políticos e militares que haviam forjado o sistema político do Brasil quando transformaram o presidencialismo em parlamentarismo, tão logo o presidente eleito Jânio Quadros renunciou e abriu caminho para a assunção do cargo do vice-presidente eleito, João Goulart, considerado “comunista” pela ideologia da Guerra Fria e principalmente pelos militares do Brasil a serviço do governo norte-americano da época. Isso se tornou possível em razão de interpretações políticas do § 1º desse artigo: “Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Desse modo, o que era:

[...] para ser um benefício para os presos políticos e exilados, nada mais era também uma tentativa de impedir a punição dos militares que cometeram crimes contra os direitos humanos (Rêgo, 2021, p. 43762).

Em razão do teor da Lei de Anistia do Brasil, a Corte Interamericana não somente a considera violadora dos Direitos Humanos, como também sem nenhum valor jurídico, haja vista que essa Lei teve como um dos principais objetivos acobertar os crimes praticados pelos militares brasileiros durante a ditadura militar (1964-1985).

O fato é que, com a criação da Lei de Anistia, os militares tiveram seus crimes perdoados e continuaram cometendo seus abusos, como também participando da política nacional, tendo um deles chegado à Presidência da República pela via do voto democrático (2019-2022), Jair Messias Bolsonaro, que até então era deputado federal, tendo realizado uma gestão tão ruim e golpista que não conseguiu sua reeleição. Capitão inativo do Exército juntamente com um general também da inatividade chegaram ao poder via voto popular democrático respectivamente a presidente e vice-presidente da república (2019-2022) do Brasil. Vale ressaltar que esse mesmo militar presidente se candidatou à reeleição e, apesar de ter sido acusado de um rosário de ilicitudes, inclusive tendo fomentado um golpe de Estado contra a democracia durante todo o seu mandato, por pouco não foi reeleito para uma nova gestão presidencial (2023-2026).

Durante os quatro anos de mandato dessa gestão de militares inativos do Exército Brasileiro, a democracia brasileira esteve ameaçada o tempo todo de golpe, mas, apesar de muito jovem (de 1988), a democracia demonstrou vigor, sobretudo por ter um Supremo Tribunal Federal firme e competente, um Tribunal Superior Eleitoral moderno, com integrantes corajosos, principalmente o seu presidente, Alexandre de Moraes, um povo aguerrido



do e, acima de tudo, ter o maior líder político da história do país, o atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, que se candidatou e se elegeu pela terceira vez, derrotando o candidato da situação. A tarefa, porém, não foi fácil, pois o candidato derrotado conseguiu nas urnas 49,10% dos votos e implantou no país uma ideologia política golpista de extrema direita, com discursos e práticas neonazifascistas (Boito Júnior, 2020; Caldeira Neto, 2020, 2022; Demori, 2021; Gherman; Klein, 2021; Löwy, 2019).

### **Jair Bolsonaro e a promessa de retornar o Brasil à ditadura militar**

Sob esse último governo militarizado (2019-2022), a democracia brasileira, o Estado democrático de direitos, as instituições e a Constituição Federal do país sofreram seus mais profundos ataques desde 1988, culminando com a tentativa de golpe de Estado por milhares de extremistas apoiadores do governo de Jair Bolsonaro, que, no dia 8 de janeiro de 2023, invadiram e destruíram dolosa e criminosamente os prédios dos três poderes da república: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, situados na Esplanada dos Ministérios na capital do país, Brasília, o que configurou vários tipos penais.

O dolo dos agentes e os meios empregados na empreitada também demonstram a adequação típica às figuras do CP, artigos 359-L (abolição violenta do Estado democrático de direito) e 359-M (golpe de Estado). Originário da junção dos artigos 17 e 18 da extinta Lei de Segurança Nacional, diz o texto do ar-

tigo 359-L que é crime *‘Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais’* (Pena: reclusão, de 4 a 8 anos, além da pena correspondente à violência). Por se tratar de crime de atentado ou empreendimento, pouco importa se os objetivos golpistas foram alcançados, punindo-se igualmente a forma tentada e consumada (Capez, 2023).

Vale ressaltar que essa tentativa de golpe de Estado que resultou na invasão e destruição dos prédios dos três poderes da república, em 8 de janeiro de 2023, pelos extremistas apoiadores do ex-presidente Bolsonaro foi o resultado urdido, tramado, incentivado, planejado e articulado antes mesmo de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumir o cargo maior da república do Brasil.

Conforme suas próprias palavras, por ocasião de diplomação de curso militar retroativo a 1987, ao receber a comenda das mãos do então comandante do Exército, o general Villas Bôas, em 29 de novembro de 2018, haja vista que Bolsonaro, embora tivesse concluído o curso pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) no ano de 1987, não fora diplomado por razões de indisciplina, dentre outras acusações, o ex-presidente Bolsonaro prometeu ao general Villas Bôas, diante de mais 11 generais, que retornaria o Brasil ao regime militar.

O senhor pode ter certeza, muita coisa que nós aprendemos na vida militar levaremos para o Planalto. Nós temos uma chance ímpar de mudar o destino do Brasil. E não será eu sozinho, será com mais pessoas, em grande parte militares das Forças Armadas que estão ao nosso lado. Juntos, prezado

comandante, o senhor tem história, nós pretendemos também fazer a nossa história, a guinada do nosso país ao rumo daquilo que não devia ter saído, naquele período de 20 e poucos anos atrás (Viana, 2023).

Vale a pena lembrar que essa promessa de “guinada do nosso país ao rumo daquilo que não devia ter saído, naquele período de 20 e poucos anos atrás”, em 29 de novembro de 2018, referindo-se ao regime ditatorial militar de 1964 a 1985, ratifica inúmeras outras declarações de Bolsonaro em defesa da ditadura militar. À guisa de exemplo, podemos lembrar a entrevista de Bolsonaro no dia 23 de maio de 1999 ao programa “Câmera Aberta”, na TV Bandeirantes, em que o então deputado federal Bolsonaro chegou a afirmar que, se caso fosse eleito presidente da república, fecharia o Congresso e “[...] daria o Golpe no mesmo dia” e, por fim, chamou o regime governamental no Brasil de “Maldita democracia!” (Barreto Júnior, 2022, p. 23-25).

Seguindo com seu ideário golpista, Bolsonaro, tão logo assumiu a presidência da república, tentou preparar seus/uas apoiadores/as para esse fim prometido, inclusive, cooptando o Poder Legislativo, consolidando sua base de apoio com o famigerado Orçamento Secreto, que lhe blindaria contra o instituto do *impeachment*, tendo ele se sentido amparado para atacar sistematicamente o Poder Judiciário, especificamente o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, culminando com o maior ataque à república (com a invasão e destruição às sedes dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023) da história republicana e o maior e mais infame atentado à

democracia desde a redemocratização de 1986 e da fundação do Estado democrático de direitos com base na Constituição Federal Cidadã de 1988 (Bittar, 2023).

O então presidente Bolsonaro continuou com seu projeto antidemocrático e neonazifascista tentando minar pouco a pouco a democracia, montando uma verdadeira estrutura ideológica de guerra (Nobre, 2020) com cargos e outros penduricalhos para os militares da ativa e da reserva, sobretudo de sua força militar de origem: o Exército. Assim como é próprio dos líderes populistas autoritários, Bolsonaro buscou corroer por dentro a democracia e fazê-la sangrar para, ao final, dar o golpe fatal e extingui-la. Para tanto, utilizou o método herdado de seu inspirador mais importante, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América (EUA) à época.

Não necessitou serem escritas as táticas *trumpeanas* de esgarçamento da democracia no Brasil, embora Bolsonaro tenha tido como ideólogo e professor Steve Bannon, ex-assessor de Trump e estrategista político para a destruição dos regimes democráticos. Bolsonaro passou a aplicar suas estratégias antidemocráticas, aparelhando as instituições mais importantes e se alinhando a um dos blocos políticos que ele mais criticou durante sua campanha presidencial: o Centrão.

No jogo do vale-tudo, Bolsonaro, em certo momento, declarou em cadeia nacional que também fazia parte desse bloco, do Centrão. Bolsonaro também preparou o terreno para um possível golpe de Estado e, para isso, recheou seu governo de militares das Forças Armadas em todos os setores de sua gestão. Quando ainda em seu primeiro ano de governo, viu-se encurralado com muitos pedidos

de *impeachment*, razão por que seu governo criou um mecanismo eficiente para barrar todos os pedidos de *impeachment* de então e dos que viessem futuramente: criou o chamado “Orçamento Secreto”, uma espécie de *Bolsolão* para distribuição de dinheiro em forma de emendas parlamentares, indiscriminadamente, sem nenhum controle, fiscalização ou prestação de contas (Nobre, 2020).

Com o Poder Legislativo cooptado e tendo na Procuradoria Geral uma pessoa de sua confiança, Augusto Aras, faltava-lhe a cooptação do Superior Tribunal Federal, porém, não conseguindo ter a maioria cooptada nesse setor, Bolsonaro partiu para uma franca batalha contra a Suprema Corte, sobretudo em datas comemorativas, como a de comemoração da independência do Brasil, em 7 de setembro. Nessas ocasiões festivas, em vez de falar do feriado em si, ele reunia milhares de prosélitos e passava a fazer discursos inflamados atacando os ministros, dizendo, inclusive, que dali por diante não cumpriria mais determinações do Superior Tribunal Federal, atacava o sistema eleitoral, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral e as urnas eletrônicas, pois, já prevendo uma derrota, ele estaria disposto a golpear a democracia com a justificativa de que as eleições haviam sido fraudadas.

Não deu outra, Bolsonaro foi derrotado nas urnas, não reconheceu sua derrota, continuou fomentando o golpe de Estado contra a democracia e o resultado foi a famosa “Festa da Selma” ou a destruição dos prédios dos três poderes da república pelos *bolsonaristas* extremistas no dia 8 de janeiro de 2023 (Capez, 2023).

No âmbito da educação superior, é necessário ressaltar que Bolsonaro elegeu as universidades federais

como inimigos a serem abatidos; apesar da autonomia universitária, 22 entre as 69 universidades federais do Brasil tiveram suas administrações determinadas por nomeações do então presidente Bolsonaro, que ignorou os/as candidatos/as mais votados/as pela comunidade universitária.

É válido acrescentar que boa parte das reitorias dessas universidades seguiu a cartilha do negacionismo *bolsonarista* e, por orientação do Ministério da Educação (MEC), decidiu retomar suas atividades acadêmicas presenciais ainda em período da pandemia de Covid-19, sem tomar as devidas medidas preventivas sanitárias. Ainda é relevante pautar também que, durante a gestão *bolsonarista*, houve a troca de cinco ministros da Educação, escândalo de corrupção de pastores quando transformaram o MEC em um verdadeiro balcão de negócios, cortes de recursos, evasão escolar e acentuada redução no número de matrículas, apenas para mencionar alguns dos muitos descasos e desastres na educação sob a gestão do governo federal de Jair Bolsonaro (Grisa, 2022).

Todavia, como complemento pertinente a toda agenda neonazifascista, a gestão *bolsonarista* também atacou violentamente a cultura e a elegeu como inimiga também. Desse modo, em resumo, é possível citar o desmonte que o governo Bolsonaro fez com a cultura no Brasil: 1) extinguiu o Ministério da Cultura, desmontou a Agência Nacional do Cinema (Ancine), realizou reprodução nazista sobre a cultura ideal, fez alusão à ditadura militar e nomeações de pessoas sem a devida qualificação, cortou recursos, dentre tantas muitas outras medidas contra a cultura. Além disso, o Brasil registrou 211 ca-

sos de censura, desmonte institucional do setor cultural e autoritarismo contra a cultura nos três primeiros anos de governo Bolsonaro (País..., 2022).

Diante desse quadro, acreditamos ser necessário agirmos politicamente, didaticamente e pedagogicamente com previsão de componentes curriculares sobre educação política para fortalecer a democracia, conhecendo e expondo a história do autoritarismo político-militar do Brasil para além de se educar para práticas culturais de democratização, sejam formais, não formais e informais, em todos os espaços possíveis e plausíveis. Temos que viver e praticar a democracia.

## Conclusão

É atribuída ao filósofo Hegel a frase de que a história repete-se pelo menos duas vezes e é atribuído a Marx o complemento dessa frase, de que a repetição dessa história ocorre a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. É também chancelada a Hegel a célebre ideia de que a informação produz ação e a desinformação gera conformação (apatia, imobilidade social). A pergunta que deixamos para posteriores pesquisas é: será que a história se repetiu ou tentou se repetir no Brasil nas duas formas?

As assertivas desses dois filósofos alemães não são meras coincidências em relação ao que aconteceu no Brasil no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, ou seja, o Brasil sofreu uma tragédia golpista com o maior ataque à nossa jovem democracia. Em relação à segunda, a farsa, tivemos no período pré-tentativa de

golpe do 8 de janeiro *bolsonaristas* golpistas cantando o hino nacional, prestando continência e marchando para pneu, como também pedindo ajuda por meio de celular a extraterrestres, dentre muitas outras farsas absurdas.

Ficou demonstrado também, durante a produção deste texto, que as aspirações e inspirações autoritárias ditatoriais do golpe militar de 1964 continuam vivas, as quais apenas foram adormecidas, mas a qualquer momento podem emergir para tentar destruir a democracia mais uma vez. Parodiando o poeta Bertold Brecht, vale dizer que a cadela golpista no Brasil está sempre no cio.

Pautamos também nesta escrita que Bolsonaro, mesmo estando na inatividade, é filho pródigo que saiu dos porões da ditadura militar e que sempre defendeu o regime de exceção, prometendo retornar o Brasil à ditadura militar, fato que quase aconteceu com o maior ataque à nossa democracia, quando *bolsonaristas* extremistas tentaram tomar o poder em 8 de janeiro de 2023, quando destruíram os prédios dos três poderes da república em Brasília. O restante da história desse fato já sabemos.

Por último, fica o alerta: derrotamos a tragédia e a farsa *bolsonaristas* nas urnas. Precisamos derrotá-las também nas redes e nas ruas. As ideias neonazifascistas *bolsonaristas* continuam vivas e ameaçando a democracia no Brasil. Partimos do pressuposto de que a primeira parte e mais significativa foi feita, qual seja, derrotar o candidato da extrema direita, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), nas urnas, porém o *bolsonarismo* continua vivo e pulsante e precisa ser derrotado nas ruas, nas redes e no imaginário coletivo



da sociedade. Esta última providência deve ser uma estratégia preventiva, sustentada e sustentável e precisa ocorrer sobretudo por meio da *desbolsonarização* através da educação política para a democracia.

## Referências

BARRETO JÚNIOR, W. *Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases*. São Paulo: Geração, 2022.

BITTAR, E. C. B. Ataques aos símbolos do Estado de Direito: vandalismo político e democracia. *Revista Consultor Jurídico*, Opinião, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-09/eduardo-bittar-ataques-aos-simbolos-estado-direito>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BOITO JUNIOR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista, Campinas*, n. 50, p. 111-119, 2020.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. *Carta Capital*, Opinião, São Paulo, 29 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 1979.

CALDEIRA NETO, O. C. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, Fortaleza, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CALDEIRA NETO, O. C. O neofascismo no Brasil, do local ao global?. *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 599-619, 2022.

CAPEZ, F. 8 de janeiro de 2023: um triste dia para a democracia. *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, 12 jan. 2023.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DEMORI, L. Pesquisadora encontra carta de Bolsonaro publicada em sites neonazistas em 2004. *Intercept Brasil*, [S.l.], 28 jul. 2021.

FALCÃO, M. C. A. A. *Lei de Anistia: aspectos políticos e jurídicos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GHERMAN, M.; KLEIN, M. From Beacon to Siren: The Transformation of Brazil from Racial Utopia to Racist/Antisemitic Dystopia. *Revista Videre*, Dourados, v. 13, p. 65-88, 2021.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, G. Como foi o desempenho do governo Bolsonaro na educação?. *Gregório Grisa*, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://gregoriogrisa.com.br/como-foi-o-desempenho-do-governo-bolsonaro-na-educacao/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

LÖWY, M. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *Bresserpereira.org*, [S.l.], 2019. Disponível

em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2019/ou-tubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

NOBRE, M. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.

PAÍS teve 211 casos de censura e ataques à cultura em 3 anos, diz relatório. *UOL*, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2022/03/17/cultura-censura-ataques-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PATSCHIKI, L. As lutas da história imediata: para quem serve a verdade histórica?. *Revista Histedbr*, Campinas, v. 12, n. 48, p. 225-240, 2013.

RÊGO, A. J. Lei de Anistia aos violadores de direitos humanos durante a ditadura militar brasileira: uma nova perspectiva a partir da Comissão da Verdade. *Brazilian Journal of Development*, [S.l.], v. 7, n. 5, p. 43762-43780, 2021.

VIANA, N. O presentinho do general Villas Bôas para Bolsonaro: o diploma do Exército. *Agência Pública*, [S.l.], 13 fev. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/02/o-presentinho-do-general-villas-boas-para-bolsonaro-o-diploma-do-exercito/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

XAVIER, A. R. *et al.* Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *Educa: Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021.

## 5 SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE TRABALHOS DA BASE PERIÓDICOS CAPES

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap5>

### FRANCISCO WILLIAM COÊLHO BEZERRA

Mestrando em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e graduado em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador dos grupos de pesquisa Rosas e Gestão de Políticas Sociais (GPS).

E-mail: [williamcb@unilab.edu.br](mailto:williamcb@unilab.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5975-3766>

### MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA PORTELA CYSNE

Doutora em Ciência da Informação pela University of Brighton, Inglaterra, e em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Educação e graduada em Biblioteconomia também pela UFC. É professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Tem experiência nas funções de Coordenação dos cursos de graduação em Biblioteconomia da UFC (2000-2005), de especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação para o Gerenciamento da Informação (Etigi) (2000-2007). Foi coordenadora cedida da UFC Cariri para coordenar a implantação e desenvolvimento do Sistema de Bibliotecas da Unilab. Assumiu em 2013 a Direção do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (Dsibiuni). Foi presidente da Comissão de Ética da Unilab (CEP-Unilab). É integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS). E-mail: [fatimaportela@unilab.edu.br](mailto:fatimaportela@unilab.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3913-2604>

### HELDER DOMINGOS FILIPE

Graduando em Administração na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS).

E-mail: [helderfilipe@aluno.unilab.edu.br](mailto:helderfilipe@aluno.unilab.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1283-8054>

## Introdução

Nos últimos anos, muito se discutiu sobre os modelos políticos mais eficientes para se manter o equilíbrio democrático e o desenvolvimento socioeconômico nos países. Discutiu-se também a relação entre democracia e sustentabilidade, tema bastante presente nos debates políticos dos últimos anos.

A ascensão de movimentos populistas de direita em diversos países tem desafiado os modelos tradicionais de democracia liberal, introduzindo novas dinâmicas e tensões no tecido político e social. Temas como aquecimento global, respeito à diversidade e combate ao racismo são apresentados de maneira diferente a depender do espectro político. Algo que vem sendo levado em pauta é a sustentabilidade democrática.

A interseção entre sustentabilidade democrática e política de direita levanta questões cruciais sobre a compatibilidade entre políticas econômicas liberais e a manutenção de sistemas democráticos inclusivos e justos. Além disso, a análise do impacto das políticas de direita sobre as instituições democráticas revela a complexidade das interações entre economia, cultura e governança.

A política de direita, tradicionalmente associada a ideais conservadores, liberais e nacionalistas, prioriza a redução da intervenção estatal na economia, a promoção da propriedade privada e a valorização de tradições e valores culturais específicos.

Diante disso, este estudo objetivou explorar os trabalhos sobre sustentabilidade democrática e verificar as implicações das políticas de extrema direita, examinando como essa abordagem política influencia a capacidade dos Estados democráticos de manterem-se alinhados aos padrões democráticos. As políticas de direita vão de encontro a ideais que buscam solucionar problemas como a desigualdade, as mudanças climáticas, entre outros.

Desse modo, buscou responder às seguintes questões norteadoras: como a sustentabilidade democrática vem sendo tratada pelas nações? Como o avanço da extrema direita no mundo tem impactado esse conceito? Outrossim, este trabalho será importante por ser mais um estudo que investiga, em nível acadêmico, como a debilitação da democracia tem forte relação com os ideais perseguidos pela direita no tocante aos seus extremos.

## **Referencial teórico**

A sustentabilidade democrática, na literatura científica, apresenta alguns conceitos que a identificam no cenário das ciências humanas e sociais. Entende-se que a sustentabilidade democrática refere-se à capacidade de as instituições se manterem robustas e resilientes ao longo do tempo, assegurando a participação cidadã, a

proteção dos direitos humanos e a promoção da justiça social e econômica. Nos últimos anos, alguns autores direcionaram suas atenções ao problema aqui analisado. Alguns conceitos surgiram tentando identificar o significado de sustentabilidade democrática.

Diante dos conceitos mais comuns, a sustentabilidade democrática é compreendida como sendo a administração, por parte das instituições democráticas, de seu *status* material, realizando uma remodelagem nos preceitos éticos e sociopolíticos que instruem a alocação de seus recursos ambientais (Leroy *et al.*, 2002). Esse conceito enfatiza a importância de processos políticos inclusivos e transparentes que garantam a legitimidade e a eficácia do governo.

A viabilidade do paradigma da sustentabilidade democrática se condiciona a uma análise contextualizada dos impasses que o Estado democrático deve enfrentar para conseguir a qualidade de vida e a dignidade humana (Ferreira, 2017). A sustentabilidade democrática ainda expande a ideia de desenvolvimento sustentável, tendo como consequências o fim da pobreza e desigualdades de classe, a implementação de padrões e relações sociais e institucionais e o uso do poder que se equalize com as diferenças étnicas, culturais e civilizacionais (Tristão, 2004).

Compreende-se ainda que a escolha por uma sustentabilidade democrática é uma decisão complexa, pois vai de encontro à visão preponderante de desenvolvimento, sendo uma atividade essencial para lapidar valores e conceitos em um viés de mudança social (Tommasiello; Guimarães, 2013). O alcance da sustentabilidade

democrática, desse modo, tem a ver com a tentativa de criação de espaços democráticos de alcance global, pois esse fenômeno somente será eficazmente implantado em ambientes realmente democráticos (Ferreira, 2017).

A sustentabilidade democrática requer que se construa política de sustentabilidade ambiental e social por meio de alinhamento com o mercado, não havendo mais a justificativa da intervenção, mas a indagação de políticas públicas visando à ideia de o mercado manifestar-se como essencial à sustentabilidade democrática (Siqueira; Xerez, 2015).

Importa saber, por fim, que as mídias de massa exercem um papel primordial na governança e sustentabilidade democrática das nações (Ogundiwin; Nwachukwu; Babajide, 2020), sendo fundamental destacar que as tensões descritas acerca da sustentabilidade democrática (liberal) não permitem a suposição de eficácia do autoritarismo ambiental (Shahar, 2015).

## **Aspectos metodológicos**

Em termos metodológicos, a pesquisa proposta é teórica quanto à natureza, exploratória e bibliográfica quanto aos procedimentos e objetivos e quantitativa quanto à abordagem. A pesquisa teórica desempenha um papel crucial no avanço do conhecimento em relação a determinadas teorias, aperfeiçoando os fundamentos teóricos subjacentes e exercendo uma influência indireta na melhoria das práticas associadas (Ribeiro, 2011). A pesquisa bibliográfica tem como objetivo esclarecer um problema com fundamento em materiais já criados (Gil, 2007).



O estudo utilizou a base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o intervalo de 2014 a 2024. Como parâmetros da pesquisa, empregaram-se os descritores a seguir, em português e inglês: “Sustentabilidade democrática” e “Democratic Sustainability”. Os fatores de inclusão e exclusão foram “trabalhos que abrangem a temática da educação ambiental no título ou resumo do artigo” e “não consideração de artigos de revisão e de trabalhos duplicados”, respectivamente.

## **Resultados**

Em relação à caracterização dos trabalhos, os artigos selecionados neste estudo seguiram uma variação quase constante de publicações no período proposto, quase sempre variando entre 1 e 0 publicações, tendo um aumento mais significativo apenas em 2020, com seis publicações. Tal aumento pode estar associado ao período pandêmico e à reflexão sobre os impactos da economia do capital e sobre a exacerbada exploração dos recursos humanos e naturais no planeta. Ademais, os trabalhos em comento tiveram temas variados e foram produzidos, além do Brasil, por países diversos, tendo trabalhos originados nas regiões da Escandinávia, África e até China.

### ***Economia e sustentabilidade democrática***

A pesquisa de Siqueira e Xerez (2015) examina o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade democrática, com ênfase em aspectos ambien-

tais e sociais. Argumenta que o Estado deve promover práticas sustentáveis que respeitem e fortaleçam as liberdades e capacidades individuais, sem comprometer as instituições democráticas, destacando a tensão entre dinâmicas de mercado, igualdade e governança democrática. Com relação à democracia brasileira, os autores defendem que a intervenção estatal deve promover crescimento econômico e assegurar uma distribuição justa dos benefícios, respeitando limites ecológicos.

O artigo de Wironen, Bartlett e Erickson (2019) investiga como a democracia deliberativa pode resolver os desafios normativos e práticos da economia ecológica. Os autores entendem que, apesar das ferramentas criadas para uma economia sustentável, a economia ecológica ainda luta para legitimar seus objetivos normativos e propõem a integração da teoria deliberativa como solução, com abordagem inclusiva nas transições de sustentabilidade.

### ***Modelos de governança e sustentabilidade democrática***

O trabalho de Hoop (2020) explora como a produção participativa de conhecimento (PPK) pode aprimorar a governança de sustentabilidade democrática. A pesquisa revela que a PPK promove inclusão e transparência nos processos decisórios, envolvendo diversas partes interessadas. A PPK assegura que as abordagens de governança sejam mais equitativas e reflitam melhor as necessidades e valores da sociedade. O estudo destaca ainda que a PPK facilita a integração do conhecimento local e indígena com a ciência, resultando em soluções

holísticas e sensíveis aos desafios da sustentabilidade, apesar de ainda existirem barreiras, como desequilíbrios de poder, restrições de recursos e inércia institucional.

O artigo de Nan e Yang (2022) explora os fatores que influenciam a disposição dos cidadãos em participar da governança local na China. Os resultados mostram que jovens, pessoas com níveis educacionais mais altos, membros do Partido Comunista Chinês (PCC) e cidadãos com renda maior são mais propensos a se envolver nesse processo. Mostra que, desde 2013, o país tem promovido a participação cidadã na governança compartilhada, sob as diretrizes do PCC, melhorando os serviços públicos e a vida comunitária, embora ainda existam disparidades regionais significativas, sugerindo que as políticas de governança devem ser adaptadas a contextos regionais específicos. As descobertas fornecem *insights* sobre práticas democráticas em contextos não ocidentais.

### ***Política e sustentabilidade democrática***

A edição especial de Fruhstorfer e Passarelli (2020) destaca a importância dos poderes legislativos na estabilidade política e na qualidade da democracia, comparando os poderes legislativos delegados e constitucionais para entender apoio partidário e cooperação entre os poderes. A edição, composta por oito artigos, examina as dinâmicas de poder entre presidentes e governos, testando e expandindo as teorias de Shugart e Carey e fornecendo evidências empíricas sobre o poder executivo e estratégias partidárias. Outros artigos exploram equivalentes funcionais dos poderes legislativos em diferentes

sistemas políticos, reafirmando e desafiando os atributos centrais identificados por Shugart e Carey, com uma análise abrangente das relações executivo-legislativas e suas implicações para a governança democrática.

O artigo de Adebayo (2016) explora como a filosofia política de Maulana Abul A'la Mawdudi pode aprimorar a sustentabilidade democrática na Nigéria. O autor argumenta que a integração de religião e política proposta por Mawdudi oferece uma estrutura de governança baseada em princípios islâmicos, em que a soberania pertence a Deus, o que é contrastado com a corrupção e má gestão na Nigéria. O artigo ressalta a relevância das ideias de Mawdudi no contexto nigeriano contemporâneo e identifica que o domínio do dinheiro na política, assassinatos políticos frequentes e fraude eleitoral são grandes obstáculos à sustentabilidade democrática.

### ***Outras relações com a sustentabilidade democrática***

O trabalho de Goetz *et al.* (2020) explora as transformações democráticas de sustentabilidade, focando na interação entre democracia, sustentabilidade e mudança transformadora. O artigo destaca a manutenção da qualidade democrática nas transformações da sustentabilidade, considerando equidade, poder e conflito. Um dos principais resultados é a defesa de uma compreensão mais matizada das práticas democráticas, promovendo a “deliberação disruptiva” para desafiar estruturas de poder dominantes e incluir equidade nos processos decisórios. Os autores advogam por uma abordagem reflexiva e sensível ao contexto na ciência da sustentabi-

lidade, abordando como democracia, sustentabilidade e transformação se inter-relacionam em níveis conceituais, analíticos e práticos.

Velicu e Barca (2020) criticam o conceito de “transição justa” para a sustentabilidade democrática, argumentando que a justiça socioecológica deve desafiar os modelos existentes de relações socioecológicas e de trabalho. As autoras afirmam que crises ecológicas e sociais estão enraizadas em desigualdades e uma transição justa deve abordar a lógica das relações desiguais, não apenas a troca de combustíveis fósseis. O artigo revela divergências entre organizações de justiça laboral (crescimento verde para manter empregos) e ambiental (priorizam autodeterminação e controle comunitário), que, embora ambas defendam a redução de emissões de CO<sub>2</sub>, têm diferentes definições de justiça, resultando em conflitos. As autoras criticam a perspectiva laboral tradicional e a versão *mainstream* da Transição Justa, que reforça a dependência salarial e o crescimento capitalista. Elas propõem uma abordagem transformadora que empodere os trabalhadores como coletivos autônomos, criando riqueza diversificada.

O artigo de Ogundiwin, Nwachukwu e Babajide (2020) examina o papel crucial da mídia de massa na promoção da democracia na Nigéria, destacando seu histórico significativo na política do país contra o colonialismo e o regime militar. Os autores argumentam que as ações da mídia estão cada vez mais comprometidas por influências políticas, econômicas e estruturais, sendo minadas pelo controle das elites políticas e funcionários do governo, o que resulta em reportagens tendenciosas e censura.

Apresentam que a dependência financeira do governo e patrocinadores privados compromete sua objetividade e independência, impedindo a mídia de permitir aos governados uma participação democrática informada.

O artigo de Andersen (2021) examina a relação entre processos de democratização e conflitos violentos, nas dimensões “restrições ao executivo”, “liberdades civis e políticas”, “eleições competitivas” e “sufrágio”, revelando impactos variados na estabilidade política e violência. A pesquisa concluiu que reformas democráticas geralmente seguem longos períodos de negociação e conflito, seguidos por curtas fases de adaptação, e que diferentes regiões experienciaram a democratização de maneiras únicas, destacando a importância de reformas políticas graduais e inclusivas para uma democracia sustentável e redução de conflitos violentos. Contudo, os autores indicaram que a “Escandinávia” demonstrou a democratização de seus países de forma mais pacífica que a média global, com uma liberalização gradual e o fortalecimento da contestação antes do sufrágio universal.

## Discussão

Tendo em vista a relevância de pesquisas sobre sustentabilidade democrática e as contribuições que esses trabalhos trazem para a evolução do conhecimento sobre o tema e o fato de os trabalhos publicados se mostrarem em quantidade reduzida, constatou-se uma lacuna na área pesquisada.

Por conta da problemática proposta, verificou-se que os princípios da direita não se coadunam com os ide-

ais de democracia sustentável e de equidade e redução de disparidades. As principais conclusões encontradas, relacionadas a desenvolvimento econômico, igualdade de participação nos governos, entre outras, verificaram a ocorrência desse fato.

Conclui-se, com base no trabalho de Siqueira e Xerez (2015), que, para alcançar a sustentabilidade democrática no desenvolvimento econômico, são necessárias políticas públicas que respeitem limites ecológicos e promovam equidade social, sem comprometer as liberdades democráticas, sendo a integração economia-democracia-ambiente fundamental para um futuro mais equitativo e sustentável.

É possível também, conforme Fruhstorfer e Passarelli (2020) e Wironen, Bartlett e Erickson (2019), “ampliar” sistemas deliberativos para uma transição de sustentabilidade democrática, podendo utilizar a teoria deliberativa e entender que as dinâmicas de poder entre presidentes e governos podem influenciar significativamente a estabilidade política e a qualidade da democracia.

Depreende-se que é possível democratizar a governança de sustentabilidade para promover resultados ambientais e sociais positivos, superando-se as barreiras identificadas através de estratégias como desenvolvimento de capacidades e políticas (Hoop, 2020). Conclui-se ainda que a participação cidadã é essencial para a modernização (Nan; Yang, 2022) e sustentabilidade democrática e que reformas políticas graduais e inclusivas são essenciais para uma democracia sustentável e redução de conflitos violentos (Andersen, 2021).

Sobre relacionar mídia e religião com democracia sustentável, para Ogundiwin, Nwachukwu e Babajide (2020) e Adebayo (2016), respectivamente, pode-se superar os desafios para fortalecer sistemas democráticos robustos e inclusivos, assim como perceber contribuições na adoção de princípios religiosos para sistemas democráticos mais sustentáveis e eficazes.

Por fim, conclui-se que se pode manter a qualidade democrática nas transformações de sustentabilidade, integrando equidade e consideração das complexidades contextuais (Goetz *et al.*, 2020), e que uma transição sustentável justa deve abordar a lógica das relações desiguais e empoderar os trabalhadores para criar sistemas produtivos baseados na igualdade (Velicu; Barca, 2020).

## **Considerações finais**

O trabalho apresentado buscou implementar uma revisão da literatura sobre sustentabilidade democrática. Esta investigação contribuiu para o entendimento da situação do tema no Brasil e em várias partes do mundo. Verificou-se também que, mesmo conhecendo um pouco sobre como o tema é tratado, são necessários mais estudos para uma compreensão mais completa. Torna-se fundamental maior conscientização dos pesquisadores sobre a importância da sustentabilidade democrática e do seu papel para continuar os sistemas democráticos no planeta, assim como a não aceitação de regimes que não vão de encontro a esses princípios.



## Referências

ADEBAYO, R. I. The Political Thought of Mawdudi as a Template for Democratic Sustainability in Nigeria. *Al-Jami'ah: Journal of Islamic Studies*, [S.l.], v. 54, n. 1, p. 147-173, 2016.

ANDERSEN, D. Democratization and violent conflict: Is there a Scandinavian exception?. *Scandinavian Political Studies*, [S.l.], v. 44, n. 1, p. 1-12, 2021.

FERREIRA, J. L. C. Sustentabilidade democrática. *Revista de Trabalhos Acadêmicos Universo*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2017.

FRUHSTORFER, A.; PASSARELLI, G. President and Assemblies – 25 years after Shugart and Carey's Book: Introduction to special issue. *Political Studies Review*, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 2-11, 2020.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOETZ, A. *et al.* Introduction to the special issue: reform or revolution? What is at stake in democratic sustainability transformations. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 335-352, 2020.

HOOP, E. More democratic sustainability governance through participatory knowledge production? A framework and systematic analysis. *Sustainability*, [S.l.], v. 12, n. 15, 2020.

LEROY, J-P. *et al. Tudo ao mesmo tempo agora - desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 11, p. 237-253, 2008.

NAN, R.; YANG, Y. Who is willing to participate in local governance? Modernization of shared governance in China. *Sustainability*, [S.l.], v. 14, n. 22, 2022.

OGUNDIWIN, A. O.; NWACHUKWU, J. N.; BABAJIDE, F. J. A theoretic perspective on critical communications, mass media and effectual democracy in Nigeria. *Asian Social Science*, [S.l.], v. 16, n. 8, p. 82, 2020.

OLOTU, O. A.; OGUNRO, V. O. Political marketing: An effective strategy for quality leadership and sustainable democracy in Nigeria. *International Journal of Marketing Studies*, [S.l.], v. 5, n. 1, 2013.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

SHAHAR, D. C. Rejecting eco-authoritarianism, again. *Environmental Values*, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 345-366, 2015.

SIQUEIRA, N. S.; XEREZ, R. M. Os desafios à sustentabilidade democrática na busca do desenvolvimento econômico sustentável. *Revista Thesis Juris*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 488-504, 2015.

TOMMASIELLO, M. G. C.; GUIMARÃES, S. S. M. Sustentabilidade e o papel da universidade: desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade democrática. *Revista de Educação do Cogeime*, Rio Branco, v. 22, n. 43, p. 11-26, 2013.

TRISTÃO, M. *A educação ambiental na formação de professores: rede de saberes*. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004.

VELICU, I.; BARCA, S. The Just Transition and its work of inequality. *Sustainability*, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 263-273, 2020.

WIRONEN, M. B.; BARTLETT, R. V.; ERICKSON, J. D. Deliberation and the promise of a deeply democratic sustainability transition. *Sustainability*, [S.l.], v. 11, n. 4, 2019.

## 6 OS DESAFIOS QUE PERMEIAM A EDUCAÇÃO POLÍTICA, MÍDIA E DEMOCRACIA

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap6>

### **MARIA VANDIA GUEDES LIMA**

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Gestão e Coordenação Escolar pelo Centro Universitário (Uninta), em Educação Infantil, Educação Inclusiva e Especial e Novas Tecnologias pela Faculdade Kurios (FAK) e em Psicanálise pela Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG), graduada em Pedagogia pela UECE, em História pelo Uninta e em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e graduanda em Psicologia pela Faculdade Plus. Professora aposentada do município de Horizonte, Ceará.

E-mail: profavandiaguedes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1746-3004>

### **FRANCISCA PEREIRA PAIVA**

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Centro Universitário Inta (Uninta), em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, em Educação Infantil, em Educação Especial e Inclusiva e em Docência do Ensino Superior, todas essas formações pela Faculdade Excelência (FAEX), e graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: cilene\_paiva@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1984-9883>

### **ANTÔNIA FRANCIEUDA PINHEIRO CAVALCANTE**

Mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Meio Ambiente e Sustentabilidade pela Faculdade de Administração, Ciências e Educação (Famart) e licenciada em Geografia pela UECE. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: francieudapinheiro1967@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3158-6342>

## Introdução

Atualmente, tem-se constatado um crescente interesse pelos temas alusivos à educação política, mídia e democracia. Esses campos interligados são determinantes para o fortalecimento das práticas democráticas e para a formação de cidadãos críticos e bem informados, capazes de participar ativamente nos processos democráticos. Entretanto, o contexto atual manifesta distintos desafios que impedem a implantação eficiente de uma educação política segura, sobretudo em um cenário ativamente motivado pela mídia.

A mídia, com sua força de criar conjecturas e manipular comportamentos, exerce um papel relevante na formação política dos sujeitos. Entretanto, a difusão de desinformação, as notícias falsas e as divergências dos debates políticos caracterizam reveses notáveis para a construção de um ambiente democrático saudável. Ademais, a repercussão das mídias sociais e a pulverização do consumo de informações impedem a geração de uma base comum de conhecimento, básico para a execução de uma democracia participativa (Miguel; Biroli, 2014).

Outro desafio pertinente é a ingerência de interesses econômicos e políticos no que diz respeito à mídia, que pode prejudicar a neutralidade e a divergência de informações viabilizadas ao público. Esse contexto intensifica a desconfiança nas instituições e nos meios de comunicação, impedindo ainda mais a tarefa de educar politicamente os cidadãos (Carvalho, 2018).

Diante do contexto, manifesta-se o desejo premente de investigar como esses desafios se entrecruzam e prejudicam a educação política e a democracia. É incontestável reconhecer como a mídia pode tanto facilitar quanto dificultar a formação de cidadãos críticos e informados.

Em face do cenário atual, buscamos realizar uma revisão bibliográfica abrangente sobre os desafios que perpassam estes três elementos: educação política, mídia e democracia, investigando como se inter-relacionam e quais embargos surgem na implementação de uma educação política eficaz em um contexto mediado pela mídia.

No decorrer desta investigação, pretendemos contribuir para um entendimento mais profundo dos obstáculos que permeiam a educação política em um contexto mediado pela mídia, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam auxiliar na promoção de uma educação política que fortaleça as práticas democráticas e forme cidadãos mais conscientes e participativos.

Com o aumento do consumo de informações através de inúmeras plataformas midiáticas, a relação entre mídia e democracia tem sido intensamente discutida. A educação política, por outro lado, torna-se fundamental para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos

e deveres. Entretanto, encontram-se diversos desafios nesse âmbito, englobando a desinformação, a polarização política e a ingerência de favoritismos econômicos na mídia.

O estudo se justifica pela premência de entender de forma otimizada os desafios que entremeiam a educação política em um cenário permeado pela mídia, com o propósito de colaborar na idealização de estratégias que articulem uma educação política que avigore a democracia. A mídia, com sua habilidade de criar opiniões e manipular comportamentos, exerce uma função central na formação política dos indivíduos. Todavia, a proliferação de desinformação e de notícias falsas e a polarização dos debates políticos configuram resistências significativas para a idealização de um ambiente democrático saudável, além do que, de acordo com Miguel e Biroli (2014), a repercussão das mídias sociais e a pulverização do desgaste de informações atrapalham a criação de uma base comum de conhecimento, essencial para o funcionamento de uma democracia participativa. Já conforme Carvalho (2018), a manipulação de interesses econômicos e políticos sobre a mídia exacerba a desconfiança nas instituições e nos meios de comunicação, impossibilitando ainda mais a responsabilidade de educar politicamente os sujeitos.

Para a análise dos dados coletados, empregamos a análise de conteúdo e do discurso narrativo histórico-crítico, uníssono às óticas metodológicas de Chizzotti (2011), Gil (2008) e Xavier *et al.* (2021). Essas técnicas possibilitam um entendimento mais apurado dos discursos e narrativas mostrados nas fontes averiguadas, assim

como a caracterização dos principais obstáculos e estratégias na esfera da educação política mediada pela mídia.

O método utilizado foi uma revisão de literatura, em que realizamos a busca nas bases de dados do Google Acadêmico, utilizando como descritores: “Educação Política”, “Mídia” e “Democracia”. Dessa forma, o trabalho teve como objetivo geral: realizar uma revisão bibliográfica sobre os desafios que permeiam a educação política, mídia e democracia; e como objetivos específicos: analisar as principais teorias e abordagens sobre educação política, mídia e democracia; identificar os desafios confrontados na efetivação da educação política nos âmbitos mediáticos; e aferir o efeito da mídia na interpretação pública da democracia e na concepção política dos sujeitos, preconizando exequíveis meios que venham minimizar os desafios identificados.

## **Resultados e discussões**

Na atualidade, vem crescendo o interesse pelos temas relacionados à educação política, mídia e democracia. Esses campos interconectados são fundamentais para o fortalecimento das práticas democráticas e para a formação de cidadãos críticos e bem informados, capazes de participar ativamente nos processos democráticos.

Sendo assim, a metodologia de pesquisa que envolveu a produção deste capítulo caracterizou-se como uma revisão bibliográfica, de forma a trazer a reflexão sobre os termos “Educação política” *and* “Mídia” *and* “Democracia”. Conforme Bonin (2008, p. 123), realizar uma pesquisa da pesquisa:



[...] exige desde ações mais operativas de levantamento das pesquisas quanto trabalho alentado de reflexão e desconstrução, que permita ao pesquisador empreender apropriações, reformulações e alargamentos de proposições, em vários níveis.

A pesquisa foi realizada sobre publicações a respeito da educação política no Brasil no contexto digital. O levantamento de dados foi efetuado na base de dados da plataforma digital no Google Acadêmico. Encontramos inicialmente 139.000 publicações no período entre 2020 e 2024. Para a busca, foram logradas as palavras “Educação política”, “Mídia” e “Democracia”, utilizando como critério de inclusão as publicações de artigos ocorridos no período entre 2021 e 2024, completos, gratuitos, publicados no idioma português, que versassem especialmente sobre o tema proposto. Excluímos os trabalhos duplicados, as resenhas, os livros e os que não contemplavam os critérios de inclusão. Em seguida, incluímos a essa revisão algumas referências citadas nos estudos pesquisados.

Sobre as etapas de filtragem e seleção de trabalhos, para análise mais investigada e resumida do material, realizamos leitura seletiva e exploratória e excluímos os que não respondiam ao objetivo da presente revisão. Por último, realizamos leitura crítica e reflexiva de somente seis artigos que satisfizeram o objetivo da pesquisa, como mostram os resultados a seguir (Quadro 1).

### Quadro 1 – Identificação dos artigos quanto ao/a autor/a, título, objetivo, conclusão e ano

Autor/a	Título	Objetivo	Conclusão	Ano
Carlos Antônio Giovinazzo Júnior	Educação política, violência, resistência: a formação da consciência e o enfrentamento ao autoritarismo e à agressividade	Refletir sobre a violência social e suas manifestações na escola.	O autor aponta uma necessidade premente, qual seja, fazer ruir as bases da competitividade tão característica das relações escolares, mas que contribui para a promoção generalizada da barbárie. Enfim, parece inadiável e decisivo o exercício constante de trazer à luz as motivações da violência social e suas manifestações na escola. Assim se justifica a educação política.	2024
Deliani Fehelberg Favorelli; Cesar Albenes de Mendonça Cruz	O letramento político e a formação a çã o digital aliados à democracia: uma revisão da literatura	Contribuir para uma reflexão sobre o papel da educação política, especialmente no ambiente digital, na construção de um cidadão participativo, que é uma parte necessária na implementação de uma democracia.	O ambiente digital tem desempenhado um papel significativo ao fornecer informações políticas e permitir o engajamento cívico, sendo fundamental a capacidade de análise crítica das fontes de notícias e o discernimento das informações verídicas de notícias falsas ou tendenciosas.	2023
Matheus Fred Schulze; Géssica de Freitas Beatriz	Política se aprende jogando: o jogo F u r a Câmara e a educação política de jovens em tempos de pandemia	Demonstrar que jogos podem ser boas ferramentas para se aprender sobre política por ter o potencial de engajar os jogadores de forma lúdica ao mesmo tempo que transmite conhecimento.	Através da produção e uso de ferramentas lúdicas, didáticas e acessíveis, o PROEEP tem conseguido promover discussões sobre o funcionamento do processo legislativo, o conteúdo das políticas aprovadas e rejeitadas no município de Campinas e no Congresso Nacional, dentre outras formas de ação com impacto direto sobre a população. Esta forma de atuação pode ser especialmente importante para cientistas sociais preocupados com a justiça social e em contribuir de forma mais imediata no combate a desigualdades e demais fenômenos como o da desinformação.	2023

Caroline Ferreira do Amaral; Sônia Aparecida Siquelli	E d u - c a ç ã o política: o protagonismo dos estudantes secundaristas	Investigar se as ações protagonizadas por estudantes secundaristas caracterizaram uma educação política no interior desse movimento capaz de impulsionar a ocupação e a luta pela sobrevivência da escola pública.	A análise das pesquisas na relação com o conteúdo do documentário Escola de Luta (2016) comprovou que o movimento secundarista foi uma ação política que emergiu no interior do próprio movimento, destacado no ato da ação organizada em prol dos interesses do coletivo de jovens. Isso permitiu concluir que, além de promover uma educação de consciência política acerca da importância da instituição escolar, também colaborou para a forma com que a sociedade enxerga a própria juventude envolvida.	2023
Margareth Vetis Zaganelli; Simone Guerra Maziero	F a k e news e eleições no Brasil – os riscos para a democracia	Analisar os impactos das fake news no processo eleitoral brasileiro, principalmente a partir de 2018, quando as redes sociais foram utilizadas como uma estratégia para divulgação maciça de notícias intencionalmente falsas ou deturpadas, com o intuito de prejudicar outros candidatos ou partidos políticos.	O combate às fake news e ao discurso de ódio deve se tornar uma responsabilidade de cada cidadão. Cada pessoa consciente deve checar as informações que recebe em redes sociais, mesmo aquelas que pareçam confiáveis, antes de divulgá-las. Deve ainda se perguntar, antes de acreditar, e principalmente disseminar determinada notícia, a quem interessaria sua divulgação, não devendo se deixar manipular por esse fenômeno, que é um grave risco à democracia, que foi duramente conquistada nas últimas décadas, a partir do fim da ditadura neste país.	2021
Rogério Gonçalves de Freitas; Higson Rodrigues Coelho; Marcos Renan Freitas de Oliveira	E d u c a - ç ã o do futuro ou futuro da educação? P a n d e - m i a, educação à distância e reflexões sobre plataformas de resistências globais	Analisar o discurso do futuro antecipado e sua relação com o tecnoidealismo na educação; localizar a normatização da educação a distância, o governo Bolsonaro e a pandemia da Covid-19; situar o debate do setor progressista da educação sobre a EaD e apresentar reflexões iniciais sobre plataformas de resistências globais.	Todos esses novos eventos trazem esperanças se forem cada vez mais realizados em plataformas criadas e geridas pela classe trabalhadora e não por um punhado de grupos que enxerga na pandemia uma nova oportunidade de produção de valor. Por fim, o espaço virtual tornou-se mais do que nunca o lugar/não lugar da batalha das ideias, disputas de hegemonia do século XXI e provavelmente será assim no período pós-pandemia.	2021

Fonte: As autoras (2024).

Após a aplicação dos critérios da etapa de filtragem das produções no período de 2019 a 2024, não encontramos nenhum trabalho produzido nos anos de 2019 e 2020, anos que foram acometidos pela pandemia de Covid-19, sobre as questões relativas ao negacionismo, que, de acordo com Caponi (2020, p. 20), foi empregado no então governo *bolsonarista* a partir de sua campanha eleitoral, em suas declarações salientando seu:

[...] desprezo pelas universidades, pela pesquisa científica, pelos direitos das populações vulneráveis, pelas comunidades indígenas, LGBT, populações de rua, mulheres em situação de violência etc.

Desse modo, as produções não foram estimuladas – sendo até inibidas – neste momento de ameaça ao exercício dos direitos e à democracia.

*Carlos Antônio Giovinazzo Júnior (2024)*: refere-se à formação da consciência política como uma forma de divergência ao autoritarismo e à agressividade. Destaca a importância da educação política na resistência à violência e à tirania.

*Deliani Fehelberg Favorelli e César Albenes de Mendonça Cruz (2023)*: apontam a revisão da literatura sobre o letramento político e a informação digital como parceiros na formação de uma democracia participativa. Salientam o papel da educação política no ambiente digital.

*Matheus Fred Schulze et al. (2023)*: indicam que jogos como o Fura Câmara podem ser instrumentos eficientes para a educação política de jovens, quando trabalhados de maneira lúdica, evidenciando, ao mesmo tempo, sua clareza.

*Caroline Ferreira do Amaral e Sônia Aparecida Siquelli (2023)*: indagam sobre o protagonismo dos estudantes secundaristas nas ações de ocupação e luta pela escola pública. Investigam se esses procedimentos caracterizam uma forma de educação política.

*Margareth Vetis Zaganelli e Simone Guerra Maziero (2021)*: inquiram as consequências das *fake news* nas eleições brasileiras, notadamente a partir de 2018. O estudo salienta a utilização das redes sociais para a disseminação de notícias falsas com o propósito de influenciar negativamente candidatos e partidos.

*Rogério Gonçalves de Freitas, Higson Rodrigues Coelho e Marcos Renan Freitas de Oliveira (2021)*: examinam o futuro da educação em relação ao *tecnoidealismo* e à educação a distância (EaD) no decorrer da pandemia de Covid-19. Debatem sobre a normatização da EaD e o governo Bolsonaro e expressam ponderações sobre plataformas de resistências globais.

Logo, cada artigo possibilita uma concepção única sobre como a educação política pode induzir a democracia, discorrendo desde a formação crítica dos estudantes até o impacto das *fake news* e do uso de tecnologias na educação. Essa diversidade de enfoques evidencia adversidades do tema e a importância de discorrê-lo de maneira diversa.

## **Conclusão**

O objetivo deste estudo foi identificar como as produções acadêmicas publicadas no Brasil durante o período de 2021 a 2024, na base Google Acadêmico, tratam a discussão acerca dos desafios que permeiam a educação

política, mídia e democracia. Percebemos que educação e democracia estão associados, uma vez que a educação tem como princípio conceber cidadãos aptos a serem agentes na vida pública e na vida democrática. Associar a mídia como elemento fomentador nesse processo tem suas peculiaridades, em virtude de a mídia estar a serviço do capital econômico e dos detentores do poder. Em nossos achados, observamos que o ambiente digital tem desempenhado um papel significativo ao fornecer informações políticas e permitir o engajamento cívico, contudo é imprescindível a habilidade de uma análise atenta à origem das notícias, à acuidade entre os elementos fundamentados e às divulgações falsas ou tendenciosas, devendo rejeitar esse fenômeno, que é uma ameaça à democracia conquistada nas últimas décadas, após o fim da ditadura no Brasil.

Verificamos que há de se buscar meios para o enfrentamento de duas questões no campo da Educação: as manobras nas quais todos estão imersos na indústria cultural, na política e no trabalho e a constância das condições que provocam a barbárie no meio civilizatório, bem como o contrassenso em meio à ação humana, especificamente no que se refere à devastação dos recursos naturais e à exploração predatória de pessoas e de recursos naturais.

Observamos que, para se vislumbrar a democracia participativa, é importante a necessidade de quebra do oligopólio dos meios de comunicação social no Brasil, bem como a orientação para empenhar-se em estratégias ou pedagogias da educação para a democracia, pensar em uma educação política que se contraponha ao autoritarismo, primordial tanto para a formação dos

governados quanto dos governantes. Este seria o tom das reformas escolar e cultural e da educação política: os estudantes como protagonistas com os educadores.

A despeito de formular teoria pedagógica a orientar a prática docente, o objetivo é a provocação de refletir sobre formas de reforçar um dos propósitos históricos da educação escolar: a educação política que oportunize a consciência social alinhada com a autoconsciência e a formação intelectual e da personalidade. Todavia, conferiu-se uma reduzida quantidade de produções em razão da relevância dos temas principais: educação política, mídia e democracia. Vale destacar que as temáticas precisam de mais destaque, pois foi evidenciado que 2019 e 2020 não têm produção publicada, ante o negacionismo científico que se apregoava no governo do Jair Bolsonaro em relação aos valores inerentes à democracia, ademais do período da pandemia de Covid-19.

## Referências

AMARAL, C. F.; SIQUELLI, S. A. Educação política: o protagonismo dos estudantes secundaristas. *Cadernos de Pós-Graduação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 66-78, 2023.

BONIN, J. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. *Famecos*, Porto Alegre, v. 15, n. 37, p. 121-127, 2008.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FAVORELLI, D. F.; CRUZ, C. A. M. O letramento político e a informação digital aliados à democracia: uma revisão da literatura. In: CONGRESSO CAPIXABA DE ENFERMAGEM, 5., 2023, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: Emescam, 2023. p. 130-145.

FREITAS, R. G.; COELHO, H. R.; OLIVEIRA, M. R. F. Educação do futuro ou futuro da educação? Pandemia, educação à distância e reflexões sobre plataformas de resistências globais. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 26, n. esp. 4, p. 1-15, 2021.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVINAZZO JÚNIOR, C. A. Educação política, violência, resistência: a formação da consciência e o enfrentamento ao autoritarismo e à agressividade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, e290047, 2024.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Cidadania e educação política*. São Paulo: Unesp, 2014.

SCHULZE, M. F.; FREITAS, G.; MEZZALIRA, B.; CASSIS, C. Política se aprende jogando: o jogo Fora Câmara e a edu-



cação política de jovens em tempos de pandemia. *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 139-159, 2023.

XAVIER, A. R. *et al.* Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *Educa: Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021.

ZAGANELLI, M. V.; MAZIERO, S. G. *Fake news* e eleições no Brasil: os riscos para a democracia. *Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 164-175, 2021.

## 7 BOLSONARISMO, GÊNERO E MÍDIAS: ESTUDO SOBRE PÁGINAS DA EXTREMA DIREITA BOLSONARISTA NO FACEBOOK

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap7>

### **JAMILE PINHEIRO DA SILVA**

Graduanda do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ex-Presidenta do Centro Acadêmico de História (Cahis) daquela instituição. Foi bolsista de monitoria da disciplina Introdução aos Estudos Históricos, bolsista de monitoria da disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica I (Metec I) e atualmente é bolsista e integrante do Grupo de Estudos e Projeto de Extensão Fontes Históricas da Ditadura Civil-Militar Brasileira: Discutindo Autoritarismo e Democracia nas Escolas Públicas e Plataformas *Online*, da Feclesc/UECE. Integrante do Grupo de Estudos História da Ditadura, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Colunista do projeto História da Ditadura.

E-mail: [jamilepinheiro.silva@aluno.uece.br](mailto:jamilepinheiro.silva@aluno.uece.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8349-4742>

### **EDMILSON ALVES MAIA JUNIOR**

Pós-Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e graduado em História também pela UFC. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professor efetivo do curso de graduação em História, ambos em Quixadá, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc). Tem experiência nas temáticas: Memória, História Oral, Narrativas (Auto)Biográficas, Teoria da História, História Contemporânea, História do Tempo Presente e a Ditadura de 1964 a 1985: Mídia e Sociedade. É coordenador do projeto de extensão "Fontes Históricas da Ditadura", do curso de História da Feclesc/UECE, desde 2018. É integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: [edmilson.junior@uece.br](mailto:edmilson.junior@uece.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8568-6448>

## Introdução

É notório o crescimento dos movimentos políticos conservadores nas últimas décadas saltando da chamada direita para a extrema direita no âmbito político. O surgimento de figuras como Donald Trump (2017) nos Estados Unidos, José Kast (2021) no Chile, Corina Machado (2024) na Venezuela e Jair Messias Bolsonaro no Brasil, nas eleições de 2018, evidencia essa passagem do espectro político da direita, nova direita, para o que é denominado extrema direita ou direita radical (Caldeira Neto, 2020; Hoffman, 2022). Entretanto, iremos recuar mais um pouco para entender esse processo de ascensão das direitas que se fortaleceram a partir de discursos autoritários e reacionários especialmente aqui no Brasil.

Pensamos neste trabalho como a direita e novos fenômenos foram se estabelecendo na política brasileira dos últimos anos até culminar na extrema direita. A partir das manifestações de *impeachment* contra a ex-presidente Dilma Rousseff, já é possível perceber que as bancadas do plenário foram tomadas por pleitos evangélicos, militares e conservadoristas, mas um grupo em destaque que se compõe das demais características pas-

sou a crescer consideravelmente e se consolidar durante as eleições do ano de 2018.

Com o surgimento da figura de Jair Bolsonaro, o fenômeno do *bolsonarismo* conquistou o espaço no âmbito presidencial. Assumindo suas narrativas autoritárias, Bolsonaro proporcionou grandes impactos que fragilizaram a estrutura democrática do Brasil, jamais abalada desde o período da redemocratização, após vinte anos de regime militar ocasionado pelo golpe de 1964. É nesse sentido que analisaremos como o *bolsonarismo* se estabeleceu, dominando diversas zonas políticas e categorias sociais, que antes pouco se mobilizavam nesse aspecto social da direita.

Em sua propaganda política, Bolsonaro realçava as disputas entre ideologia de gênero, antipetismo, anticomunismo e também, para conseguir apoio do maior grupo eleitoral, iniciou debates sobre as relações das mulheres e o escopo social. Foi construindo esse diálogo que grupos de apoio feminino foram se mostrando presentes durante a sua campanha e também ao longo dos seus primeiros anos de governo.

Respaldando-nos nessas narrativas, investigamos como essas mulheres fazem parte desse progresso *bolsonarista* e de quais formas elas contribuíram com a ascensão dos movimentos de direita, gerando novas categorias de análise, visto que em nenhum dos projetos e falas de Bolsonaro as mulheres eram protegidas em planos políticos. Desse modo, questionamos: qual as motivações e permanências de grupos organizados de mulheres *bolsonaristas*?

Tentaremos refletir sobre tais aspectos nesta pesquisa, apontando o uso de dois grupos organizados por

mulheres que se identificaram com o fenômeno e que protagonizaram essa afeição durante os anos de 2018 e 2019. Os objetos de estudo estão localizados na plataforma de rede social Facebook, os quais se nomeiam como “Mulheres com Bolsonaro”, com aproximadamente 155 mil seguidores, e o segundo como “Sou mulher, sou Bolsonaro”, com 20 mil seguidores.

Os próprios nomes das páginas nos levam à investigação, à precisa aproximação da esfera feminina e às particularidades em se ver e identificar como mulher e apoiadora do movimento. Esta pesquisa parte do contexto do tempo presente, em que as relações entre a historiografia nos permitem perceber o feminino na história, em que: “Escrita fundamentalmente por homens, a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino” (Silva, 2008, p. 224).

Dessa forma, entendemos também que essa participação é protagonizada pelos próprios espaços conquistados antes por movimentos feministas, como o direito social ao voto, mas agora, em uma segmentação robusta, nas mobilizações conservadoras e abertamente declaradas antifeministas, essas questões são politizadas, mas colocadas em argumentos específicos.

Pensar nessa historicidade abre também espaço para compreender que a epistemologia dos estudos de gênero documenta essas divergências femininas, suas relações com seus lugares sociais e traços culturais privilegiados. O sujeito feminino que se coloca nesse papel de liderança conservadora realiza por si só uma quebra no processo, como realça Maria Odila Leite sobre as experiências da hermenêutica:

A hermenêutica sugere interpretações provisórias, porém críticas, de modo a descortinar sentidos implícitos, à margem do normativo e do institucional, que podem ser vislumbrados por entre as linhas ou nos intervalos intertextuais, de certa forma sempre subversivas da ordem e do permanente. Trata-se de apreender o ser através da experiência vivida e não por meio de ideias, estaticamente, o que nos remeteria de volta ao discurso normativo de dominação masculina sobre as mulheres (Dias, 2019, p. 361).

Posto isso, as funções que esses grupos cumprem não são necessariamente exigidas por outros homens nem também pela opressão do sistema patriarcal, pelo contrário, são de mulheres que acreditam e se reconhecem nesse “Imaginário social” (Baczko, 1985), difundido por Jair Bolsonaro em diversos momentos da sua campanha e concretizado no compartilhamento dessas ideias das páginas femininas citadas.

É complexa a historicidade dessas mulheres, uma vez que não empregadas como ingênuas nesse processo de subalternidade. Como dizia Bloch (2001), “[...] os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”, neste caso, as mulheres se distinguem por essas narrativas porque concordam e julgam que a nossa sociedade tem de ser formulada a partir dessa imaginação conservadora.

## Metodologia

O interesse primordial com este trabalho é justamente compreender como as mulheres se fortaleceram politicamente nos últimos anos. Na História do Brasil, a aparição de grupos com esses aspectos, organizados por

mulheres de direita, foi experienciada durante o período pré-golpe, em 1962, com a criação da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). Esse agrupamento se fez essencial nas mobilizações contra João Goulart e na articulação da ditadura, contudo, na contemporaneidade, esses movimentos se afirmaram na política das “Novas direitas” (Caldeira Neto, 2020), uma nova interpretação do conservadorismo brasileiro. Além disso, faz-se necessário distinguir os usos e atribuições da memória sobre o que é ser de direita e como essas articulações foram se tornando populares no discurso público. O *bolsonarismo* faz parte dessa caracterização da direita recente, em que o discurso contra Lula, ideologias de gênero, sexualidades e antifeminismos são pautados em suas narrativas.

Ademais, pretendemos analisar o crescimento do *bolsonarismo* alicerçado na visão feminina, devido à aproximação das duas categorias sociais. Não só isso, como também perceber as explicações entre o ser mulher e ser *bolsonarista* que se tornaram populistas. Populismo esse que é marcado de radicalidade, como explicam Lynch e Cassimiro (2022, p. 18):

O populismo é de direita, por sua vez, quando, orientado pelo imperativo de preservação da ordem pelo recurso à autoridade, descreve ‘o povo’ como um conjunto de empresários e famílias ameaçados em sua moral tradicional por uma minoria de subversivos que ataca a propriedade privada e atenta contra os bons costumes.

Afinal de contas, Bolsonaro se tornou popular e o *bolsonarismo* um “fenômeno interclasses” (Nunes, 2022), concebendo essas questões para quem também acreditava nesse fenômeno. Foi um sistema de crenças estabe-

lecido, “O Bolsonarismo converge em torno de um sonho paradoxal de um estado de natureza” (Nunes, 2022, p. 46). Todavia, todo esse conjunto de ideias precisava de um espaço para ser depositado, sendo nesse momento que as redes sociais entram em cena.

Para mais, buscamos analisar como as mídias digitais estão sendo utilizadas nas disputas políticas e como elas influenciam em todo esse processo de disseminação de ódio. Empoli (2022, p. 75) destaca que:

Ao contrário dos outros animais, o homem nasce sem defesas, e sem competências e continua assim por muitos anos. Desde o início, sua sobrevivência depende das relações que ele consegue estabelecer com os outros. O diabólico poder da atração das redes sociais se baseia nesse elemento primordial. Cada curtida é uma carícia maternal em nosso ego. A arquitetura do Facebook é toda sustentada sobre a necessidade de reconhecimento [...].

No *bolsonarismo*, essa arquitetura age da mesma forma. Bastava alguém que estivesse em um patamar superior na política brasileira e que representasse essas ideias antidemocráticas para que essas mulheres também fossem reconhecidas na internet. Por essa razão, a mídia e especificamente as páginas no Facebook passam a ser instrumentos fundamentais nas eleições e durante o primeiro ano de governo de Bolsonaro.

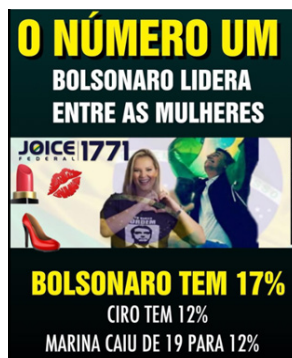
### ***Política, transição e tempo presente: o diálogo com as mídias***

Além de toda essa sustentação das ideias *bolsonaristas* firmadas por essas mulheres, elas precisavam



também expor mais sobre si mesmas e como se tornava concreta essa aproximação. Dialogando com Reis (2020), tentando entender sobre a “revolução digital” que contornava as eleições de 2018, trazemos este recorte:

**Figura 1** – “Bolsonaro lidera entre as mulheres”



Fonte: Facebook.

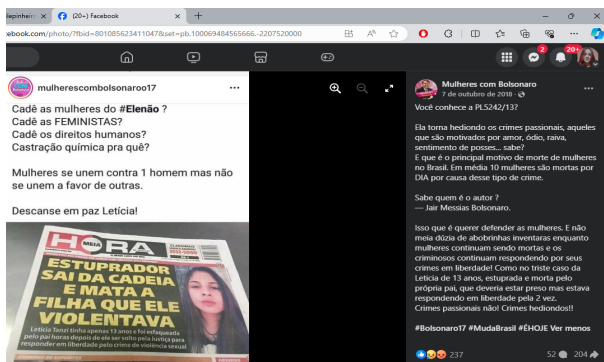
Parecendo verdade ou não, o impacto da mobilização nas redes sociais com esse tipo de notícia gerava uma certa afinidade no discurso ideológico que o governo pregava no momento. Batom e sapato vermelhos, uma mulher (não identificada) e, ao fundo, a figura emblemática do movimento. Essa liderança se tornou muito mais significativa de forma simbólica, enfatizando o poder moral que elas e ele tinham nas eleições.

A apropriação desses discursos autoritários – arriscamo-nos a dizer, percebendo entre as fontes observadas até o presente momento da pesquisa – está relacionada a esse “populismo reacionário” (Lynch; Cassimiro, 2022), devido a essa diversidade no eleitorado de Bolsonaro, que também se conecta com a falta de identificação com

grupos de esquerda. Isso influencia também no sentimento dessas mulheres pelo fenômeno.

Na próxima figura, já observamos um contexto divergente ao anterior. Com uma temática mais sensível, entretanto um discurso mais bruto, a página apresenta uma notícia de uma jovem que perdeu a vida logo após sofrer assédio sexual. Observamos:

**Figura 2 – “Cadê as mulheres do #Elenão?”**



Fonte: Facebook.

Já na descrição da imagem, ao lado direito da figura, a página descreve sobre o Projeto de Lei (PL) nº 5.242/2013, que supostamente foi de autoria de Bolsonaro. O que chama a atenção é esse aspecto provocativo nas falas. A aversão sobre a não participação de “Feministas” no caso em questão, propondo um enredo de intriga ao citar um movimento de apoio ao gênero feminino, além de utilizar a figura de Bolsonaro como pessoa que protegeria as mulheres fundamentado no PL citado. Essas declarações fazem parte das estratégias de atrair mais antifeministas ao debate *bolsonarista*. Apesar disso, ainda tem o fato de

que, na própria plataforma do Facebook, existe um “sistema de recomendação” que serve exclusivamente para entregar esse tipo de notícia cada vez que você acessa as páginas. Refletimos sobre essa arquitetura com Fisher (2023, p. 21):

A tecnologia das redes sociais exerce uma força de atração tão poderosa na nossa psicologia e na nossa identidade, e é tão predominante na nossa vida, que transforma o jeito como pensamos, como nos comportamos e como nos relacionamos uns com os outros. O efeito, multiplicado por bilhões de usuários, tem sido a transformação da própria sociedade.

Dessa maneira, as notícias se espalham paulatinamente mais rápido. É como se fosse uma via de mão dupla, o trabalho que as páginas exercem precisam das funções dos algoritmos presentes no sistema e assim por diante. O compartilhamento de narrativas como essas exerce um papel de intimidação coletiva, principalmente se nos lembrarmos dos episódios em que Jair Bolsonaro deixou de ir a diversos debates públicos e estabeleceu essa relação de conferências e *lives* em suas próprias redes sociais.

Fisher (2023) argumenta que “Entre os muros do Facebook” esse espaço pode ser utilizado como uma aproximação do outro, a necessidade social de reconhecimento sobre si e o que pregam. Nas bolhas digitais, não só no Facebook, também nas últimas décadas em *blogs*, Orkut, entre outros, grupos de direita e extrema direita realizavam essas discussões.

Lembremo-nos de Olavo de Carvalho e seus referentes *sites* e perfis, onde publicava textos sobre neoli-

beralismo e políticas ultraconservadoras. A ascensão da direita e respectivas novas correntes realizou-se nessas extensões midiáticas. Foi nesses princípios que se fortaleceu nos últimos anos a identidade política de Jair Bolsonaro, do *bolsonarismo*, dos movimentos antifeministas, de todo um conjunto de ideias reacionárias.

De todo modo, ao iniciar a pesquisa, partimos da utilização desse sistema que recomenda conteúdos relacionados ao Bolsonaro. Na aba de pesquisa, procuramos perfis que tivessem essa aproximação e logo verificamos as duas maiores páginas, que foram criadas em setembro de 2018, perto do período eleitoral. Todas essas informações são públicas e estão na parte de apresentação das páginas. Segue um exemplo:

**Figura 3** – “Sou mulher sou Bolsonaro”



Fonte: Facebook.

Para uma melhor organização na coleta das fontes, criamos quadros, que foram essenciais para garantir a argumentação da pesquisa e sustentabilidade dos dados. Além disso, a transcrição das notícias, falas e

comentários auxiliam em todo esse percurso, principalmente na revisitação das fontes, em que observamos as temáticas mais discutidas em cada período, transpondo também como cada imagem se relaciona. Segue adiante um exemplar:

<b>Assunto geral:</b> “Cadê as mulheres do ele não?”	<b>Data do post:</b> 07/10/2018	<b>Seguidores/membros:</b> 155 mil seguidores
<b>GRUPO OU PÁGINA: Mulheres com Bolsonaro</b>		
<p><b>Transcrição do post</b>          Você conhece a PL5242/13?          Ela torna hediondo os crimes passionais, aqueles que são motivados por amor, ódio, raiva, sentimento de poses... sabe?          E que é o principal motivo de morte de mulheres no Brasil. Em média 10 mulheres são mortas por DIA por causa desse tipo de crime.          Sabe quem é o autor?          — Jair Messias Bolsonaro.          Isso que é querer defender as mulheres. E não meia dúzia de abobrinhas inventaras enquanto mulheres continuam sendo mortas e os criminosos continuam respondendo por seus crimes em liberdade! Como no triste caso da Leticia de 13 anos, estuprada e morta pelo próprio pai, que deveria estar preso, mas estava respondendo em liberdade pela 2 vez. Crimes passionais não! Crimes hediondos!</p>		
<p><i>Link:</i> <a href="https://www.facebook.com/photo/?fbid=801085623411047&amp;set=pb.100069484565666-2207520000">https://www.facebook.com/photo/?fbid=801085623411047&amp;set=pb.100069484565666-2207520000</a>. Acesso em: 11 jun. 2024.</p>		

No quadro, é possível observar a transcrição da Figura 2, utilizada anteriormente para discutirmos sobre narrativas mais sensíveis. Esse modelo de quadro contém um assunto geral, o qual serve para identificar do que a fonte está tratando. Também notamos em qual página a fonte está localizada, sua data de publicação e o *link* de acesso a ela.

## Resultados e discussão

Para tentar compreender a ascensão da direita e novas vertentes políticas conservadoras, é preciso se atentar à lógica da destruição desse processo. O debate sobre eleições presidenciais não está mais somente em propagandas de televisão, rádios e jornais, pelo contrário, na palma da mão e em alguns *clicks*. Essa facilidade imediata é permitida com base no que as mídias e redes digitais divulgam, permitindo-nos fazer conexão com todo o resto.

Rocha (2021) deu-nos uma definição dessa linguagem política utilizada por quem participa do fenômeno nas redes. A “retórica do ódio” traduz essa perspectiva agressiva e conservadora, baseada na moral e bons costumes, que se veste com a expressão “Deus, pátria, família e liberdade”, como na imagem adiante, “Família Bolsonaro, essa vitória é de todos nós”.

**Figura 4** – Posse de Jair Bolsonaro



Fonte: Facebook.

A “guerra cultural *bolsonarista*” (Rocha, 2023) está presente no modo de ser e agir dessas organizações em

estudo. O movimento flerta a todo momento com o conservadorismo militar e religioso, por isso essas mulheres, além de contribuírem com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, protagonizaram boa parte desse fortalecimento da direita e (novas) direitas no Brasil. Outro fator relevante é frisar que, por mais que a nomenclatura possa vir da personalidade de Bolsonaro, o fenômeno se estendeu consideravelmente. No esforço de analisar a complexidade dessas características, sublinhamos:

Neste sentido, o bolsonarismo é aqui entendido como fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (Freixo; Píneiro-Machado, 2019, p. 19).

Antes mesmo da consolidação presidencial, Catalani (2018) aponta: “Mas uma coisa é o governo Bolsonaro, que ainda não existe”, contudo o *bolsonarismo* estava intrinsecamente ligado em 2016, nas mobilizações de *impeachment*, em 2013, nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff, nas conferências e publicações de Olavo de Carvalho, nos seus ministros de governo, como a representatividade de Damares.

Ainda assim, esforçamo-nos para investigar as razões e prerrogativas que levam essas mulheres a se envolverem e contribuírem com os espaços de “Mídiosfera extremista”, que Rocha (2023, p. 89) define como:

Trata-se de uma poderosa máquina de produção de narrativas polarizadoras, com base em *fake news* e

teorias conspiratórias. Combustível da retórica do ódio, compõe-se de cinco elementos: quatro internos e um externo. Complexo sistema integrado que gera conteúdo radicalizador ininterruptamente. Nele se encontram as malfadadas correntes de WhatsApp; as indefectíveis redes sociais; uma rede altamente tóxica de canais de YouTube; e, por fim, aplicativos como TV Bolsonaro Mano.

Portanto, em diversas matrizes é indispensável levar em conta o poder do gênero feminino nas transformações políticas dos últimos tempos. A capacidade de comunicação e utilização das redes e o reconhecimento e análise dos discursos reacionários formam essa arquitetura convincente e polarizadora, que antes era concebida somente por homens.

## Conclusão

De fato, no ano de 2018, durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro se deu conta de que precisava de apoio de mulheres que acreditassem no espectro social que ele evangelizava. Muniu-se de narrativas intrínsecas, mas certeiras. Para as “Mulheres com Bolsonaro”, a esquerda, o feminismo e todos os movimentos que se fizessem progressistas tornavam-se uma ameaça à família e à liberdade religiosa do país.

Este texto busca compreender a estratégica trajetória política da extrema direita *bolsonarista*, que, além de ser complexa, é espinhosa, pois, com a sistematização e polarização que a internet fornece, dificulta esse percurso.



Por fim, traçando os demais “campos semânticos” (Messenberg, 2019) que perpassam o movimento *bolsonarista* conduzido por mulheres, a cosmovisão desses grupos se constituiu na personificação do moralismo conservador que o Brasil sempre possuiu, mas que no tempo presente tem alcançado diversos patamares e implantado novos figurantes dentro da sua própria sistematização, colaborando para o seu desenvolvimento.

## Referências

BACZKO, B. A imaginação social. In: LEACH, E. et al. (org.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BLOCH, M. L. B. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALDEIRA NETO, O. Neofascismo “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, Fortaleza, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CATALANI, F. Aspectos ideológicos do Bolsonarismo. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 2018. (Dossiê Eleições).

DIAS, M. O. L. S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 339-350.

EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2022.

FISHER, M. *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. São Paulo: Todavia, 2023.

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (org.). *Brasil em transe: nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 9-24.

HOFFMAN, F. A Extrema direita no poder: Bolsonaro e o bolsonarismo. *Revista Orbis Latina*, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, p. 4-20, 2022.

LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. *O populismo reacionário: ascensão do bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MESSEMBERG, D. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (org.). *Brasil em transe: nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 25-49.

NUNES, R. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu, 2022.

REIS, D. A. Notas para compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, 2020.

ROCHA, J. C. C. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROCHA, J. C. C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

SILVA, T. M. G. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politéia: História e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

## 8 JAIR BOLSONARO: DA CASERNA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E SEU PROJETO AUTORITÁRIO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-987-6/cap8>

### ANTÔNIO ROBERTO XAVIER

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós-doutor (em andamento) Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutor em Educação pela UFC, mestre em Políticas Públicas e Sociedade (Sociologia) pela UECE e em Planejamento e Políticas Públicas também pela UECE, especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e graduado em História pela UECE e em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts), do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), do curso de Serviço Social, do curso de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e do curso de graduação em Administração Pública, todos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: 1) Política, Estado, Regimes de Governo e Políticas Públicas; 2) Etnociência, Sustentabilidade e Povos/Comunidades Tradicionais; 3) Culturas, História, Memória e Educação; 4) Metodologia da Escrita e da Pesquisa Científicas. Líder do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); vice-líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará (Gephec/CNPq). Membro efetivo da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap, 2021-2023). Parceria internacional (2015...) - Membro-Avaliador Permanente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

### KARLA RENATA DE AGUIAR MUNIZ

Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Educação pela mesma universidade, mestranda em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Gestão Cultural pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Psicologia Forense e Jurídica pela Faculdade Unyleya e graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Católica (Unicatólica) de Quixadá, Ceará. Pesquisa Políticas Públicas, Susten-



tabilidade, Psicologia Social e Educacional; Práticas Educativas/Educacionais Digitais; Culturas Digitais, Juventude, Gênero, Feminismo, Direitos Humanos, Diversidade Étnico-Racial, História e Memória da Educação; Mídias/Redes Sociais, Saúde Mental. Foi pesquisadora colaboradora do projeto institucional CAPP 009-02/2020 - Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (PPDS) (PROPPG-Unilab) e consultora no projeto Pibic/Unilab-ICJ: PVA 1522 - Patrimônio Cultural Tangível e Natural de Quixadá-CE: Identificação, Mapeamento e Descrição. Integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e membro do Núcleo de História e Memória da Educação (Nhime) da UFC.

E-mail: karllarenataa@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4007-2482>

### **JOÃO GABRIEL DE AGUIAR MUNIZ DE BRITO**

Bolsista de Iniciação Científica Jovem (ICJ) do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Pibic-CNPq/Unilab-Edital Proppg-04/2021). Aluno da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Governador César Cals de Oliveira Filho, escola pública da rede estadual do Ceará. Integrante do grupo de pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Unilab/CNPq, na linha de pesquisa Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional Sustentável. Neopesquisador no projeto "Patrimônio cultural tangível e natural de Quixadá-CE: identificação, mapeamento e descrição" e bolsista voluntário no projeto institucional de fluxo contínuo - 072-2022 - Proppg-Unilab - "Populismo autoritário da extrema direita e educação política sustentável para a democracia (2023-2026)".

## Introdução

Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. [...] A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca (Ulisses Guimarães, deputado, Brasília, 5 out. 1988).

**A**pós 60 anos, o Brasil parece ter esquecido os horrores do golpe militar de 1964 e tem outra vez às claras uma ameaça de ruptura institucional contra a democracia diante de um projeto golpista ditatorial arquitetado por um presidente, que é capitão inativo, juntamente com seu vice-presidente, um general inativo do Exército Brasileiro (EB), e um sem-número de militares das Forças Armadas e das Polícias Militar, Civil e Federal deste país.

A presente escrita tem por escopo central trazer à tona as ameaças golpistas ditatoriais de Jair Messias Bolsonaro, o 38º presidente do Brasil, com mandato previsto de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, tendo sido eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), e sua intentona golpista ditatorial prometida antes de chegar ao poder central e tentada quando assumiu a presidên-

cia da República Federativa do Brasil, o que culminou em 8 de janeiro de 2023, com o maior ataque ao nosso regime democrático e ao Estado democrático de direito no Brasil desde a nossa redemocratização de 1985.

Elencamos como norte problemático desta pesquisa a seguinte indagação: se o espectro político de extrema direita diz ser conservador nos costumes e liberal na economia, até que ponto seu integrante mais ilustre do Brasil e da América Latina, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, estando à frente da presidência da república, foi e continua sendo uma ameaça real à democracia brasileira?

Os pressupostos justificadores desta escrita são muitos, por ser uma temática vinculada ao processo histórico-sociológico e político do Brasil, que envolve dois importantes polos: de um lado, a ala de extrema direita, cujo líder é um remanescente amante da ditadura militar que a defende e sempre defendeu e que sempre sonhou em reinstalar o regime ditatorial militar novamente no país; de outro lado, a grande massa dos que amam e defendem a democracia com todas as suas forças.

Para a construção desta escrita, seguimos as trilhas metodológicas da abordagem qualitativa com método procedimental bibliográfico com base em fontes secundárias. Quanto ao objetivo, este estudo é de caráter exploratório. Com relação às técnicas de coleta de informações, empregamos a revisão de literatura. No tocante às técnicas de análise dessas informações, empregamos a análise de conteúdo e do discurso narrativo histórico-crítico (Chizzotti, 2011; Gil, 2008; Xavier *et al.*, 2021).

## Resultados e discussão

### ***Jair Messias Bolsonaro: da caserna ao poder político e em defesa da ditadura militar***

Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra (Ulisses Guimarães, 5 out. 1988).

Bolsonaro chegou à presidência da república com pautas extremistas fascistas/neonazifascistas radicais como nunca antes acontecera no Brasil, nem mesmo no período considerado o mais fascista até Bolsonaro, qual seja, o movimento de extrema direita fundado pelo deputado e jornalista Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de 1932 a 1937, considerado o maior movimento fascista e anticomunista fora da Europa entre as décadas de 1920 e 1940, período de ascensão do fascismo com Benito Mussolini (*il duce*), na Itália (1922-1943), e do nazismo (1933-195) de Adolf Hitler (*führer*), na Alemanha (Dória, 2020).

Jair Messias Bolsonaro (ex-presidente da República do Brasil) nasceu em 21 de março de 1955 em Glicério, registrado em Campinas, interior do estado de São Paulo (SP). Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonhuri Bolsonaro, Jair Bolsonaro é descendente de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil logo após a Segunda



Guerra Mundial. Atualmente, Bolsonaro é casado com Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, com quem teve sua filha caçula, chamada Laura (que, segundo ele mesmo, foi fruto de uma “fraquejada” dele, haja vista ela ser mulher). Bolsonaro tem mais quatro filhos de outros relacionamentos, a quem ele nomeou sequencialmente, do mais velho para o mais novo, de 01, 02, 03 e 04, correspondendo ao senador Flávio Nantes Bolsonaro (PL-RJ), ao vereador Carlos Nantes Bolsonaro (Republicanos-RJ), ao deputado federal Eduardo Nantes Bolsonaro (PL-SP) e Jair Renan Valle Bolsonaro, sem ocupar cargo político (Carvalho, 2019).

Jair Messias Bolsonaro é o filho pródigo e mais proeminente da ditadura militar (1964-1985), tendo iniciado sua formação militar no contexto mais obscurantista e perverso do regime militar (1973-1974). Bolsonaro entrou para a vida militar por meio da Escola de Cadetes de Campinas (SP), onde chegou em 8 de março de 1973, a 15 dias de completar 18 anos de idade. Em 1974, foi aprovado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, Rio de Janeiro (RJ), passando a integrar a Turma Tiradentes, com a identificação de cadete nº 531, tendo também ganhado o ferro (apelido) na caserna (quartel) de “Cavalão”, em razão de sua disposição física apresentada no decorrer do curso de formação na AMAN. Tendo cumprido o curso básico de paraquedismo no EB, em dezembro de 1977 foi promovido a aspirante a oficial de artilharia do EB (Carvalho, 2019).

Nesse período, ocupava a presidência da república o terceiro ditador do regime, o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). É nesse contexto, também cha-

mado de segundo período ou “anos de terror” e “anos de chumbo” (1969-1978), que há o recrudescimento da repressão e da violência criminal estatais contra as liberdades individuais e coletivas, quando se intensificam as perseguições e repressões às liberdades de imprensa, aos movimentos sociais de esquerda, dando-se início à “guerra suja” de atos terroristas e simulações contra os adversários ao regime considerados subversivos, tendo à frente inclusive profissionais treinados nos Estados Unidos da América (EUA). É nesse período que se intensifica uma campanha massiva por prisões, torturas e mortes institucionalizadas nos porões da ditadura (Alves, 1966; Codato, 2004; Costa, 2003; Couto, 1999; Fernandes, 2009; Fico, 2001; Gorender, 1987; Guerra, 2012).

Já no posto de capitão do EB, Bolsonaro, servindo no 8º Grupo de Artilharia de Campanha, inconformado com os soldos pagos a praças (de soldado a aspirante) e a oficiais de baixas patentes (de 2º tenentes a capitães), decidiu cometer um ato de indisciplina militar ao publicar, de sua autoria, o artigo “O salário está baixo”, na seção “Ponto de Vista”, na edição 939 da revista *Veja*, da semana de 3 de setembro de 1986.

Em um dos trechos da matéria da revista, Bolsonaro diz: “Como capitão do Exército brasileiro, da ativa, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos”. Devido a essa publicação, Bolsonaro seria punido com 15 dias de prisão a serem cumpridos em um quartel, conforme consta na Síntese de seu Prontuário nº 1424:

Em 02 Set 86, como Cap Art do 89 GAC/PQDT, RIO/RJ, foi punido com 15 (quinze) dias de prisão por

ter elaborado e publicado, em uma revista semanal (VEJA - Semana 03 Set 86), sem conhecimento e autorização de seus superiores, artigo em que tece comentários sobre a política de remuneração do pessoal civil e militar da União [...] (Informação nº 394 S/102-A8-CIE, 1990, p. 3).

Considerada transgressão disciplinar pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e inadmissível pelos seus superiores hierárquicos, Bolsonaro foi preso por “transgressão grave”, acusado de “[...] ter ferido a ética, gerando clima de inquietação no âmbito da organização militar” e também “[...] por ter sido indiscreto na abordagem de assuntos de caráter oficial”.

Alcançando o posto de capitão, Bolsonaro foi para a reserva remunerada do EB, entrando para a política como vereador do Rio de Janeiro ainda em 1988, passando apenas dois anos, pois já em 1991 seria eleito deputado federal, ficando como tal até 2019, quando assumiria o cargo máximo da política brasileira: presidente da República Federativa do Brasil, eleito pelo voto popular democrático.

Para chegar ao posto mais alto da política brasileira, Bolsonaro se apresentou como político não tradicional, conservador nos costumes e liberal/neoliberal na economia. Prometia, caso chegasse à presidência da república, fazer uma nova política, sobretudo acabando com o “toma lá, dá cá” das trocas de favores, principalmente nos cargos ministeriais entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional.

Para chegar a ser eleito como presidente da república em 2018, Bolsonaro compôs um verdadeiro clã,

contando com amplo apoio e irrestrito dos filhos, esposa e ex-esposas, bem como de um público jovem das/nas redes sociais, interagindo e mostrando seu cotidiano e o cotidiano de suas pretensões políticas de forma sempre beligerante em relação aos seus adversários políticos, sobretudo os adversários da “esquerda” ou da chamada por ele de “ala do mal”, referindo-se especialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT). É cabível observar que:

A preparação dos Bolsonaro para disputar as eleições de 2018 começou muito antes do período autorizado pela Justiça Eleitoral. Contando com a vitória, o clã fazia planos. Numa tentativa de maquiagem o passado, o então pré-candidato, ciente de seus pontos sensíveis, do que podia atingir a ele e à família, dava início a uma operação pente-fino [...]. Seus assessores tinham tarefas a serem cumpridas (Dal Piva, 2022, p. 18).

Outras bandeiras de campanha para as eleições presidenciais de 2018 foram abraçadas pelo então candidato Bolsonaro, que, em suas palavras, eram sua cara e a cara da direita, tais como: defesa da redução da maioria penal, política de planejamento familiar, defesa dos valores da família e das crianças contra um tal *kit gay* do PT distribuído nas escolas, uma *fake news* inventada e divulgada por ele mesmo, revogação do Estatuto do Desarmamento, fim de demarcação de terras para indígenas e/ou para quilombolas, respeito e valorização das Forças Armadas, liberação de armas, dentre outras pautas nada democráticas.

Todavia, as pautas antidemocráticas e o culto à ditadura militar pelo capitão inativo do EB e candidato

à presidência da república para as eleições de 2018 não eram novos, sempre lhe acompanharam, sobretudo a partir de seu ingresso ao parlamento como deputado federal. A partir de sua assunção como membro eleito do parlamento federal, Bolsonaro passaria a interpretar erroneamente, a seu favor, artigos da Constituição Federal de 1988, de forma distorcida e sem limites, principalmente nos quesitos liberdade de expressão (artigo 5º, parágrafo IV) e imunidade parlamentar (artigo 53), vindo até mesmo a apregoar que as Forças Armadas devem atuar, quando necessário, como um quarto poder, um tipo de poder moderador (artigo 142) para além dos três poderes constitucionais previstos: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. Destarte, foi com essa distorcida compreensão/incompreensão que Bolsonaro passou a atacar a democracia brasileira por mais de quatro décadas sem nunca ter sido perturbado pelos pacatos e coniventes parceiros de parlamento e seus fantasiosos Conselhos de Ética, que de éticos nada têm (Brasil, 1988).

Bolsonaro quis sempre deixar clara sua preferência ao regime ditatorial militar à democracia bem antes de sua candidatura à presidência da república. A vida política de Bolsonaro começou no ano de 1988, quando se elegeu vereador pela cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC-RJ), tendo assumido em 1989 e permanecido somente dois anos (1989-1990) como vereador, haja vista que, em seguida, assumiria como deputado federal eleito para seu primeiro mandato em 1991, ficando no parlamento até 2019, quando sairia para assumir como presidente da república.

Tão logo alcançou a Câmara como deputado federal, Bolsonaro não poupou esforços para defender a ditadura militar (1964-1985) em discursos inflamados no plenário da Câmara dos Deputados, contrastando com falas sempre agressivas contra os presidentes da república, a democracia, as reservas de terras indígenas e/ou quilombolas, os direitos humanos, a comunidade LGBTQIAP+ e os adversários políticos, sobretudo da esquerda. Em 24 de junho de 1993, em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, Bolsonaro, à época do extinto PDC, afirmou: “[...] Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso Nacional dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo [...]” (Câmara dos Deputados, 1993).

Por conta dessa fala no plenário da Câmara do Legislativo Federal, Bolsonaro foi representado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que analisou e rejeitou pela representação contra o então deputado Bolsonaro. Sobre esse episódio, o parlamentar em alusão, no dia 3 de dezembro de 1993, reiterou:

[...] Ao pedir o fechamento do Congresso em 24 de junho próximo passado [sic], usando palavras fortes e figura extrema de retórica, por sentir junto ao povo o descrédito e o desagrado em relação ao mais transparente de todos os Poderes, o Legislativo, não estava errado; busquei, como parlamentar, alertar para a grave situação que o País atravessava e, infelizmente, continua atravessando [...] (Câmara dos Deputados, 1993).

Não tendo sofrido nenhuma sanção pelo episódio anterior, no dia 24 de fevereiro de 1994, o então deputado

Bolsonaro, já em outro partido, o Partido Progressista Reformador do Rio de Janeiro (PPR-RJ), foi mais além:

[...] Espero que não seja necessária a entrada da força nesta Casa (Câmara dos Deputados), mas, se por acaso se fizer necessária, eu, como cidadão brasileiro, vejo-me na situação de autoridade. Não serão apenas quinhentos soldados que expulsarão estes que estão aqui dentro [...] (Câmara dos Deputados, 1994).

Em mais uma defesa da ditadura militar (1964-1985), no dia 13 de abril de 1994, em mais um discurso no plenário da Câmara dos Deputados, ao se referir ao regime de exceção, Bolsonaro declarou: “[...] Não foi um regime perfeito, os homens não eram perfeitos, e eu até diria que naquele tempo também roubavam, sim, mas roubavam 10%, e hoje roubam do povo brasileiro 90% [...]”. Na sequência, Bolsonaro reiterou sua defesa ferrenha em favor da caserna no último ano do primeiro mandato como deputado federal, do alto do plenário da Câmara, em 7 de junho de 1995: “[...] a única instituição capaz de garantir a autoridade de um presidente da república em momentos críticos são as Forças Armadas [...]” (Câmara dos Deputados, 1995).

Eleito para o segundo mandato seguido como deputado federal, Bolsonaro continuou sua retórica defendendo a ditadura militar e seus (mal)feitos. Em 20 de março de 1996, ao discursar no plenário da Câmara dos Deputados, atacou o governo vigente do presidente Fernando Henrique Cardoso e acentuou: “[...] A tentativa de reabrir casos de terrorismo do passado, lançando a culpa nos militares, parece ser a ordem do dia dos irresponsáveis de sempre”.

Bolsonaro estava se referindo ao fato de o governo Fernando Henrique Cardoso cogitar reabrir investigações sobre o caso do Atentado do Riocentro<sup>1</sup>, um ataque terrorista perpetrado por setores do EB e da Polícia Militar do Rio de Janeiro na noite de 30 de abril de 1981, cujo objetivo seria incriminar grupos que se opunham à ditadura militar no Brasil e, desse modo, justificar a necessidade de se manter o aparelho repressor ditatorial militar e retardar a abertura política que estava em curso. Não parou por aí, Bolsonaro atacaria o presidente Fernando Henrique Cardoso defendendo sempre a ditadura militar por mais vezes, como chegando a afirmar, em 27 de julho de 1997, que o grande erro da ditadura tinha sido apenas torturar, e não matar, vagabundos e canalhas como o presidente Fernando Henrique (Barretto Júnior, 2022).

Ao longo de sua trajetória em defesa da ditadura e em detrimento da democracia, Bolsonaro também não poupou esforços para elogiar e defender não somente ditadores do Brasil. À guisa de exemplo, no dia 26 de novembro de 1998, em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, Bolsonaro asseverou: “[...] Quem garantiu a

---

<sup>1</sup> O Atentado do Riocentro foi um claro terrorismo de Estado praticado pela ditadura militar, que planejou uma série de explosões no Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro, por ocasião de um evento de Música Popular Brasileira (MBP) em comemoração ao Dia do Trabalhador, que reunia cerca de 20 mil pessoas. Caso tivesse sido efetivado esse atentado, as consequências seriam imensuráveis, com um grande número de pessoas feridas e pisoteadas devido às explosões. O maior ataque terrorista só não aconteceu graças às ações desastradas da operação, haja vista que uma das bombas explodiu longe do alvo pretendido e outra detonou prematuramente, estragando o restante dos explosivos e atingindo violentamente dois dos terroristas militares, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que morreu na hora, e ferindo gravemente o capitão Wilson Dias Machado. Por conta dessa falha, imediatamente outros militares removeram sorrateiramente vários outros explosivos que estavam instalados no palco do show.



transição para a democracia no Chile foi Augusto Pinochet. Lamento essa decisão inconsequente da Câmara dos Lordes, da Inglaterra, de extraditá-lo para a Espanha [...]” (Câmara dos Deputados, 1998).

Fechando a década de 1990, os discursos agressivos de Bolsonaro seguiram atacando os indígenas, o presidente da república à época e os direitos humanos, defendendo a tortura e a ditadura militar, atacando a democracia e chegando a afirmar que nada seria mudado através do voto neste país. Assim, no dia 23 de maio de 1999, em entrevista ao programa “Câmara Aberta”, na TV Bandeirantes, o então deputado federal Bolsonaro chegou a afirmar que, caso fosse eleito presidente da república, fecharia o Congresso e “daria o golpe no mesmo dia” e, por fim, chamou o regime governamental no Brasil de “Maldita democracia!”. Acrescentou também que as coisas só mudariam no Brasil através de uma guerra civil e se fosse feita uma tarefa que o regime militar não fez: “Matando uns 30 mil, começando pelo FHC [Fernando Henrique Cardoso], não deixar para fora, não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente” (Barretto Júnior, 2022, p. 23-25).

Na década seguinte, a de 2000, não seria diferente, Bolsonaro continuou sendo eleito deputado federal, atacando a democracia, os direitos humanos, os indígenas, as mulheres e a comunidade LGBTQIAP+ e enaltecendo a ditadura militar. Entre muitas de suas falas nessa direção, podemos destacar a do dia 4 de abril de 2004:

[...] É uma vergonha assistir a parlamentares da esquerda falarem sobre o que chamam de ditadura militar. Se hoje fosse feita uma pesquisa com as pesso-

as que viveram aquela época, 90% dos entrevistados diriam que naquele tempo se vivia muito melhor do que atualmente (Barretto Júnior, 2022, p. 30).

Percebendo que nada lhe acontecia em matéria de punição por mais forte que fossem seus ataques à democracia e demais pautas de direitos sociais, Bolsonaro, em 31 de abril de 2004, subiu ao plenário da Câmara dos Deputados para inverter a realidade dos fatos ao dizer que a esquerda queria instalar uma ditadura totalitária e fez a referência à data de 31 de março de 1964 não como a data do golpe militar, mas como:

[...] uma data reverenciada pelos brasileiros de bem, pelos democratas. [...] Para reverenciar a memória dos militares que, em 1964, evitaram que fosse instalada no país ditadura totalitária de esquerda. Vou me ajoelhar, por alguns segundos... (Ajoelha-se o orador) [...] (Barretto Júnior, 2022, p. 30).

No ano seguinte, na data do dia e mês do golpe militar em 31 de março de 2005, Bolsonaro não só reverenciou a data, mas inverteu a ordem dos fatos e acrescentou o dispositivo mais repressor da ditadura, o Ato Institucional 5 (AI-5), como sendo culpa dos perseguidos, vítimas:

[...] Hoje é um dia muito especial para mim. Sou capitão do Exército Brasileiro e quero falar um pouco sobre o dia 31 de março de 1964 [...]. A edição do AI-5 foi consequência da ação dos comunistas, que se lançaram à luta armada sob o pretexto de combater a 'ditadura'. Os militares sempre estiveram ávidos por entregar o controle do país aos civis, mas não puderam fazê-lo, ante o clima de guerra revolucio-

nário desenvolvido pelas esquerdas. Os terroristas de ontem, hoje no poder, posam de combatentes da liberdade, camuflando a verdade histórica, que sempre foi a de tentar implantar no Brasil a ditadura do proletariado [...] (Barretto Júnior, 2022, p. 30).

Em 1º de agosto de 2008, em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro, o então deputado Bolsonaro (PP-RJ) declarou: “O erro da ditadura foi torturar, e não matar” (Bolsonaro..., 2018). Esse posicionamento foi reiterado por Bolsonaro em entrevista no Programa Pânico, da Rádio Jovem Pan, em 8 de julho de 2016, mas nada seria tão horrendo quanto a fala do então deputado Bolsonaro (PSC-RJ) por ocasião de seu voto pelo *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. [...], pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é ‘sim!’ (Câmara dos Deputados, 2016).

Veja que o então deputado Bolsonaro enaltece, em pleno parlamento brasileiro, o primeiro torturador da ditadura militar condenado no Brasil, o coronel do EB Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O DOI-CODI funcionava como centro de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura militar, do II Exército, órgão atuando

te na repressão política da ditadura militar no Brasil que tinha torturado a própria ex-presidenta Dilma, mas o pior disso é que Bolsonaro não sofreria nenhuma punição por tão hedionda fala em pleno parlamento.

A escalada de ataques à democracia, ao Estado democrático de direito, aos direitos humanos, dentre muitos outros ataques, continuou como pauta principal nas perspectivas de Bolsonaro. Já em pré-campanha às eleições para a presidência da república, durante um evento na Paraíba em fevereiro de 2017, Bolsonaro gravou um vídeo diante de seus apoiadores e publicou no YouTube com o seguinte conteúdo:

Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adéquam ou simplesmente desaparecem (Bolsonaro..., 2018).

### ***Jair Bolsonaro: da campanha à presidência da república***

Na medida em que se aproximava o período do pleito eleitoral à presidência da república em 2018, em vez de recuar com os discursos e declarações antidemocráticos, Jair Bolsonaro (PSL) recrudescer cada vez mais esse seu posicionamento. Em 1º de setembro de 2018, por ocasião de um comício em Rio Branco, capital do Acre, Bolsonaro, ao discursar, pediu emprestado um tripé de uma câmera, usou-o como se fosse uma metralhadora disparando em direção a um alvo hipotético e bradou:

Vamos fuzilar a *petralhada* aqui do Acre. Vou botar esses picaretas para correr do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem que ir para lá. Essa

turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria (Bolsonaro..., 2018).

Vejam os que a fala do então candidato Bolsonaro é direcionada aos seus adversários, a quem ele dá um ultimato – ou aceitarão ficar “[...] sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou para a cadeia [...]” – e conclui chamando os adversários de “[...] marginais vermelhos [...]”. É possível interligar essa fala com a anterior de 2017, quando ele falava que iria fazer um Brasil para as majorias e as minorias teriam de se curvar às majorias, pois essas minorias ou se adequariam ou simplesmente teriam de desaparecer. Há nessa fala uma reprodução nítida de discursos com teor neonazifascista (que levou ao holocausto) direcionados especificamente aos partidos de esquerda, sobretudo ao PT.

Em suas promessas de campanha, no âmbito da política, Bolsonaro, além de prometer acabar com a esquerda dos “marginais vermelhos”, caso chegasse a ser eleito presidente da república do Brasil, prometia também: 1) expulsar médicos cubanos; 2) buscar retaguarda jurídica de excludentes de ilicitudes para civis e policiais; 3) tipificar ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como terrorismo; 4) reduzir a maioria penal para 16 ou 17 anos; 5) dar posse de arma de fogo para o “cidadão de bem”; 6) fazer uma reforma política, na qual acabaria com a corrupção na política, acabaria com a reeleição, diminuiria o número de parlamentares e seus futuros ministros seriam escolhidos por critérios técnicos: “Você acabar com o instituto da reeleição. No caso, come-

ça comigo se eu for eleito. E diminuir um pouco em 15, 20% a quantidade de parlamentares” (Bolsonaro..., 2018)<sup>2</sup>.

No âmbito das políticas sociais, Bolsonaro já dizia em discurso na Câmara dos Deputados, nos idos de 2013, ser contra as políticas de cotas, bolsas, sobretudo do Bolsa Família, a quem ele chamava de “Bolsa Carinhoso”, e também contra pobres eleitores que não sabiam votar. Nesse mesmo discurso de 2013, Bolsonaro dizia que o pobre só tem uma utilidade no Brasil:

Votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no Governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do Governo, em especial o Brasil Carinhoso (Câmara dos Deputados, 2013).

Todavia, apesar de todas essas pautas neofascistas/neonazistas, antidemocráticas e de destruição das políticas sociais em seus discursos e na proposta de Plano de Governo (2018-2022) de Bolsonaro, a maioria dos eleitores brasileiros decidiu eleger esse candidato que nunca teve respeito pela democracia, ao contrário, sempre a atacou e a menosprezou de forma banal, brutal e violenta.

## Conclusão

Derrotamos Bolsonaro, mas não os *bolsonaristas* ainda (Lula, 2023).

Nós sobrevivemos, apesar de Jair Bolsonaro, de sua ideologia neonazifascista de culto à morte, de sua

---

<sup>2</sup> “Bolsonaro diz que, se eleito, a escolha de ministros seguirá critérios técnicos. Em entrevista à imprensa, candidato do PSL à presidência da república defendeu a realização de uma reforma política e o fim da reeleição” (Bolsonaro..., 2018).

defesa à ditadura militar e de seu negacionismo em relação à pandemia de Covid-19, mas infelizmente muitos/as brasileiros/as não tiveram esse direito de estar vivos/as em razão dessa necropolítica neonazifascista *bolsonarista*, que inclusive levou o Brasil a figurar entre os piores países do mundo na condução da Covid-19, considerando o cruzamento de diversos dados epidemiológicos, sob múltiplas abordagens metodológicas. A título de exemplo, em 22 de março de 2022, o Brasil registrava 2,7% da população mundial, porém respondia por 10,7% das mortes por Covid-19 no mundo, demonstrando um lamentável descompasso entre as duas realidades. Nessa mesma data de 22 de março de 2022, a média de mortes por Covid-19 no Brasil registrava ser quatro vezes maior do que a média global.

O povo brasileiro reagiu. A democracia resistiu. É assim que podemos nos referir à travessia obscurantista e maligna da ascensão da extrema direita e do neonazifascismo necropolítico no Brasil na gestão militarizada do governo federal do período entre 2019 e 2022. Concor damos com a epígrafe, pronunciada pelo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista em 23 de julho de 2023, em São Paulo.

O presidente Lula voltou a lembrar ao povo brasileiro que o ex-presidente Bolsonaro foi derrotado nas urnas, mas que o *bolsonarismo*, definido como expressão neonazifascista e/ou neonazista, e seus seguidores continuam nas redes e nas ruas “[...] ofendendo pessoas, xingando pessoas como aconteceu esses dias com Ale-

xandre de Moraes, no aeroporto de Roma, que um cana-lha não só ofendeu ele, como bateu no filho dele”. Essa é uma missão de todos/as nós.

## Referências

ALVES, M. M. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

BARRETTO JÚNIOR, W. *Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases*. São Paulo: Geração, 2022.

BOLSONARO diz que, se eleito, a escolha de ministros seguirá critérios técnicos. *Jornal Nacional*, Rio de Janeiro, Eleições 2018, 20 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/20/jair-bolsonaro-defende-reforma-politica-e-fim-da-reeleicao.gh.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. *Carta Capital*, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.carta-capital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL acima de tudo, Deus acima de todos! O caminho da prosperidade. *Proposta de Plano de Governo de Bolsonaro*, 2018.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.



CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Congresso Nacional*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Congresso Nacional*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Congresso Nacional*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1995.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Congresso Nacional*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Congresso Nacional*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Congresso Nacional*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016.

CAPEZ, F. 8 de janeiro de 2023: um triste dia para a democracia. *Revista Consultor Jurídico*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-12/janeiro-2023-triste-dia-democracia>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CARVALHO, L. M. *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Todavia, 2019.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CODATO, A. “O golpe de 1964 e o regime de 1968”. *Revista História, Questões & Debates*, Curitiba, v. 40, p. 11-36, 2004.

COSTA, C. T. *Cale-se*. São Paulo: A Girafa, 2003.

COUTO, R. C. *Memória viva do regime militar (Brasil, 1964-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DAL PIVA, J. *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

DÓRIA, P. *Fascismo à brasileira: como o integralismo, maior movimento de extrema direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Planeta, 2020.

FERNANDES, A. "A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva". *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FICO, C. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, C. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

XAVIER, A. R. *et al.* Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *Educa: Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021.

## DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado<sup>1</sup>, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **60 anos do golpe militar no Brasil e o populismo autoritário de extrema direita: desafios à educação política para uma democracia sustentável no alvorecer do século XXI**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 15 de setembro de 2024.

*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*  
Felipe Aragão de Freitas Carneiro



## DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **60 anos do golpe militar no Brasil e o populismo autoritário de extrema direita: desafios à educação política para uma democracia sustentável no alvorecer do século XXI**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 15 de setembro de 2024.

*Felipe Aragão de Freitas Carneiro*  
Felipe Aragão de Freitas Carneiro

<sup>1</sup> Número do registro: 89.931.

## COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil*: breve contextualização histórica. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964*: novos e velhos atores na luta pela anistia. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDBENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (org.). *Educação e saúde*: um olhar interdisciplinar. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). *Golpe de 1964*: história, geopolítica e educação. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydé; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso*: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (org.). *Ensino de História na educação básica*: reflexões, fontes e linguagens. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.

11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). *Entre o derreter e o enferrujar: os desafios da educação e da formação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira: teceduras e interfaces possíveis*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.
15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.
16. LEITE, Raimundo Hélio (org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (org.).

- Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade.* EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (org.). *Contratualismo, política e educação.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
25. XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Administração pública: desafios contemporâneos.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (org.). *(Auto)Biografias e formação docente.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (org.). *História, literatura e educação.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (org.). *Ensino & linguagens da História.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.
29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II.* Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.).

- Economia, políticas sociais e educação*: tecendo diálogos. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.
32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (org.). *Educação e métodos digitais*: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'lele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (org.). *Cá e acolá*: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil*: breve contextualização histórica. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (org.). *Formação de professores*: pesquisas, experiências e reflexões. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (org.). *A democratização da gestão educacional*: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (org.). *Estudos em educação*: formação, gestão e prática docente. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.



42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hélcio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.
45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.
46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAINAC, Mônica Duarte (org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (org.). *Ensino médio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (org.). *Eu conto, você conta: leituras e pesquisas (auto)biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
51. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Serviço Social: uma profissão, distintos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 278 p. ISBN: 978-85-7826-478-9.
52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.

53. SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.
63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação: afetos e (trans)formações*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.

65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (org.). *Costurando histórias: conceitos, cartas e contos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (org.). *Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.
68. MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego: estudo de caso*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camila Saraiva de (org.). *Pesquisas educacionais: abordagens teórico-metodológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (org.). *Entrelugares: Tecidos Sociopoéticos em Revista*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. ISBN: 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movi-*

- mento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (*E-book*).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (*E-book*).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero: a Orquestra Jovem da Escola “Padre Luis de Castro Brasileiro” em União-Piauí*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica: experiências de pesquisas*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (*E-book*).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (*E-book*).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (*E-book*).
85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.

86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Gênero e cultura: questões políticas, históricas e educacionais*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus: amor, ensino e justiça*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza: Poder e Disputa Local em 1968*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).
96. LEITINHO, Meirecele Calíope; DIAS, Ana Maria Iório (org.). *Discutindo o pensamento curricular: processos formativos*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA,

- Paulo Jorge de Oliveira (org.). *Educação e saúde*: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET). Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (*E-book*).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará*: memórias, histórias e práticas educativas. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.
99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores*: perspectivas da educação contemporânea. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (*E-book*).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da (org.). *Práticas de ensino*: semeando produções científicas parceiras. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (*E-book*).
102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Livia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (org.). *25 Anos de PET Enfermagem*: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (*E-book*).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De “mulher-maravilha” a “cidadã persi”*: professoras capulana do educar em direitos humanos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (org.). *Círculo de cultura sociopoético*: diálogos com Paulo Freire sempre!. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (*E-book*).
105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces*: experiências do PIBID na UFAL. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.
106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marccone de (org.). *Pedagogia do trabalho*: a

- atuação do pedagogo na educação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camello; OLIVEIRA, Antonio Marccone de (org.). *Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é reexistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).
109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade: reflexões epistemológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book).
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Paisagens da história da educação: memórias, imprensa e literatura*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Arte, docência e práticas educativas: experiências e contextos*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1. (E-book).
114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3. (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5. (E-book).

117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).
119. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-51-0.
120. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas: múltiplas experiências em educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 558 p. ISBN: 978-65-86445-62-6 (E-book).
121. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Formação e experiências docentes: práticas pedagógicas em diferentes contextos e cenários: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 475 p. ISBN: 978-65-86445-70-1 (E-book).
122. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. 277 p. ISBN: 978-65-86445-69-5. (E-book).
123. SILVA, Hebelyanne Pimentel da. *Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 289 p. ISBN: 978-65-86445-71-8. (E-book).
124. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-79-4. (E-book).
125. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-80-0.
126. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-88-6.



127. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (org.). *Pedagogia jurídica no Brasil*: questões teóricas e práticas de um campo em construção. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. Isbn: 978-65-86445-89-3 (E-book).
128. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro*: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 166 p. ISBN: 978-65-86445-95-4. (E-book).
129. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima*: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-65-86445-98-5. (E-book).
130. SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Donêta Leite*: biografia de uma educadora religiosa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 207 p. ISBN: 978-65-86445-96-1 (E-book).
131. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2021. 411 p. ISBN: ISBN 978-65-86445-97-8. (E-book).
132. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-65-86445-99-2.
133. SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Por uma educação linguística libertadora*: os estudos gramaticais no ensino básico à luz da pedagogia de Paulo Freire. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN: 978-85-7826-788-9 (E-book).
134. FREIRE, Vitória Cherida Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Maria Luiza Fontenele*: formação educacional e política. Fortaleza: EdUECE, 2021. 212 p. ISBN: 978-85-7826-790-2 (E-book).
135. XAVIER, Antônio Roberto; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SOUSA, José Weyne de Freitas (org.). *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável*: demandas sociais contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN:978-85-7826-787-2 (E-book).
136. XAVIER, Antônio Roberto; SANTOS, José Cleilson de Paiva dos; SILVA, Ana Maria Alves da (org.). *Saberes tradicionais, políticas e ações sustentáveis*: múltiplos atores, diversas abordagens. Fortaleza: EdUECE, 2021. 229 p. ISBN: 978-85-7826-786-5 (E-book).

137. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima*: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-85-7826-796-4.
138. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro*: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 164 p. ISBN: 978-85-7826-795-7.
139. GAUTHIER, Jacques; AMARAL, Augusto Luís Medeiros; AMARAL, Raquel Ávila; ARAÚJO, Natan; GAUTHIER, Maria do Rosário da Soledade; STEIN, Yanée Maudia. *A borboleta cuidamor ambiental*: uma pesquisa sociopoética herética com medicinas indígenas e leitura de inspiração guarani dos dados de pesquisa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 248 p. ISBN: 978-85-7826-792-6 (E-book).
140. MACIEL, Jocyana Cavalcante da Silva; BRANDENBURG, Cristine; BARON, Miriam Viviane. *Caminhos para o protagonismo em seus espaços da educação e saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 172 p. ISBN: 978-85-7826-799-5.
141. VIEIRA, Arlindo Mendes; MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; LIMA, Maria Socorro Lucena; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Tecituras decoloniais da formação de professores*: incertezas, desafios e lutas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 258 p. ISBN: 978-85-7826-812-1 (E-book).
142. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional*: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-85-7826-803-9 (E-book).
143. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (org.). *Marcos da constituição da identidade docente*: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-817-6. (E-book).
144. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (org.). *Marcos da constituição da identidade docente*: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-818-3.
145. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNAN-

- DES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-822-0.
146. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-821-3. (E-book).
147. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Perspectivas sobre formação docente: experiências contemporâneas e contextos curriculares*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 270 p. ISBN: 978-85-7826-826-8 (E-book).
148. MACIEL, Maria Jose Camelo; LIMA, Jaqueline Rabelo de; VARELA, Sarah Bezerra Luna; CARVALHO, Marília Nogueira. *Prática docente no ensino superior: bases, relatos e memórias da formação*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 574 p. ISBN: 978-85-7826-823-7 (E-book).
149. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). *Educação e trabalho na Paraíba*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 311 p. ISBN: 978-85-7826-830-5. (E-book).
150. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-841-1 (E-book).
151. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-839-8.
152. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4 (E-book).
153. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4.
154. MOREIRA, Francisca de Assis Viana; LOPES, Tania Maria Rodrigues; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação a distância e a formação*

- em pedagogia*: Experiências da universidade estadual do ceará. Fortaleza: EdUECE, 2022. 323 p. ISBN: 978-85-7826-838-1 (*E-book*).
155. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; MORAES, Ana Cristina de; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Docência(s): experiências e sentidos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 240 p. ISBN: 978-85-7826-843-5 (*E-book*).
156. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Ensino e pesquisa na pós-graduação: teoria, prática e práxis*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 350 p. ISBN: 978-85-7826-849-7. (*E-book*).
157. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 469 p. ISBN: 978-85-7826-851-0.
158. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 292 p. ISBN: 978-85-7826-853-4. (*E-book*).
159. XAVIER, Antônio Roberto; MUNIZ, Karla Renata de Aguiar; OLIVEIRA, Lucineide de Abreu (org.). *Covid-19, políticas públicas e sustentabilidade: desafios à ciência e aos recursos tecnológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 254 p. ISBN: 978-85-7826-858-9. (*E-book*).
160. BESERRA, Raquel Carine Martins; KACZAN, Maria Anita Vieira Lustosa; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação em tempos de pandemia*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 258 p. ISBN: 978-85-7826-863-3. (*E-book*).
161. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-859-6.
162. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-860-2. (*E-book*).
163. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Retratos da escola pública brasileira em tempos neoliberais*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 261 p. ISBN: 978-85-7826-869-5. (*E-book*).

164. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 292 p. ISBN: 978-85-7826-871-8.
165. MORAES, Ana Cristina de; LIMA, Izabel Cristina Soares da Silva; QUEIROZ, Juliane Gonçalves (org.). *Cultura(s), educação e arte nos caminhos da (auto)formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-872-5. (E-book).
166. COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuza (autoras). *Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-879-4. (E-book).
167. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-877-0.
168. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-878-7. (E-book).
169. ALVES, Maria Alda de Sousa; ANDRADE, Michely Peres de; OLIVEIRA, Anderson Souza (org.). *Narrativas e práticas de ensino em Ciências Sociais: diálogos com a pesquisa e a extensão*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 290 p. ISBN: 978-85-7826-883-1. (E-book).
170. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Mobile collaborative learning e a prática docente com o suporte de tecnologias móveis*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 312 p. ISBN: 978-85-7826-886-2. (E-book).
171. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Software educativo livre para o ensino de Geometria*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 228 p. ISBN: 978-85-7826-884-8. (E-book).
172. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-887-9.
173. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-885-5. (E-book).
174. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos so-*

- ciais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 470 P. ISBN: 978-85-7826-890-9. (E-book).
175. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lucia da Silva (org.). *Educação e educadoras na Paraíba do século xx: um balanço da produção acadêmica*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 257 p. ISBN: 978-85-7826-896-1. (E-book).
176. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Biografias e histórias da formação de mulheres educadoras*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 347 p. ISBN: 978-85-7826-894-7. (E-book).
177. XAVIER, Antônio Roberto; LEMOS, Ana Beatriz da Silva; LIMA, Maria Vandia Guedes (org.). *Sociobiodiversidade, tecnologias sustentáveis e educação ambiental no contexto da lusofonia afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 327 p. ISBN: 978-85-7826-901-2. (E-book).
178. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Formação docente, práticas educativas (decoloniais) e avaliação: múltiplos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 375 p. ISBN: 978-85-7826-902-9. (E-book).
179. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira (org.). *Formação docente e (auto)biografias*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 393 p. ISBN: 978-85-7826-921-0. (E-book).
180. LOPES, Aline Siebra Fonteles; ARAUJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo. *Ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a pessoas privadas de liberdade em instituições federais de educação superior*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-913-5. (E-book).
181. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Alexandra Lima da; FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; FIALHO, Lia Machado Fiuza; PATROCLO, Luciana Borges; DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez; PEIXOTO, Raphael Gualter (Org.). *Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidades*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-937-1. (E-book).
182. Damasceno, Maria Nobre. *Emoções que invadem a alma: aprendendo com o mundo*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 152 p. ISBN: 978-85-7826-947-0.
183. VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Alexandra Lima da; FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; FIALHO, Lia Machado Fiuza; PATROCLO, Luciana Borges; DOMÍNGUEZ, Pablo

- Álvarez; PEIXOTO, Raphael Gualter (Org.). *Mulheres e educação no século XIX: artefatos e sensibilidades*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 215 p. ISBN: 978-85-7826-940-1.
184. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Memórias lúdicas e formação de professores: inter-relações e aprendizagens*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 572 p. ISBN: 978-85-7826-955-5.
185. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Memórias lúdicas e formação de professores: inter-relações e aprendizagens*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 572 p. ISBN: 978-85-7826-953-1. (E-book).
186. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SILVA, Emanuel Freitas da (org.). *Políticas públicas e internacionalização do conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 253 p. ISBN: 978-85-7826-957-9. (E-book).
187. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues (org.). *Educação e serviço social: debates contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2025. 320 p. ISBN: 978-85-7826-985-2. (E-book).
188. Xavier, Antônio Roberto; Maia Junior, Edmilson Alves. *60 anos do golpe militar no Brasil e o populismo autoritário de extrema direita: desafios à educação política para uma democracia sustentável no alvorecer do século XXI*. Fortaleza: EdUECE, 2024. 191 p. ISBN: 978-85-7826-987-6. (E-book).